

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PARÁ

um panorama da realidade



BELÉM - PARÁ - AMAZÔNIA
2025

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PARÁ

um panorama da realidade

© TNC Brasil – SEAF-PA – TERRA PRETA

INSTITUIÇÕES

IDEALIZADORA

The Nature Conservancy do Brasil (TNC)

PARCERIA

Secretaria Estadual de Agricultura Familiar do Pará (SEAF-PA)

EXECUÇÃO E CONTEÚDO TÉCNICO

Terra Preta – soluções socioambientais e educacionais

INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARCEIRAS

Centro Avançado em Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares e Tecnologias Sociais (CASASTEC)

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Pará (CEDRS-PA)

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/UFPA

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares/IFPA – Campus Castanhal

Programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA/Unifesspa

Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO)/UFPA

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Centro-Rede de Pesquisa-ação sobre Agroecologia, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares Amazônicos - IACA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PARÁ

um panorama da realidade

Belém • Pará • Amazônia
2025

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assistência técnica e extensão rural no Pará : um
panorama da realidade. -- 1. ed. -- Belém, PA :
Gráfica e Editora Santa Cruz, 2025.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-68980-07-1

1. Agricultura familiar 2. Desenvolvimento
econômico - Aspectos ambientais 3. Extensão rural
4. Pesquisa qualitativa - Metodologia 5. Relatórios
técnicos - Manuais.

25-319610.0

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar 630

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Autores Principais

Bárbara Maísa Nunes Araújo (Terra Preta)	Carla Giovana Souza Rocha (UFPA)
Carlos Renilton Freitas Cruz (UFPA)	Danielle Wagner Silva (UFOPA)
Débora Luise Rocha de Carvalho (Terra Preta)	Humberto Pires (TNC - Brasil)
Livio Sergio Dias Claudino (UNIFESSPA)	Martin Ewert (TNC - Brasil)
Romier da Paixão Sousa (IFPA)	Thais Maier (TNC - Brasil)
William Santos de Assis (UFPA)	

Autores Colaboradores

Anderson Borges Serra (SEAF-PA)	Cássio Alves Pereira (SEAF-PA)
Gabriel Solidade Salvino (Consultor)	Karoline da Silva Gonçalves (Consultora)
Kauê Hohn Assis (Consultor)	Marcelo da Silva Alves (Consultor)
Marluce da Costa Coelho (Consultora)	Rodrigo Mauro Freire (TNC - Brasil)

Confecção dos mapas

Gabriel Garreto dos Santos

Revisão Técnica

Anderson Borges Serra (SEAF-PA)	Carla Giovana Souza Rocha (UFPA)
Cássio Alves Pereira (SEAF-PA)	Humberto Pires (TNC)
Larissa de Brito Costa (Terra Preta)	Martin Ewert (TNC)
Rodrigo Mauro Freire (TNC)	Romier da Paixão Sousa (IFPA)
William Santos de Assis (UFPA)	

Comitê Editorial

Adebaro Alves dos Reis (IFPA)
Antônio Sergio Monteiro Filocreão (UNIFAP)
Antônio Gabriel Lima Resque (UFRA)
Felipe Addor (UFRJ)
François Laurente (Le Man Université/França)
Galdino Xavier de Paula Filho (UNIFAP)
Gilberta Carneiro Souto (IFPA)
José Daniel Gomes Lopes (Univerisdad de Alicante/Espanha)
José Nunes da Silva (UFRPE)
José Sebastião R. de Oliveira (UFRA)
Júlio Cesar Suzuki (USP)
Louise Ferreira Rosal (IFPA)
Luís Mauro Santos Silva (INEAF/UFPA)
Marcelo Sampaio Carneiro (UFMA)
Maria José de Souza Barbosa (UFPA)
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho (IFPA)
Wagner Luís Nascimento do Nascimento (UFRA)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Representação das fases do diagnóstico	25
Figura 2	Distribuição espacial das iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Pará	69
Figura 3	Mapa de Famílias atendidas por total de atendimentos pelas instituições de ATER nas Regiões de Integração	74
Figura 4	Mapa de Famílias atendidas pela EMATER e outras instituições de ATER nas Regiões de Integração	76
Figura 5	Mapa da população rural das regiões dos municípios paraenses, 2022	124
Figura 6	População rural das Regiões de Integração do estado do Pará, 2022	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de instituições por categoria	56
Gráfico 2	Quantidade de instituições por Região de Integração do Pará	56
Gráfico 3	Natureza jurídica das instituições	57
Gráfico 4	Quantidade de entidades por ano do início de atuação	58
Gráfico 5	Percentual de entidades por categoria	59
Gráfico 6	Gênero do responsável	60
Gráfico 7	Idade do responsável	60
Gráfico 8	Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 01	63
Gráfico 9	Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 27	64
Gráfico 10	Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 30	64
Gráfico 11	Distribuição percentual por modalidade de assentamentos no estado do Pará	65
Gráfico 12	Distribuição do número de famílias por modalidade de assentamento no estado	66
Gráfico 13	Nível de atual territorial das instituições de ATER	68
Gráfico 14	Principais seguimentos atendidos pela ATER no Pará	71
Gráfico 15	Percentual de atendimento por gênero	77
Gráfico 16	Atendimento dos jovens pela ATER	79
Gráfico 17	Número de prestadoras de serviço de Ater em relação à atuação no campo das políticas de mercados institucionais em 2024	87
Gráfico 18	Número de prestadoras de serviço de Ater em relação à atuação nas linhas do Pronaf em 2024	89
Gráfico 19	Atuação com regularização fundiária e Ambiental	90

Gráfico 19	Atuação em Políticas Públicas	91
Gráfico 20	Valor de operações por safra e linha de crédito do Pronaf....	92
Gráfico 21	Valor das operações do PRONAF no Pará-atividade agrícola	93
	e pecuária	101
Gráfico 22	Adoção de inovações Tecnológicas e Metodológicas	101
Gráfico 23	Adoção de tecnologias, conforme categorias	101
Gráfico 24	Metodologias utilizadas pelas instituições de ATER	102
Gráfico 25	Níveis de participação dos agricultores na tomada de decisão	103
Gráfico 26	Uso de instrumentos de planejamento, monitoramento e	
	avaliação	105
Gráfico 27	Definição de prioridades pela instituição	107
Gráfico 28	Fontes de informação das instituições de ATER	108
Gráfico 29	Formas de relacionamento com os beneficiários	109
Gráfico 30	Frequência de atendimento	110
Gráfico 31	Realização de trabalhos com parcerias	111
Gráfico 32	Participação em conselho, fórum ou câmara técnica	112
Gráfico 33	Distribuição de funcionários por percentual e gênero	116
Gráfico 34	Infraestrutura física	117
Gráfico 35	Distribuição percentual do público atendido pela Emater	
	em 2023	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Fases da Extensão Rural No Brasil	34
Quadro 2	Destaques da experiência de ATER na Bahia	50
Quadro 3	Tipos de Assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA no Brasil	62
Quadro 4	Relação de políticas para Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais destacadas NA PESQUISA	86
Quadro 5	Síntese de ações de ATER com cadeias produtivas por região de integração	95
Quadro 6	Relação de Incubadoras de Empreendimentos localizadas no Estado do Pará	134
Quadro 7	Núcleos de Agroecologia	136
Quadro 8	número de pessoas atendidas pelo SENAR em 2024	147

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA	25
2.1 Tipo de pesquisa	27
2.2 Instrumento de coleta de dados	27
2.3 Contato e mobilização	27
2.4 Formulários	28
3 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A ATER	33
3.1 Origem da Ater no Brasil	33
3.2 A ATER durante a Ditadura Militar (1964–1985)	36
3.2.1 Crise e Transformações nos anos 1980 e 1990	37
3.2.2 Retomada da ATER nos anos 2000: a criação da Pnater	42
3.2.3 Desmonte após-2016 e a atual retomada	45
3.3 Casos exitosos de ATER nacional	47
3.3.1 A experiência da Bahia	48
3.3.2 A experiência de Minas Gerais	51
4 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DE ATER NO PARÁ	55
4.1 Caracterização das Instituições Respondentes	55
4.2 Perfil da Pessoa Responsável	60
4.2.1 Gênero, faixa etária, formação, etnia/raça	60
4.3 Abrangência e Público Atendido	61
4.3.1 Perfil do Público da ATER	61
4.3.2 Área de Atuação Territorial	67
4.3.3 Número de municípios com atuação de ATER em 2024	68
4.3.4 Segmentos atendidos pela ATER	70
4.3.5 Famílias atendidas pelas instituições de ATER	71
4.3.6 Percentual por gênero e faixa etária	71

4.4 Atuação Técnica das Instituições de ATER	80
4.4.1 Linhas de Atuação em 2024/2025	80
4.4.2 Atuação em Políticas Públicas	85
4.4.3 ATER e principais cadeias produtivas atendidas	94
4.4.4 Adoção de inovações tecnológicas e metodológicas	100
4.4.5 Metodologias Utilizadas	102
4.5 Nível de participação dos beneficiários	102
4.5.1 Forma principal de participação	104
4.6 Gestão e Planejamento Institucional	105
4.6.1 Planejamento e Monitoramento	105
4.6.2 Definição das prioridades de trabalho	106
4.6.3 Fontes de informação das instituições de ATER	107
4.6.4 Relacionamento com Beneficiários	109
4.7. Parcerias e Participação Institucional	110
4.7.1 Parcerias Institucionais	110
4.7.2 Participação em Conselhos e Fóruns	112
4.8 Recursos e Estrutura	113
4.8.1 Recursos Humanos	113
4.8.2 Distribuição dos profissionais em relação à questão de gênero	115
4.9 Infraestrutura Física	116
4.9.1 Acesso à internet e equipamentos de informática	116
4.10 Orçamento para ATER	118
4.11 Entraves à Atuação	121
4.12 Formação dos profissionais de ATER	123
4.13 Extensão Universitária - ações de ATER	132
4.13.1 Incubadoras de empreendimentos	133
4.13.2 Núcleos de Agroecologia	135
4.14 Experiências institucionais	138
4.14.1 Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater	138
4.14.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural = SENAR	146

4.15 Principais contribuições do Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão rural - ATER	150
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	153
5.1 Conclusões	153
5.1.2 Estrutura institucional e abrangência da ATER no Pará	153
5.1.3 Perfil e composição profissional	153
5.1.4 Fontes e estabilidade do financiamento	154
5.1.5 Público Atendido e Diversidade Socioterritorial	155
5.1.6 Atuação Técnica, Cadeias Produtivas e Políticas Públicas	155
5.1.7 Gestão, Planejamento e Recursos	156
5.1.8 Principais entraves identificados	156
5.1.9 Alinhamento com a PNATER	157
5.2 Recomendações para aperfeiçoamento da política de ATER	159
5.2.1 Estrutura Institucional e Governança do Sistema de ATER	159
5.2.2 Fortalecimento das Instituições e Qualificação Profissional	160
5.2.3 Expansão Territorial e Inclusão Socioprodutiva	161
5.2.4 Inovação Tecnológica, Metodologias e Agroecologia	162
5.2.5 Planejamento, Gestão e Monitoramento das Ações 162	162
5.2.6 Financiamento e Sustentabilidade Econômica da Política	163
5.2.7 Fortalecimento da Formação em ATER no Pará	163
5.2.8 Articulação Intersetorial e Desenvolvimento Territorial Sustentável	165
6 REFERÊNCIAS	167

Prólogo

No Pará, a agricultura familiar e as comunidades tradicionais (AFCTs) representam um patrimônio social, econômico e ambiental de proporções continentais. São aproximadamente 350 mil famílias que vivem e produzem nos territórios e maretórios, nos assentamentos de reforma agrária, nas áreas de colonização e nas proximidades de cidades. Os AFCTs são responsáveis por parcela expressiva da segurança alimentar da população paraense e pela manutenção de cerca de 26,8 milhões de hectares da vegetação nativa do Estado, predominantemente de floresta. Essa base social produz a maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos paraenses, além de contribuir com produtos estratégicos para a pauta de exportações e para a sociobioeconomia amazônica, como açaí, cacau, pimenta-do-reino, castanha-do-Pará, andiroba, entre outros.

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), foi criada em maio de 2023 para construir e implementar políticas públicas para essa base social estratégica para o desenvolvimento rural sustentável do Pará. Nesse sentido, a elaboração do primeiro Plano Estadual, coordenado pela SEAF, foi um marco na história da agricultura familiar e das comunidades tradicionais paraenses. Nesse Plano, ficou demonstrado que o acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é extremamente limitado e desigual. Segundo o censo agropecuário do IBGE, apenas 6% dos agricultores familiares declararam receber assistência técnica de forma plena, evidenciando a urgência de expandir e qualificar esse serviço essencial para o desenvolvimento sustentável do meio rural. A ausência de coordenação entre as instituições prestadoras, a descontinuidade do financiamento, a carência de equipes técnicas fixas e a baixa incorporação de metodologias participativas e agroecológicas configuram desafios estruturais que precisam ser enfrentados com políticas públicas consistentes e integradas.

Na legislação que institui a Política e o Programa Nacional de ATER (Lei nº 12.188/2010), é definida como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Portanto, o serviço de ATER assume papel central na construção de capacidades locais, no fortalecimento da autonomia dos agricultores e agricultoras e na promoção de sistemas produtivos sustentáveis. Mais do que um instrumento técnico, é um processo social de troca de saberes, diálogo intercultural e coaprendizagem — fundamentos indispensáveis à construção de uma agricultura familiar de base agroecológica, adaptada aos desafios da Amazônia e comprometida com a conservação ambiental e a justiça social.

O presente estudo foi conduzido sob a coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) que é presidido pela SEAF e recebeu apoio financeiro da The Nature Conservancy Brasil (TNC). O relatório oferece uma leitura abrangente do sistema de ATER no Pará, mapeando 437 instituições atuantes — públicas, privadas e do terceiro setor —, suas características, limitações e potencialidades. Os resultados apontam para um cenário de grande diversidade institucional, porém marcado por fragmentação, assimetrias territoriais e vulnerabilidade financeira. Identifica-se, ao mesmo tempo, um conjunto expressivo de experiências inovadoras, de base comunitária e agroecológica, que demonstram o potencial transformador da ATER quando articulada a políticas públicas, redes de cooperação e processos participativos.

As recomendações apresentadas ao final do estudo indicam caminhos concretos para o fortalecimento de uma política estadual de ATER com a criação de um Sistema Estadual articulado e permanente; a implementação de um Programa Estadual de Formação Continuada para extensionistas e gestores; o incentivo à transição agroecológica; a valorização de mulheres e jovens rurais; e a ampliação da cobertura técnica em regiões e comunidades historicamente excluídas. Propõe-se, ainda, a constituição de um Fundo Estadual de ATER, com fontes diversificadas e estáveis de financiamento, e a

adoção de mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação baseados em evidências e participação social.

Por fim, mais do que um diagnóstico, este relatório é um convite à ação. Suas conclusões reafirmam a importância de transformar a ATER em política de Estado — estável, inclusiva e integrada — capaz de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento rural sustentável no Pará.

Dr. Cássio Alves Pereira
Secretário de Estado da Agricultura Familiar

Prefácio

É com grande satisfação que apresentamos ao leitor esta obra, fruto de uma parceria entre a The Nature Conservancy (TNC), a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SEAF), Startup Terra Preta, instituições de ensino e pesquisa, e diversos atores do território paraense. Este livro nasce em um momento histórico para o desenvolvimento rural sustentável da Amazônia, especialmente no estado do Pará, onde a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se revela como ferramenta estratégica para a inclusão produtiva, a valorização da agricultura familiar e a conservação dos recursos naturais nas diferentes cadeias produtivas.

Vivemos tempos de profundas transformações sociais, ambientais e econômicas. O mundo enfrenta desafios inéditos: mudanças climáticas, insegurança alimentar, pressão sobre os recursos naturais e desigualdades persistentes. Nesse contexto, compreender e fortalecer as iniciativas de ATER é fundamental para promover soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis. O tema abordado nesta obra ultrapassa fronteiras regionais e nacionais, conectando-se a agendas globais voltadas para uma transição baseada em sistemas regenerativos, agroecológicos e biodiversos.

O leitor encontrará aqui um diagnóstico detalhado e plural das iniciativas de ATER no Pará, resultado de uma pesquisa rigorosa, que combinou métodos quantitativos e qualitativos, entrevistas, análise documental e mobilização de atores-chave. O processo de construção deste livro foi marcado por uma jornada criativa coletiva, movida pelo compromisso de dar voz aos diferentes protagonistas do campo: gestores públicos, técnicos, agricultores familiares, comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais. Cada capítulo reflete o esforço de sistematizar experiências, identificar desafios e apontar caminhos para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

A motivação central para a escrita desta obra foi a necessidade de subsidiar decisões estratégicas, apoiar gestores e lideranças, e inspirar novas práticas de extensão rural. Enfrentamos obstáculos significativos: fragmentação institucional, desigualdade territorial, limitações de financiamento, carências de formação profissional e desafios logísticos próprios da Amazônia. Mas também vivenciamos descobertas transformadoras: a força das parcerias, o protagonismo das comunidades, a diversidade produtiva, a emergência de metodologias participativas e o potencial das redes colaborativas.

O leitor pode esperar uma análise profunda e crítica sobre a estrutura institucional da ATER, o perfil dos profissionais, as fontes de financiamento, os públicos atendidos, as principais cadeias produtivas, os entraves e as recomendações para o futuro. Esta obra convida à reflexão sobre o papel da assistência técnica como vetor de desenvolvimento territorial, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Mais do que um relatório, trata-se de um convite ao diálogo, à inovação e ao engajamento coletivo em prol de uma Amazônia viva, produtiva e justa.

Que este livro inspire gestores, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos aqueles comprometidos com o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de políticas públicas transformadoras. A jornada aqui registrada é apenas o começo de um movimento que precisa ser ampliado, replicado e continuamente aprimorado.

Boa leitura!

Martin Ewert

PhD em Agroecossistemas,
Coordenador de Agricultura Familiar
e Sistemas Regenerativos na TNC.

1 | INTRODUÇÃO

O presente relatório técnico tem como propósito apresentar, de forma estruturada e fundamentada, os resultados obtidos na investigação sobre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural- Ater no estado do Pará, com foco na caracterização e abrangência das instituições, nas ações e metodologias desenvolvidas e na infraestrutura e recursos humanos existentes. O documento foi concebido para subsidiar gestores públicos, lideranças institucionais e formuladores de políticas, oferecendo insumos qualificados que apoiem processos decisórios estratégicos e intervenções de alto impacto no meio rural.

A pesquisa insere-se em um contexto de crescente complexidade e diversificação da Ater no Brasil, particularmente na Amazônia Legal, onde fatores socioeconômicos, ambientais e culturais interagem de forma singular. Nesse cenário, compreender a atuação das instituições requer não apenas a mensuração de indicadores quantitativos, mas também a análise de arranjos organizacionais, relações interinstitucionais e estratégias territoriais que moldam a efetividade das ações.

O estudo adotou abordagem metodológica mista, combinando instrumentos de coleta primária — questionários estruturados direcionados a diferentes categorias institucionais — com análise documental de fontes oficiais, relatórios de prestação de contas e informações disponíveis em canais institucionais. Realizou-se ainda entrevistas qualitativas com um conjunto de instituições participantes na pesquisa. Tal procedimento assegurou robustez à base de dados e representatividade das conclusões.

As instituições e entidades que compõem a amostra da pesquisa atuam no estado do Pará e abrangem espectro diversificado, incluindo órgãos públicos estaduais e federais, cooperativas, empresas privadas e organizações da sociedade civil. Essa variedade permitiu comparar modelos de operação,

níveis de cobertura e estratégias de mobilização de recursos, evidenciando padrões e especificidades regionais.

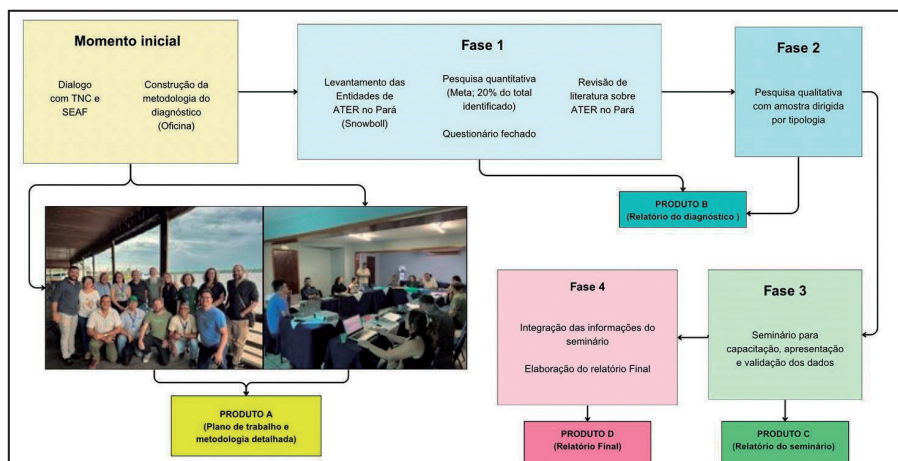
A análise contemplou tanto aspectos estruturais — como volume orçamentário, fontes de financiamento e capacidade operacional — quanto aspectos de desempenho, medidos pela extensão da cobertura, número de famílias atendidas e participação em instâncias de governança, como fóruns e conselhos. Paralelamente, foram examinadas as parcerias estabelecidas e as ações de destaque, com ênfase em programas voltados a públicos específicos, como mulheres rurais, comunidades tradicionais e produtores inseridos em cadeias agroecológicas.

O trabalho também buscou identificar fatores limitantes e oportunidades de aprimoramento, considerando as condições socioeconômicas e ambientais de cada território. Essa perspectiva permite não apenas a compreensão do desempenho atual, mas também a formulação de estratégias de intervenção orientadas à sustentabilidade financeira e à eficácia social da Ater. Este relatório está dividido nas seguintes sessões: na primeira sessão está introdução; na sessão dois descrevemos os passos metodológicos; na sessão três apresentamos uma revisão de literatura sobre ATER no Brasil e no Pará; na quarta sessão apresentamos os resultados detalhados e comentados sobre o perfil das instituições e público atendidos, aspectos relevantes da atuação das instituições de ATER, da gestão e planejamento institucional, infraestrutura e recursos humanos, os principais entraves para atuação das instituições, uma breve discussão sobre formação de agentes de ATER, uma breve descrição das experiências institucionais da EMATER e do SENAR, uma síntese da contribuição do Seminário Estadual de ATER e; na última sessão apresentamos as conclusões e recomendações.

2 | METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em 4 (quatro) fases sequenciais e conectadas entre si, sendo a primeira de levantamento inicial das entidades prestadoras de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Governamentais, organizações não governamentais, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa que desenvolvem atividades de extensão universitária), a segunda fase teve como objetivo caracterizar de forma mais detalhada uma amostra dos tipos de entidades identificados na primeira fase. Na terceira fase foi realizado um seminário estadual para apresentação de resultados e diálogo com entidades que participaram da pesquisa e órgãos governamentais. A quarta fase foi dedicada a integração de dados oriundos do seminário, revisão de dados e elaboração do relatório final (Figura 01):

Figura 1. Representação das fases do diagnóstico.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

A primeira fase do diagnóstico foi ancorada em abordagem metodológica de natureza quantitativa, que objetivou gerar dados, sistematizar e analisar os dados objetivos e mensuráveis das entidades que atuam na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado do Pará, nas respectivas regiões de integração: Araguaia, Carajás, Guamá, Marajó, Rio Capim, Tocantins, Baixo Amazonas, Guarujá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Tapajós e Xingu.

Considerou-se uma tipologia das instituições de Ater no estado, buscando representar o conjunto da diversidade e diferentes formas de prestar serviços de Ater, dividindo-se em 6 (seis) grandes grupos: instituições governamentais, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil, cooperativas, sistema S e empresas privadas.

A partir da tipologia criada foi feito amplo processo de mobilização por meio de entrevistas a atores-chave, complementado pela busca em fontes secundárias para identificação e cadastro. A busca foi feita utilizando-se a técnica bola de neve (*snowball*), que consiste numa forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência (Vinuto, 2014). A ferramenta utilizada para coleta de dados foi um questionário online estruturado com perguntas abertas e fechadas, elaborado para atender aos objetivos definidos pelo estudo.

O produto gerado na fase 1 do diagnóstico foi uma lista de instituições ativas, conforme a tipologia, por região de integração (Ver item 2.3).

Na fase 2 do diagnóstico, foram selecionadas entidades de maior relevância nas regiões de integração para realização de entrevistas por meio de um questionário com perguntas mais detalhadas e aprofundadas, visando caracterizar as entidades com base em dados mais qualificados. A abordagem nesta fase foi qualitativa e embasada na tipologia gerada na primeira fase.

A Fase 3 consistiu na realização do seminário para capacitação, apresentação e validação dos dados. E a Fase 4 foi dedicada a integração das informações do seminário, revisão dos dados e elaboração do relatório final.

2.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualiquantitativa, descritiva e exploratória, visa mapear e compreender as dinâmicas técnicas, institucionais e operacionais das entidades de Ater que atuam no estado do Pará. A abordagem qualiquantitativa justifica-se pela necessidade de integrar variáveis numéricas e não numéricas, atribuídas aos indicadores de atendimento aos respectivos serviços prestados, orçamento e outros, por meio de dados estatísticos. Assim como, os dados qualitativos, para compreensão de como esses serviços são realizados, a concepção dos princípios de Ater, visões, metodologias e outros aspectos qualitativos.

2.2 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados quantitativos foi realizada por meio de um questionário com perguntas fechadas, contextualizadas a partir de 5 eixos de investigação, disponibilizado em formato digital através da plataforma *Google Forms*. O formulário contempla questões objetivas que amparam a análise de dados estatísticos, para garantia de padronização de respostas e construção de gráficos. Os dados qualitativos foram gerados por meio de entrevista presencial, ou via remoto, com o preenchimento dos questionários com perguntas abertas.

2.3 Contato e mobilização

A mobilização nas diferentes fases foi realizada utilizando-se diferentes meios. Nas plataformas digitais midiáticas (redes sociais) para anúncio e sensibilização da realização da pesquisa. Utilizando-se *Cards* de divulgação e vídeos de chamada pública, para ressaltar a importância da construção do diagnóstico e sensibilizar as entidades de ATER nos territórios de integração, com inclusão de secretarias municipais, movimentos sociais, cooperativas, associações e outras representações que realizam esta atividade no estado. Também foram realizadas visitas e reuniões virtuais com representantes de entidades e instituições que prestam serviço de Ater.

Esta fase, denominada de quantitativa, estabeleceu uma meta de 20% de participação em relação ao total de instituições mapeadas (437) no estado,

a fim de garantir a representatividade das regiões de integração e as diversas categorias de prestadoras de ATER, totalizando 115 respondentes, assim, alcançou-se 26,3% de respostas, sendo estatisticamente representativo com 95% de confiança (tabela 1).

Tabela 1. Número total de instituições mapeadas e quantidade de respondentes do formulário quantitativo.

CATEGORIAS	Nº Total	Respostas
Participante da ASBRAER	1	1
Secretaria de Governo	109	26
Associação Civil sem fins lucrativos	37	16
Organização sindical	48	6
Organização representativa	30	4
Cooperativa de produção	18	5
Cooperativa de crédito	1	1
Instituição de pesquisa	9	3
Instituição de ensino técnico e tecnológico	3	1
Instituição de ensino superior	10	2
Instituição de ensino médio	10	3
Outro tipo de instituição Pública	8	3
Sistema S	7	0
Empresa	139	37
Órgão público Federal de Pesquisas e Difusão de tecnologias	1	1
Outra	3	4
Total	437	115

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

2.4 Formulários

O formulário disponibilizado pelo *google forms* teve como passo inicial o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde cada participante foi convidado a conceder ou não sua participação na pesquisa para disponibilização dos dados. Este termo, elaborado na dinâmica do diagnóstico, determina os objetivos da pesquisa e garante ao participante, o

caráter voluntário das informações prestadas, bem como a utilização exclusiva dos dados para e fins deste diagnóstico. O aceite eletrônico do TCLE foi pré-requisito para a participação na pesquisa e envio das respostas.

A pesquisa assegura, através do TCLE, o sigilo à pessoa física e jurídica nos resultados da pesquisa, com exceção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA), cuja identificação é justificada pela natureza pública e papel estratégico como única empresa estadual de Ater.

O formulário de dados qualitativos foi elaborado e organizado em cinco (5) eixos temáticos, que nortearam uma sequência lógica para coleta de dados e a análise dos dados, a seguir:

a) Caracterização e histórico institucional: informações sobre o informante, natureza jurídica, dados gerais da entidade, ano de fundação, áreas de atuação, composição organizacional e gênero;

b) Abrangência e público: território de atuação, número estimado de beneficiários, perfis socioeconômicos e demandas prioritárias;

c) Trabalho realizado com ATER: metodologias utilizadas, temas abordados, articulações territoriais, utilização de tecnologias e breve experiências.

d) Estrutura e recursos (financiamentos e humanos): levantamento da infraestrutura física, composição da equipe técnica, fontes de financiamento e desafios operacionais;

e) Entraves: identificação de obstáculos institucionais, técnicos, financeiros e políticos que dificultam a atuação das entidades.

Os resultados da 1ª Fase foram sistematizados em formato Excel, constituindo uma base de dados com endereço, contato e informações das instituições mapeadas pelo Google Forms, de caráter quantitativo.

Na 2ª Fase do estudo, de caráter qualitativo, foi utilizado formulário constituído por perguntas para possibilitar a análise das influências territoriais e sociais a partir de entrevistas direcionadas a uma amostra por tipologia das categorias componentes da pesquisa. Essa elaboração buscou garantir

a representatividade das regiões de integração, avaliar os tipos de serviços prestados, identificar os entraves, fortalezas e boas práticas realizadas por estes grupos.

Os pesquisadores, em suas respectivas áreas de integração, foram os responsáveis por visitar e entrevistar as instituições de Ater, de maneira presencial ou remota (por meio da ferramenta *Google Meet*). Antes de iniciar a entrevista, foi apresentado o TCLE às pessoas entrevistadas. As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro com 7 (sete) eixos centrais: i) histórico da instituição; ii) público, atuação e as políticas públicas; iii) como é feita a ATER no Pará; iv) recursos humanos, infraestrutura, recursos; v) métodos utilizados; princípios de Ater/Pnater; vi) relação institucional e; vii) balanço dos serviços realizados. No total foram entrevistadas 33 instituições, buscando diversidade e amplitude em termos de regiões de integração.

Como 3ª Fase da pesquisa foi realizado nos dias 03 e 04 de setembro de 2025, em Belém – Pará, o Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas, reunindo representantes de instituições públicas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, técnicos e agricultores familiares de diferentes regiões do estado do Pará. O objetivo principal foi a socialização dos resultados da pesquisa e a escuta sobre possibilidades de melhorias e complementações ao estudo realizado. Também foi realizada troca de experiências a partir da apresentação de práticas extensionistas realizadas por diferentes instituições de Ater.

A metodologia adotada foi participativa e colaborativa, com base em uma abordagem qualitativa inspirada nos princípios da educação popular e da extensão rural participativa, promovendo a integração entre saberes técnicos, científicos e empíricos. O evento constituiu-se como um espaço de diálogo horizontal entre gestores públicos, pesquisadores e representantes de comunidades rurais e de categorias sociais consideradas como público beneficiário da SEAF, fortalecendo o caráter coletivo das discussões sobre políticas e práticas de Ater. Destacou-se a presença e o protagonismo de representantes de movimentos sociais e organizações da agricultura familiar,

como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura- Fetagri, o Movimento Camponês Popular- MCP, o Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, a Rede Terra do Meio e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas- CNS, entre outros. Suas contribuições foram fundamentais para enriquecer as análises e foram incorporadas ao longo do texto deste relatório, refletindo a pluralidade de vozes, experiências e perspectivas presentes no seminário.

As atividades metodológicas foram estruturadas em mesas temáticas, rodas de conversa e grupos de trabalho (GTs), organizados por eixos de discussão que possibilitaram o aprofundamento dos temas e a construção de propostas conjuntas. As discussões e, sugestões realizadas pelas pessoas participantes do seminário contribuíram para aperfeiçoar o relatório apresentado.

3 | REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A ATER

Nesse diagnóstico utilizamos a definição oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural- Ater contida no Art. 2º da Pnater. Na Pnater os serviços de Ater são considerados como educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promovem processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

3.1 Origem da Ater no Brasil

A história da extensão rural mundial é contextualizada: na Europa, foi associada ao “trabalho de aconselhamento”, enquanto nos EUA foi vista como “extensão educativa”. Eventos como “a crise alimentar da batata na Irlanda” e “a Guerra da Secessão nos EUA” impulsionaram a criação de serviços de extensão (Bracagioli Neto, 2023, p. 17).

De acordo com Pereira e Castro (2020, p. 349), nos Estados Unidos, os *Farmers’ Institutes* tiveram um importante papel na difusão do conhecimento relacionado a tecnologias de produção agropecuária, ainda no final do século XIX. No entanto, grande parte dos países só iniciaram serviços semelhantes a partir do século XX e, em geral, a partir dos Ministérios da Agricultura. Peixoto (2008) considera que o modelo moderno de extensão rural, baseado na difusão de tecnologias para o meio rural, teve forte influência norte-americana.

No caso do Brasil, embora a maioria dos textos situe a origem da extensão rural na década de 1940, autores como Peixoto (2008) e Bracagioli Neto (2003), mostram que ações de caráter extensionista já estavam previstas na legislação brasileira desde o século XIX, com a criação dos Institutos Imperiais de Agricultura.

Entre 1946 e 1950, iniciaram-se no Brasil as atividades de cooperação técnica entre instituições filantrópicas americanas, como a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), liderada por Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979) e instituições brasileiras, com destaque para a atuação em “atividades ligadas ao Serviço de Alimentação da Previdência Social [...] no interior do estado de São Paulo”. A projeção nacional dessa cooperação, entretanto, consolidou-se a partir de Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), fruto de articulações promovidas por Rockefeller junto a representantes do governo, fazendeiros e membros da elite econômica (Gollo; Medeiros; De Oliveira, 2023).

A partir da experiência da ACAR-MG, foram criadas ACAR em outros estados brasileiros, dando conformação à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956 e, posteriormente, ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER). A ACAR-Pará foi criada em 1965, sendo a atual Emater.

Considerando os diversos acontecimentos e paradigmas que orientaram a Extensão Rural brasileira, Rodrigues (1997) e Bracagioli Neto (2023) periodizam-na em fases, como disposto no Quadro 01.

Quadro 1. Fases da Extensão Rural No Brasil.

FASES	CARACTERÍSTICAS
Humanismo Assistencialista 1948 – 1962	Visou promover a melhoria das condições de vida da família rural. Equipe composta por um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica. Metodologia de “aprender fazendo”. Interação vista como uma relação sujeito-objeto.
Difusionismo Produtivista 1963 – 1984	Visou promover a melhoria da produção e produtividade. Ação extensionista predominante para elaboração e acompanhamento de projetos de crédito. Ênfase na mudança tecnológica, sem considerar as estruturas socioeconômicas. Interação tratada como sujeito-objeto.
Humanismo Crítico 1985 – 1989	Visou o protagonismo das famílias em busca de melhoria da qualidade de vida. Catalização de processos sociais de mudança. Crítica ao difusionismo. Interação tratada como relação sujeito-sujeito.

FASES	CARACTERÍSTICAS
Transição ambientalista 1990 – 2002	Permaneceu a busca do protagonismo das famílias. Criação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar (Pronaf-1996). Desenvolvimento da agricultura alternativa e, posteriormente, sustentável.
Política Nacional de Extensão Rural 2004 – 2016	O Departamento de Ater foi absorvido pela SAF/ MDA Decreto Nº 4.739/2003; A PNATER e o PRONATER foram elaborados de forma participativa 2004/2005; Ocorreu a reestruturação do sistema público/privado de extensão rural (Lei Nº 12.188 11/01/2010). Ênfase na agricultura familiar (Lei Nº 11.236 24/07/2006). Transição para modelos de “agricultura da base ecológica”.
Continuidades e descontinuidades A partir de 2016	ATER Digital. Extinção de Programas.

Fonte: Bracagioli Neto (2023, p. 21 e 22).

A historiografia tem documentado que o processo de modernização, fortemente marcado pela entrada de capital estrangeiro, especialmente com os processos de expansão econômica, política e militar dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, em detrimento aos países ligados à União Soviética (Ribeiro, Wolfart, Silva, 2020). Havia um interesse muito evidente de se combater as ideias de socialismo e, por consequência intenções que pudessem conduzir ao debate sobre reforma agrária e problemas fundiários no campo, desviando o foco para questões como acesso a crédito, programas de tecnologias para produtividade, escoamento, e similares, avançando para o período durante a ditadura militar.

Rodrigues (1997) e Bracagioli Neto (2023) consideram que a primeira fase da extensão rural, Humanismo Assistencialista, perdurou até 1962. Conforme os autores, nessa fase busca-se a melhoria das condições de vida da família rural. O modelo adotado seguia o norte-americano em que, utilizando a pedagogia do aprender fazendo e buscando induzir a mudança de comportamentos de forma assistencial, “os homens atendiam os produtores nas demandas agrícolas, enquanto as mulheres, no ambiente doméstico,

atuando nos temas de alimentação e saúde” (Bracagioli Neto, 2023, p. 24). A partir da década de 1960, novas fases marcaram processos de mudanças na história da extensão rural, conforme descrito a seguir.

3.2 A ATER durante a Ditadura Militar (1964–1985)

Assim como Rodrigues (1997), Bracagioli Neto (2023) reflete que em sua segunda fase (1963–1984), denominada Difusionismo Produtivista, a extensão rural foi central na promoção da Revolução Verde, priorizando grandes produtores e o uso intensivo de tecnologias industriais e crédito, o que resultou em exclusão dos pequenos agricultores e degradação ambiental. O autor ainda ressalta que a modernização da agricultura no Brasil, embora tenha impulsionado o crescimento econômico, favorecendo também a industrialização, provocou êxodo rural e reforçou desigualdades sociais.

Com a ditadura militar, a ATER ingressou numa nova fase. Esse período representou a consolidação de uma política extensionista autoritária, voltada à difusão de pacotes tecnológicos que se baseava na popularização de uso de agrotóxicos, adubos sinteticamente produzidos, motomecanização e sementes melhoradas geneticamente em laboratórios. A extensão rural passou a ter como principal objetivo o aumento da produtividade agrícola, desconsiderando as estruturas socioeconômicas locais e reforçando um modelo técnico e verticalizado de desenvolvimento.

Segundo Bracagioli Neto (2023), o golpe de 1964 inaugurou uma política agrícola marcada pela tecnocracia e pelo autoritarismo. Criaram-se instituições como: Sistema Nacional de Crédito Rural (1965) – para financiar a adoção de tecnologias; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (1973) – voltada à pesquisa agropecuária; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater (1974) – para centralizar e coordenar nacionalmente a extensão rural pública, substituindo a ABCAR.

Essas instituições integravam o projeto de modernização conservadora do campo, que para Ricardo de Santana Souza (2011) representou uma transformação profunda na estrutura agrícola do país, fundamentada em uma revolução nos métodos produtivos que introduz um novo modelo baseado

na tecnificação do setor. Como principal estratégia, essa modernização era apoiada na dependência financeira dos produtores e na integração com a indústria de bens de produção agrícola — como tratores e insumos, tornando os agricultores, consumidores altamente subordinados a esse sistema. Como destaca Caporal (1988), a extensão passou a adotar o modelo de “difusão de inovações”, que culpabilizava os agricultores pela resistência à adoção tecnológica.

Nessa mesma perspectiva, Fonseca (1985) analisa que no Brasil a Extensão Rural é um processo que objetiva integrar os agricultores à dinâmica capitalista e ao mundo considerado moderno. Tendo base conceitual e epistemológica em abordagens como a Teoria da Modernização e a Teoria da Difusão de Inovações, em sua gênese focava na transmissão de conhecimento científico por meio da transferência de tecnologias, sendo, portanto, um projeto educativo para o capital.

Os impactos negativos da ATER durante esse período são amplamente documentados (Freire, 1969; Fonseca, 1985; Caporal, 1988; Bergamasco, Thomson, Borsatto, 2017). A fase subsequente, chamada por Bracagioli Neto (2023) de Humanismo Crítico (1985–1989), buscou romper com esse paradigma, promovendo uma extensão mais participativa e dialógica, influenciada pelas ideias de Paulo Freire.

3.2.1 Crise e Transformações nos anos 1980 e 1990

O processo de grande mobilização de diversos segmentos da sociedade civil e da redemocratização, após a época ditatorial iniciada em 1964, culminou em um importante marco: a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (Lima, Rodrigues & Bergamasco, 2020, p. 165). No entanto, a ATER passaria por enormes transformações, em função da adoção de modelos neoliberais no estado brasileiro.

A extinção da Embrater, em 1990, representou um dos principais marcos da chamada “Operação Desmonte” do governo Fernando Collor de Mello, que promoveu a desestruturação de importantes instituições públicas sob o argumento de modernização e enxugamento do Estado. Segundo Buainain *et*

al. (2014), a dissolução da Embrater desarticulou o Sistema Nacional de ATER, retirando do governo federal a coordenação estratégica e o financiamento de políticas extensionistas em nível nacional. Esse processo refletiu a adoção de uma agenda neoliberal que marginalizou as políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Com a ausência de uma entidade coordenadora federal, houve uma descentralização abrupta da ATER, repassando a responsabilidade aos governos estaduais sem o devido suporte técnico e financeiro. Essa fragmentação comprometeu a coerência das ações de extensão rural no país, gerando desigualdades regionais e instabilidade institucional, como apontam Grisa e Schneider (2015). Muitos estados não tinham estrutura e diretrizes consolidadas para manter serviços de extensão efetivos, o que resultou no enfraquecimento generalizado das políticas públicas no setor durante a década de 1990, especialmente no Norte e Nordeste do país, que possuíam grande dependência dos recursos federais (Grisa e Schneider, 2015).

Nesse contexto, organizações não governamentais (ONGs) passaram a atuar na prestação de serviços de ATER. A participação dessas instituições foi importante para a experimentação de inovações metodológicas. Algumas delas assumiram abordagens educativas a partir da pedagogia de Paulo Freire e foram incentivadas por instituições religiosas, como Igrejas e movimentos sociais do campo. Além de apoiar projetos de ATER, promoveram a capacitação de técnicos, como foi o caso do Grupo Novas Propostas para Agroecologia na Amazônia (GTNA), desenvolveram métodos de monitoramento e avaliação e desenvolveram ações visando a melhoria da renda dos agricultores e agricultoras (Assis, 2004). As ONGs contribuíram para a inclusão nos processos de ATER de temas como gestão participativa, organização política, equidade de gênero, empoderamento das mulheres, processamento de produtos, inclusão nos mercados, juventude e sucessão no meio rural.

Apesar das dificuldades, esse cenário também abriu espaço para o surgimento de novas abordagens mais próximas dos contextos locais e dos movimentos sociais rurais. A agroecologia, a agricultura familiar e a extensão

participativa foram temas que ganharam destaque como bases para a realização de serviços de ATER alternativos ao modelo difusionista tradicional. Autores como Caporal e Costabeber (2004) destacam que essas propostas valorizam o saber dos agricultores, a sustentabilidade ambiental e a construção coletiva do conhecimento. A extensão rural participativa, em especial, passou a se consolidar como estratégia para reconstruir o vínculo entre técnicos e comunidades, promovendo a autonomia e o protagonismo dos sujeitos rurais.

A partir do final dos anos 90, esses referenciais (participação, agroecologia, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável) subsidiaram o anúncio da necessidade de uma nova Ater, traduzida na proposição de Caporal (1998) e Caporal e Costabeber (2004) sobre o conceito -e a prática- de Extensão Rural Agroecológica. Conforme explica Caporal (2014), a chamada nova Ater expressava a necessidade de mudanças que vinham sendo sugeridas havia anos, incorporando, entre outras coisas, uma orientação fundamental para os tempos atuais: promover o desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da Agroecologia. Para esses autores, a Extensão Rural Agroecológica é um processo de intervenção de caráter educativo e transformador que se baseia em metodologias participativas e nos princípios teóricos da Agroecologia para promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (CAPORAL, 1998).

Nesse cenário de demanda por mudanças sociais, mesmo com forte viés neoliberal, a década de 90 é marcada pela criação de importantes instrumentos de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf, o Programa Nacional de Reforma Agrária- Pronera e o Projeto Lumiar, sendo este último vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

O Pronaf, criado em 1995, consolidou-se como a principal política pública de crédito rural voltada à agricultura familiar no Brasil. Sua origem está ligada a reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, como o “Grito da Terra Brasil”, articulado pela CONTAG e pela CUT, que defendiam políticas específicas para pequenos agricultores. A criação do

Pronaf foi também resultado de uma mudança de paradigma na compreensão da agricultura familiar, reconhecida como categoria social com potencial de permanência no capitalismo rural, contrariando as teses clássicas sobre sua inevitável extinção (Pretto; Horn, 2020). Em vista da necessidade de apoio técnico para elaboração dos projetos de crédito e de orientação técnica e acompanhamento quanto ao uso do recurso do financiamento, o serviço de Ater passou a ser ainda mais requerido. Essa associação entre crédito rural e serviço de Ater ampliou as oportunidades de atuação no campo da extensão rural para iniciativas privadas por meio da prestação de serviço de assistência técnica.

Apesar da importância do Pronaf no que se refere ao acesso de recursos de políticas públicas pela Agricultura Familiar no Brasil, sua implementação é heterogênea. Diversos estudos têm avaliado e apontado a desigualdade no acesso ao programa, indicando, mesmo com algumas variações, o predomínio tanto na quantidade de contratos quanto no valor dos recursos concentrados nas regiões Sul e Sudeste em detrimento às demais (Monteiro et al., 2023). Baccarin e Oliveira (2021) analisando o período de 1999 a 2019 indicam que mesmo não sendo algo totalmente linear, houve expansão no crédito, sendo que o Nordeste do país passou a acessar mais contratos, mas pouco volume. Programas específicos como o Pronaf Semiárido foram funcionais. Sudeste e Norte ampliaram participação tanto em número de contratos como em recursos. Pimentel e Claudino (2020), analisando o acesso ao Pronaf em um município do nordeste do Pará, indicam que entre 2013 e 2017, apesar do volume total de recursos destinado à região Norte ter aumentado, no Pará reduziu a nível de estado e no município em questão, tanto o volume de recursos quanto o número de contratos.

O Projeto Lumiar foi oficialmente instituído pela Resolução n.º. 95 de 20 de novembro de 1996, pelo Conselho Diretor do Incra. Foi o primeiro projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural específico para assentamentos de reforma agrária, com novas abordagens em pesquisa e extensão rural de perspectiva participativa (Schmitz, 2010). Foi um projeto que visava promover a terceirização e a descentralização da assistência técnica em assentamentos

rurais, permitindo que organizações de agricultores assentados contratassem serviços de Ater de organizações públicas e privadas credenciadas. A experiência de execução do projeto subsidiou a criação, anos mais tarde, do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, vinculado à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-Pnater criada em 2003.

Apesar das inovações institucionais, conceituais e metodológicas presentes no Projeto Lumiar e da rica experiência desenvolvida por suas equipes técnicas, o Incra decidiu interrompê-lo em 2000, desestruturando uma série de iniciativas que vinham sendo desenvolvidas em todo o país (Da Ros; Piccin, 2012).

Porém, o Lumiar reforça a ideia de criação de serviços de Ater públicos e não estatais, a partir da criação de inúmeras cooperativas de técnicos vinculadas aos movimentos sociais e o fortalecimento de organizações da sociedade civil organizada que passam a atuar mais diretamente com assentados da reforma agrária.

Outro programa importante é o Pronera, que foi criado em 1998, Portaria nº 10/1998, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), como resposta às reivindicações dos movimentos sociais do campo, com o foco no atendimento para a formação de pessoas do campo, como forma de garantir o acesso à educação de qualidade e pública em diversos níveis, para jovens e adultos nos assentamentos. Em 2001, o programa foi incorporado pelo INCRA, que passou então a executá-lo. Além dos níveis básicos de formação, há também ações de capacitação de profissionais para atuarem como Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos assentamentos rurais de todo o país. As formações ocorrem por meio de contratos celebrados com instituições educacionais como os Institutos, as Universidades e outros (Silva, 2021).

Outro fenômeno importante neste período é a descentralização dos serviços de Ater para os governos municipais, que não possuíam qualquer condição para prestar tais serviços. Porém, foram se estruturando em algumas regiões para assumir o papel, especialmente no que tange a políticas de fomento agrícola.

3.2.2 Retomada da ATER nos anos 2000: a criação da Pnater

Entre 2003 e 2016, “as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar foram marcadas por inovações e avanços no campo político institucional” (Thomson, Bergamasco, Borsatto, 2017, p. 70). A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) foi criada em 2003 após um período de inexistência de políticas públicas relevantes para a prestação de serviços de ATER.

Nascendo com um propósito ambicioso, mas necessário, de fomentar a transição para uma agricultura de base ecológica, fortalecer a agricultura familiar, renovar o formato institucional da ação governamental e contribuir para o desenvolvimento sustentável, objetivava “Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia” (BRASIL, 2004, p. 9).

A mobilização da sociedade civil e das organizações representativas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais foram determinantes para o surgimento da Pnater. Entretanto, as novidades trazidas no bojo da política exigiam mudanças significativas no perfil do corpo técnico das instituições governamentais e não governamentais que atuavam na Ater. “A Pnater de 2003-2004 se constituiu na primeira política pública da esfera federal a incluir a Agroecologia entre as recomendações para as ações de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola nacional” (CAPORAL, 2011, p. 25).

Mussoi (2011) ressalta que entre 2004 e 2005, foram realizadas 135 Oficinas de Socialização Conceitual, com a participação de mais de 5.000 extensionistas. De 2005 a 2007, o Dater, em conjunto com universidades selecionadas, realizou sete cursos de especialização (360 horas) em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, treinando cerca de 280 especialistas, todos agentes de Ater de ONGs e OGs. Também foram realizados dezenas de cursos de 40 a 80 horas, abordando diversos temas

de interesse dos extensionistas. A participação foi bastante significativa: 873 participantes em 2004. Dando continuidade ao processo de capacitação, em 2005 foram realizados 24 eventos de capacitação, dos quais participaram 1.193 extensionistas. Em 2006, foram realizados 15 cursos para 523 Agentes Ater.

Em 2006 e 2007, o Dater ofereceu dois cursos de ensino a distância sobre agroecologia, com duração de 130 e 240 horas, respectivamente. Esses cursos foram oferecidos por meio da plataforma virtual da REDCAPA, oferecendo 540 vagas por ano (20 vagas por estado), com um total de 1.080 participantes. Em resumo: de 2003 a 2007, mais de 9.000 técnicos participaram de algumas das atividades de treinamento oferecidas diretamente pelo Dater (Mussoi, 2011, p.63-64). Os aspectos inclusivos e as inovações metodológicas implícitas na Pnater foram duramente atacadas e até questionadas quanto a sua legitimidade sociopolítica. Mesmo sob pressão, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), foi a base para a promulgação da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010. O grande desafio da Pnater está justamente na efetiva observância de seus princípios, que são: i - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; ii - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; iii - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; iv - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; v - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e vi - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Esses princípios associados aos objetivos da Pnater estabelecem uma nova pedagogia de Ater que valoriza os saberes e conhecimentos locais, os saberes dos agentes de desenvolvimento, busca a construção dialógica de propostas de desenvolvimento, organiza o acompanhamento de forma reflexiva criando instrumentos participativos, inclui as diferentes identidades do meio rural, discute a questão da sucessão e geracional, fortalece a organização local (formal e não formal) e prioriza técnicas e práticas adequados às condições

ambientais. Implica, em última instância, estabelecer processos formativos inclusivos e continuados envolvendo agricultores e agricultoras (jovens e adultos) e os agentes de desenvolvimento (técnicos e técnicas).

Quando se considera a questão da juventude, alguns estudos apontam que a Ater é fator muito relevante, mesmo que não seja o único, a apoiar a permanência de jovens no campo, por possibilitarem melhoria na qualidade de vida, conforme trabalho de Kestrin (2021), mesmo quando atuam indiretamente, sendo muito relevantes para que ocorra a sucessão rural. O mesmo estudo mostra que os técnicos tendem a não trabalhar diretamente com os jovens, e sim com os pais, apesar dos esforços para que os filhos participem e acompanhem as atividades. Existe possibilidade de ampliar a participação dessas categorias.

Vale um destaque que ainda em 2012, durante o governo de Dilma, foi implementada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio de decreto (7.794), tendo caráter intersetorial e interministerial, a política teve por foco a redução do uso de agrotóxicos e a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, com a intenção de se articular com outras políticas como a do PAA e PNAE. Algumas avaliações indicam sucesso limitado em função dos poucos recursos, em confronto e correlação de forças em que houve grande abertura para mais agrotóxicos também com as políticas para o agronegócio convencional (Claudino, Wagner, Caetano, 2024). Lembrando que a implementação de sistemas orgânicos e/ou agroecológicos depende também da formação de profissionais de Ater com essas vertentes e conhecimentos.

Em 2013, o governo federal criou, por meio da Lei 12.897, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que foi regulamentada no ano de 2014, por meio do Decreto nº 8.252. Além de promover a assistência técnica em todo o país, tem como uma de suas principais funções credenciar e acreditar pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços de Ater.

A criação da Anater é considerada “um importante conquista para a consolidação das políticas de Ater no Brasil” (Thomson, Bergamasco & Borsatto, 2017, p. 70), mas também é criticada por “distanciamento dos objetivos iniciais e dos atores políticos vinculados a este processo” (Thomson, Bergamasco & Borsatto, 2017, p. 70-71), sobretudo após 2016. Conforme Pacheco (2024), as alternâncias dos governos, que levam a distintas prioridades e influências políticas, acabam afetando a continuidade e a coerência dos seus princípios. Isso faz com que a execução pela ANATER, ou seja, a operacionalização seja fragmentada, havendo variação nos recursos disponíveis, quase sempre insuficientes e, dependendo do perfil, acabam sendo direcionadas para modelos oriundos do período da Revolução Verde, limitando os avanços em relação aos princípios da política.

Por outro lado, para Messias *et al.* (2019), desde a formalização das diretrizes da Pnater, houve tentativa de sintonia nos discursos, por parte das agências de Ater públicas estaduais, de adequação aos princípios da política, talvez pelo fato, segundo os autores, de se adequar para ampliar a capacidade de captação de recursos públicos federais. Isso não significou a ausência de tensões, inclusive divergências de entendimento sobre a própria política e sua operacionalização, sobre especialmente o que vem a ser o desenvolvimento rural e quais metodologias adotar. Os autores destacam também que os contratos temporários e com muita instabilidade reduzem as possibilidades tanto de efetividade das ações dos técnicos, e até mesmo as possibilidades que eles têm de expressar suas opiniões sobre o que entendem sobre a Ater ou Pnater.

3.2.3 Desmonte após-2016 e a atual retomada

A partir de 2016, o Brasil passou por um processo de reestruturação institucional que afetou diretamente as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), durante o governo Michel Temer, representou um marco simbólico e prático da redução dos investimentos públicos no setor. A extinção do MDA sinalizou a desvalorização da agricultura familiar como prioridade estratégica de desenvolvimento rural. Essa decisão teve como consequência

o enfraquecimento de políticas públicas fundamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Nos anos seguintes, houve uma visível priorização do agronegócio nas agendas de governo, com redução de orçamento e desestruturação dos programas voltados à agricultura familiar. A Assistência Técnica e Extensão Rural, essencial para o desenvolvimento sustentável no campo, teve sua atuação comprometida. A política de ATER foi profundamente esvaziada, perdendo capacidade de articulação e recursos, em um contexto de hegemonia do agronegócio nas políticas públicas. Essa mudança de orientação agravou as desigualdades no campo e dificultou o acesso de pequenos produtores a tecnologias, crédito e mercados.

Diesel et al., (2021) falam de um período de dismantelamento das políticas de Ater, especialmente após o ano de 2018, com uma reforma política e reorientação conservadora. Contextualizando as mudanças, os autores apontam:

O exame da trajetória da Pnater evidencia que o então já reduzido apoio governamental para sua implementação foi agravado após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Neste sentido, Lima et al. (2019), por exemplo, apresentam análise orçamentária que indica redução de 51% das despesas executadas relativas à Ater para agricultura familiar e 82% na Ater para áreas de reforma agrária no período 2014-2017, corroborando avaliações prévias de Valadares et al. (2018) e Mattos (2017). Do mesmo modo, destaca-se a desarticulação das instâncias gestoras desta política, decorrentes da extinção do MDA, particularmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). (Diesel et al., 2021, p. 600).

Este período é marcado pelo fortalecimento do chamado Sistema S, especialmente com repasses de recursos federais para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, que estrutura a Assistência Técnica e Gerencial – ATEG, programa do sistema da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para atendimento de médio e pequenos produtores rurais com uma abordagem a partir de cadeias produtivas.

O Sistema S foi iniciado em 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Senai, a partir de acordos entre estado e entes representantes dos principais setores da economia (iniciativa privada). É um conjunto de nove entidades privadas sem fins lucrativos criadas para promover qualificação profissional (mão-de-obra), assistência social e fomentar o desenvolvimento de setores da economia, como a indústria, o comércio e o agronegócio. São elas: Senai, Sesi, Senac, Sesc, Senar, SESCOOP, Sest, Senat e Sebrae. O SENAR foi criado em 1991 (Lei nº 8.315/91) visando “organizar, administrar e executar o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em todo o território nacional” (BRASIL, 1991). No Governo Bolsonaro passou a ter importância fundamental na execução do serviço público de ATER.

Entretanto, a partir de 2023, com a recriação do MDA pelo Governo Lula, iniciou-se um processo de reconstrução das políticas voltadas à agricultura familiar. A revitalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a retomada do apoio aos agricultores familiares demonstram uma mudança significativa de orientação. Conforme destaca o próprio MDA (2023), “a nova fase da PNATER reafirma o papel estratégico da ATER pública e participativa na promoção da agroecologia, segurança alimentar e inclusão produtiva”. Essa reestruturação representa um esforço para retomar o protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro.

3.3 Casos exitosos de ATER nacional

Observando o cenário nacional, podem ser apresentadas algumas experiências exitosas de ATER, em perspectivas locais, regionais, territoriais, entre outros arranjos geopolíticos. A seguir, apresentaremos alguns casos com certa notoriedade, pensando especialmente em lançar luz sobre possibilidades criativas para fomentar reflexões que podem ajudar a avançar ações também no território paraense.

3.3.1 A experiência da Bahia

Um caso que ganhou certa expressividade, especialmente pelo envolvimento de diversos atores, tanto estaduais quanto em parceria com atores locais tem acontecido na Bahia, em torno do Projeto Bahia Produtiva, fomentados especialmente pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com recursos oriundos de Empréstimo entre o Governo da Bahia e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)¹. O foco é a inclusão produtiva, aumento de renda e oportunidades. Além dos investimentos gerais em diversas direções, o serviço de ATER com alguns diferenciais tem feito com que o caso seja indicado como tendo sucesso. Segundo a revista Bahia Produtivas (2022), tem ocorrido uma importante transformação na produção, beneficiamento e acesso a mercados para os produtos da agricultura familiar e outras populações tradicionais na Bahia.

Em relação a ATER, as estratégias incluem a oferta de serviços sistemáticos e continuados, com orientações técnicas, para a efetivação de mudanças na base produtiva e a implantação de modelos de produção mais sustentáveis, e fomentando as condições adequadas a entrega de matéria-prima com mais qualidade, utilizadas nas unidades agroindustriais sob a gestão dos/as próprios/as agricultores/as familiares. Segundo a revista Bahia Produtiva (2022), o acompanhamento técnico abrange também as organizações produtivas, em termos de gestão e funcionamento dos empreendimentos. Avançam em diferentes frentes e cadeias, o que assegura a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar regional.

É bom notar que as experiências relatadas indicam a prioridade a temas como produção sustentável e livre de venenos e transgênicos, embora

¹ Indicam que atingiram 1.209 organizações sociais e produtivas (cooperativas e associações) apoiadas com investimentos aplicados/comprometidos da ordem de R\$ 685 milhões. No âmbito do projeto, estão sendo implantados, também, 174 sistemas de água, 24.378 ligações canalizadas e 5.297 sistemas de ligações de água canalizadas recuperadas. Até dezembro de 2022 o volume de recursos aplicados é de US\$ 260 milhões (Revista Bahia Produtiva, 2022, p. 7).

não sejam totalmente nessa direção, demonstram a prioridade para esses caminhos. Seja pela valorização de sistemas agroflorestais, apoio ao milho não-transgênico, laranja orgânica, apoio à certificação orgânica, fortalecimento de sistemas de criação animal integrados, que indicam experiências de resiliência em territórios que têm passado por agravos climáticos, apoio às ações de turismo de base comunitária e artesanato aparecem como destaques das ações envolvendo a ATER.

O entendimento da diversidade de situações parece ser um ponto relevante, já que as diferenças carecem de respostas distintas, sendo que uma das soluções encontradas foi a multidisciplinaridade das equipes, algo que já é bem entendido como relevante. A participação efetiva de jovens, além dos beneficiários mais diretos, há também aqueles que atuam como Agentes Comunitários Rurais (ACR), contratados para apoio e multiplicação de conhecimentos, além das mobilizações e atuação nas áreas de comunicação social, segurança alimentar e nutricional, gestão e assessoria técnica. Os jovens são oriundos das próprias comunidades rurais onde estão localizadas as organizações produtivas, o que permite avanços na Ater, pois, já possuem relações de confiança, conhecem costumes e tradições, o que se torna um diferencial.

Foi registrado também a inovação com alguns serviços de Ater durante a pandemia, utilizando plataformas digitais, se mostrou com bons resultados, agregando experiências que puderam também ser utilizadas nos dias de campo e visitas às famílias e organizações/grupos. Conseguiram produzir quase 600 horas de material em vídeos, quase 200 materiais técnicos e pedagógicos, e realizaram atendimentos remotos durante a pandemia. No Quadro 2 listamos alguns dos destaques da experiência, indicando alguns quantitativos de serviços.

Quadro 2. Destaques da experiência de ATER na Bahia.

ÊNFASE DA EXPERIÊNCIA	DESCRIÇÃO
ATER e Serviço de Assessoria Comunitária	Serviço de apoio técnico especializado a agricultores/as familiares, organizações produtivas e formação e acompanhamento de jovens Agentes Comunitários Rurais (ACR), responsáveis pela mobilização social, comunicação, apoio à gestão dos empreendimentos e multiplicação de tecnologias e práticas sustentáveis pela ATER. Esse serviço conta com 27 instituições parceiras, selecionadas por Edital Público, com 101 profissionais contratados, com formação multidisciplinar, 660 Agentes Comunitários Rurais (ACR), no atendimento a 18.420 agricultores/as familiares e 584 organizações produtivas.
ATER de apoio à produção, conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade	Serviço de apoio técnico especializado para a valorização da biodiversidade, promoção de práticas e modelos produtivos e agroindustriais de baixo impacto, incorporação do conceito de integração dos investimentos ao uso racional e sustentável dos bens naturais. Esse serviço conta com uma instituição de ATER parceira, 12 profissionais contratados, e formação multidisciplinar, para o atendimento a 99 organizações produtivas apoiadas.
Assistência Técnica de apoio à implantação de sistemas de produção emergencial de alimentos	Serviço de apoio técnico emergencial para a produção de alimentos em comunidades com situação de risco social, para a produção de alimentos saudáveis e de ciclo curto, visando a aumentar a diversidade de produção e garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias atendidas, bem como o acesso a circuitos curtos de comercialização. Esse serviço é prestado por diferentes instituições (Prefeituras Municipais, Consórcios Públicos Territoriais, e SDR), por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), conforme o termo de parceria firmado, e conta com 250 profissionais.
Assessoria Técnica de apoio à base de produção e gestão de organizações produtivas	Serviço de Assessoria Técnica na produção e na gestão dos empreendimentos, para fortalecer as Alianças Produtivas, estabelecendo práticas e ações para a organização da base produtiva, melhorias nos processos de fabricação, relação do negócio com o mercado e profissionalização da gestão das cooperativas. Esse serviço conta com 96 profissionais que apoiam diretamente às unidades de produção familiar e a gestão de 52 organizações produtivas.

Fonte: Revista Bahia Produtiva (2022, p. 9-10), adaptado.

Vale destacar que desde o planejamento do projeto, houve uma ênfase em atender as demandas do mercado com agregação de valor aos produtos, e isso envolve o trabalho com as agroindústrias especialmente vinculadas às organizações atendidas, entre associações e cooperativas. O alinhamento entre quem produz, processa e comercializa se torna indispensável, levando ao amadurecimento das experiências coletivas ou em parcerias. A formação dos extensionistas e a incorporação de tecnologias foi de suma importância para os resultados indicados, o que parece, em perspectiva de médio e longo prazos, apontar resultados satisfatórios.

3.3.2 A experiência de Minas Gerais

No contexto do estado de Minas Gerais, algumas experiências ganharam destaque nos últimos cinco anos. Pode-se registrar a experiência de apoio à comercialização e a outra de alinhamento entre ações de apoio ao turismo rural de base comunitária, em que a Ater tem um papel muito relevante.

O relatório de comercialização apresenta alguns relatos de sucesso de iniciativas de comercialização apoiadas pela Emater-MG em diversas regiões de Minas Gerais. Participaram 34 escritórios regionais, com destaque para cinco experiências que se sobressaem pela abordagem integrada entre organização, assistência técnica e acesso a mercados formais. Nesse contexto, surgiram mais de 35 iniciativas de comercialização online apoiadas pela Emater-MG, envolvendo cerca de 1.500 agricultores e mais de 10 mil consumidores. Produtos como frutas, hortaliças, queijos e doces, representaram a maior parte das vendas realizadas por plataformas digitais, revelando o potencial do comércio eletrônico no meio rural.

A experiência ocorreu por meio da organização para o associativismo, incentivando a formação de grupos informais e cooperativas para organizar os agricultores familiares em torno de estratégias comerciais coletivas. Entende-se que a formação coletiva fortalece a representatividade dos produtores e permite maior poder de negociação frente aos mercados formais. Além disso, a Emater-MG oferece capacitação constante, com ênfase na gestão

administrativa, financeira e comercial. Esses treinamentos incluíram formações em boas práticas de produção, rotulagem e regularização sanitária, elementos fundamentais para garantir qualidade e ampliar os canais de comercialização.

Em dezembro de 2023, a Emater-MG lançou a plataforma de *e-commerce* “É do Campo”. O site reúne a produção de 40 agricultores familiares e disponibiliza mais de 250 itens para venda direta ao consumidor, eliminando intermediários e fortalecendo a renda do produtor. Além disso, o projeto oferece suporte técnico e certificações sanitárias adequadas, permitindo a venda em níveis municipal, estadual e federal.

Outro passo importante da ação foi o apoio à regularização de agroindústrias familiares, como a registrada no município de Pirapora. Nessa localidade, agricultores conseguiram acesso à assistência técnica, realizaram adequações sanitárias em suas unidades de processamento e obtiveram acesso ao crédito rural. Com isso, passaram a fornecer para mercados formais e programas institucionais como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Sobre essa questão, é relevante destacar que a Emater-MG desempenha um papel estratégico ao articular e facilitar o acesso dos agricultores a esses programas. No caso do PNAE, o trabalho iniciou-se com a sensibilização e capacitação das gestões municipais quanto à exigência legal de destinação de, no mínimo, 30% dos recursos da alimentação escolar para a compra de produtos da agricultura familiar. A atuação da empresa incluiu a mediação entre agricultores e secretarias municipais de educação, a organização de reuniões técnicas e visitas a escolas, além da orientação sobre as exigências legais e sanitárias que envolvem o fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

Além disso, os agricultores familiares foram apoiados na sua organização em grupos formais ou informais, como associações e cooperativas, facilitando o atendimento às chamadas públicas. A assistência técnica abrangeu também a regularização produtiva, com orientação sobre boas práticas agrícolas, emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro da Agricultura

Familiar (CAF), rotulagem e controle sanitário, garantindo a adequação da produção aos padrões exigidos para comercialização com o poder público. Os resultados foram expressivos. Entre 2021 e 2025, mais de 22 mil agricultores familiares receberam apoio técnico para acessar o PNAE em Minas Gerais. Em 2024, o estado superou a meta de aplicação dos recursos da alimentação escolar em produtos da agricultura familiar, atingindo 37% de compras nesse segmento, o que representou mais de R\$ 249 milhões investidos e impactou diretamente centenas de milhares de estudantes da rede estadual (EMATER-MG, 2025).

As experiências documentadas evidenciam que o acesso aos programas PNAE e PAA depende de um conjunto articulado de fatores, como a organização social dos produtores, assistência técnica contínua, regularização sanitária e intermediação institucional. Como pontos positivos das ações, foram observadas a multiplicação de canais de venda, o fortalecimento da autonomia dos produtores, o aumento da renda familiar e a valorização de produtos locais.

A outra iniciativa que tem ganhado destaque refere-se ao alinhamento entre turismo rural e as ações de Ater promovidas pela Emater-MG é o “Ruralidade Viva”. Algumas cartilhas lançadas desde 2023, quando foi lançada a primeira edição da Ruralidade Viva, com 46 experiências relatadas, e mais recentemente a segunda edição, em 2025, com 137 experiências, vêm demonstrando como algumas ações de fortalecimento de cadeias produtivas, alinhadas com processos de valorização de especificidades regionais têm favorecido comunidades rurais no estado, indicando experiências transversais que abrangem Agroindústria, Cooperativismo, Café, Queijos Artesanais e muito mais.

Trata-se de um projeto estratégico da Emater-MG em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, lançado em fevereiro de 2022, cujo desafio é promover o fortalecimento das tradições rurais e do artesanato mineiro que possam fortalecer as relações de parceria em prol do

desenvolvimento e integrar as ações voltadas para o setor. Foram ofertadas 2 capacitações, em parcerias interinstitucionais, com metodologias para apoiar os técnicos, além de diversos seminários de turismo rural, abrangendo 15 municípios e um público de aproximadamente 1000 pessoas entre agricultores familiares, produtores rurais, artesãos, profissionais da área do turismo, poder público tanto das Secretarias Municipais de Agricultura, de Turismo e Cultura, entre outros.

4 | RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DE ATER NO PARÁ

4.1 Caracterização das Instituições Respondentes

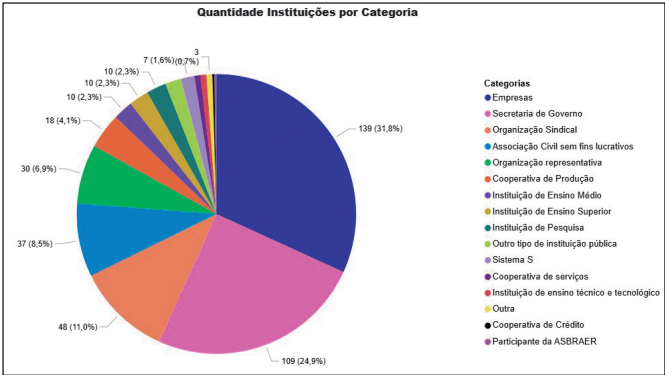
O mapeamento inicial feito nas regiões de integração identificou 437 entidades que prestam serviços de acompanhamento técnico, distribuídas em 15 categorias, com 139 empresas, representando 31,8% do total, e 109 secretarias de governo (24,9%), com destaque para as secretarias municipais. Nessa quantificação, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará foi contabilizada uma vez, constituindo a única participante da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (ASBRAER) que tem escritórios nos 144 municípios do Pará.

As organizações sindicais representam 11% das entidades, citadas pela realização do Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), com orientações e parcerias diversas. As associações sem fins lucrativos (ONG) ou Organizações da Sociedade Civil (OCS) contribuem com 8,5% e as organizações representativas como as associações de agricultores e agricultoras familiares são 6,9%. As cooperativas de produção representam 4,1%. As instituições de ensino médio (Casas Familiares Rurais), técnico e superior que desenvolvem ações de formação e extensão representam 5,3%. As instituições de pesquisa identificadas,, que atuam na capacitação e difusão de tecnologias, foram a CEPLAC, Embrapa, FIOCRUZ, CIFOR-ICRAF, totalizando 2,3% (Ver gráfico 01).

Apesar de não ser considerada como entidade de Ater, a CEPLAC participou da pesquisa. O órgão está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com suas competências redefinidas pelo Decreto 10.827, de 30 de setembro de 2021, e Decreto nº 8.852 de setembro de 2016, com a missão de “promover a pesquisa, a inovação e a transferência de tecnologias

para o desenvolvimento sustentável da cacauicultura no Brasil, abrangendo seus diversos biomas e conservando o meio ambiente e a biodiversidade”.

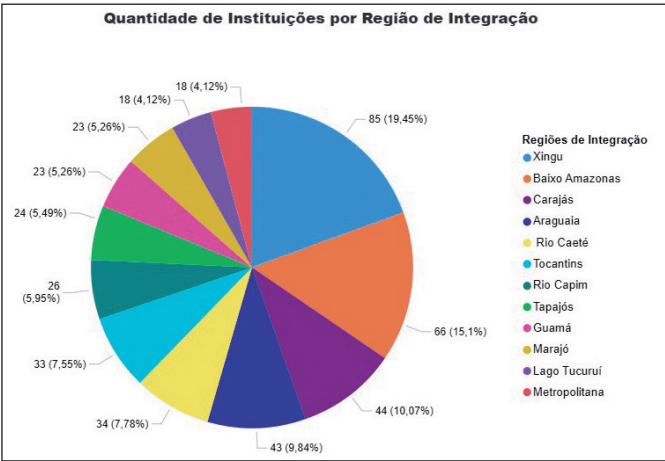
Gráfico 1. Quantidade de instituições por categoria.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

O Gráfico 2 mostra que as regiões de integração do Xingu e Baixo Amazonas, abrigam o maior número de instituições que estão desenvolvendo ações de assistência técnica e extensão rural, com destaque para as empresas, secretarias de governo, organizações sindicais e associações sem fins lucrativos.

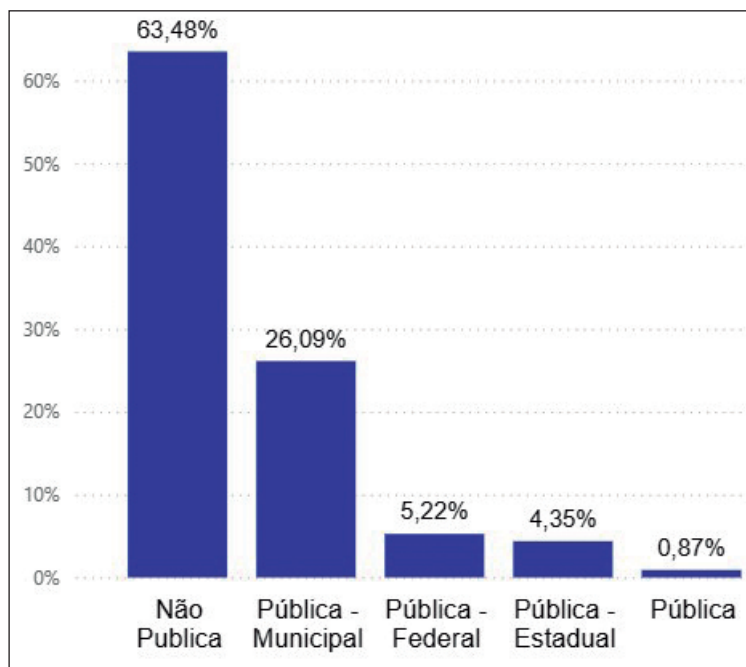
Gráfico 2. Quantidade de instituições por Região de Integração do Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

O gráfico 3² mostra que as entidades de natureza jurídica não pública representaram 63,48% do total, o que está coerente com as categorias encontradas, assim como, foi verificado que 26,09% das entidades são de natureza pública e municipal, como secretarias municipais de agricultura, ou outras denominações complementares. Conforme destacado no histórico da ATER no Brasil, a descontinuidade de uma política nacional e as dinâmicas estaduais de desenvolvimento rural, baseadas especialmente na tomada de crédito, tem impulsionado o surgimento de empresas privadas para prestação dos serviços de assessoria técnica.

Gráfico 3. Natureza jurídica das instituições.

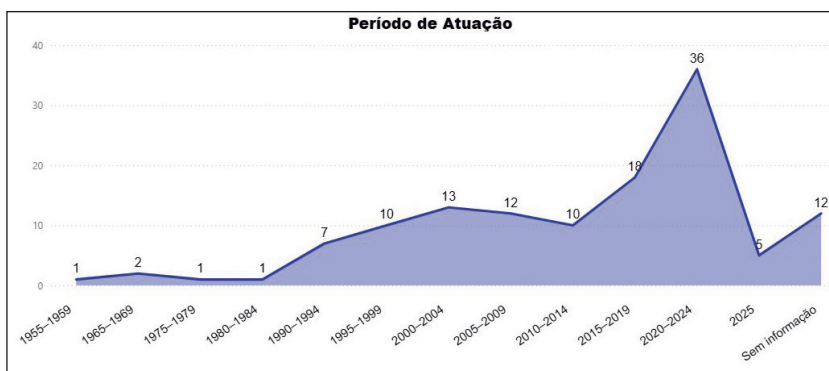


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025)

² Nos gráficos posteriores foram utilizadas as informações obtidas por meio do questionário aplicado via Forms, que contou com 115 respondentes, número considerado estatisticamente representativo em relação ao total das instituições participantes.

Quanto ao período de atuação com ATER, as mais antigas são a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), EMATER Pará, Comissão Pastoral da Terra (CPT), vários Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e algumas ONGs, como a Solidariedade, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Center for International Forestry Research and World Agroforestry (CIFOR-ICRAF). As entidades que começaram a atuar há dez anos são principalmente as de natureza não pública, como as empresas. Entretanto, também foi observado que existem muitas secretarias municipais de agricultura criadas recentemente, ou que sofreram reformulações, indicando que o tempo de atuação também seja recente (Gráfico 4).

Gráfico 4. Quantidade de entidades por ano do início de atuação.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

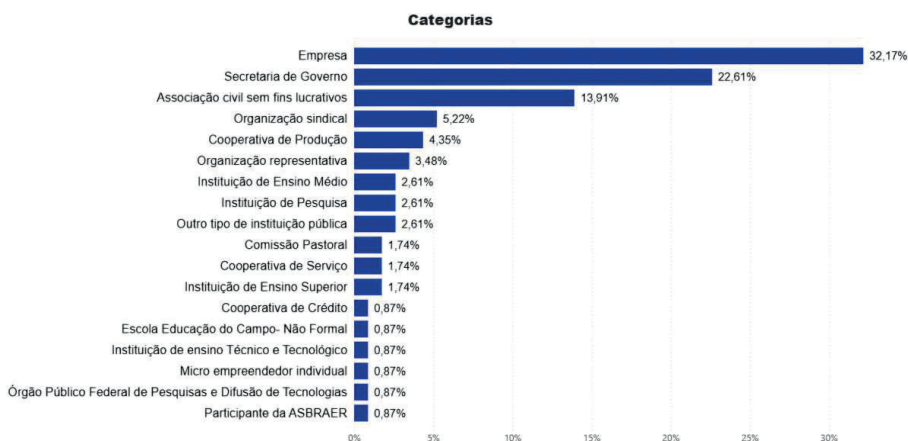
Conforme evidenciado no gráfico 04, a partir de 1995, verifica-se um crescimento gradual na constituição dessas entidades, alcançando um total de 13 entre os anos de 2000 e 2004. Entre 2015 e 2024, observa-se um aumento expressivo no número de entidades, com destaque para o período de 2020 a 2024, que apresenta o maior pico, totalizando 36 instituições. Esse crescimento pode estar associado à consolidação de programas governamentais e ações de fomento à organização produtiva local, como a expansão das políticas de desenvolvimento rural sustentável e à ampliação dos mercados institucionais.

O gráfico 5 abaixo apresenta a diversidade de entidades ativas no estado do Pará. A maioria é composta por empresas, que representam 32,17% do total. Em seguida, destacam-se as secretarias de governo, com ênfase para as secretarias municipais, com 22,61%, e as associações civis sem fins lucrativos (ONGs), com 13,91%. As organizações sindicais correspondem a 5,22%, enquanto as cooperativas de produção somam 4,35%, e as organizações representativas, 3,48%.

Com menor participação, aparecem as instituições de pesquisa, as instituições de ensino médio e outros tipos de instituições públicas, cada uma com 2,61% de representatividade. Já as comissões pastorais, cooperativas de serviço e instituições de ensino superior representam 1,74% cada. Por fim, com apenas 0,87% cada uma delas, encontram-se as demais categorias (instituições de ensino técnico e tecnológico, cooperativa de crédito, microempreendedores individuais, e órgão público Federal de pesquisa).

Importante ressaltar que as entidades do sistema S não responderam ao questionário de maneira espontânea e não se conseguiu realizar uma entrevista com seus representantes.

Gráfico 5. Percentual de entidades por categoria.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

4.2 Perfil da Pessoa Responsável

4.2.1 Gênero, faixa etária, formação, etnia/raça

No que se refere ao perfil do responsável da instituição, o gráfico 6 evidencia uma significativa disparidade de gênero nas respostas obtidas. O sexo masculino representa 71,30% do total de respondentes, enquanto o sexo feminino corresponde somente 28,70%. Esse cenário reflete um padrão recorrente em espaços de gestão e liderança institucional, especialmente no setor rural, onde a presença feminina ainda é minoritária, o que indica barreiras estruturais no acesso das mulheres nesses espaços, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam e incentivem a presença das mulheres nesse setor.

Quanto à faixa etária, nota-se uma predominância de pessoas entre 40 e 49 anos (34,78%) e entre 30 e 39 anos (30,43%), somados constituem 65,21% dos responsáveis pelas instituições. Indivíduos com idades entre 50 e 59 anos representam 19,13%, seguidos daqueles acima de 60 anos (11,30%). Em contrapartida, os mais jovens (entre 18 e 29 anos) totalizam apenas 4,35%, o que mostra uma baixa inserção da juventude em cargos de gestão institucional (Ver gráfico 07). Ressaltando um possível desafio para a renovação de lideranças, para participação e envolvimento de jovens no meio.

Gráfico 6. Gênero do responsável

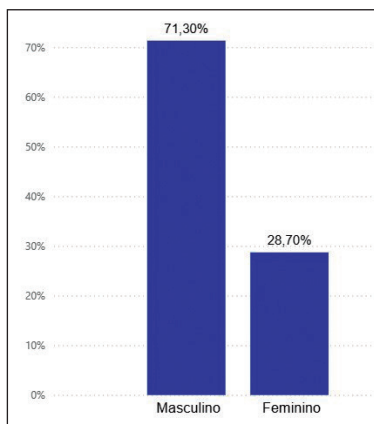
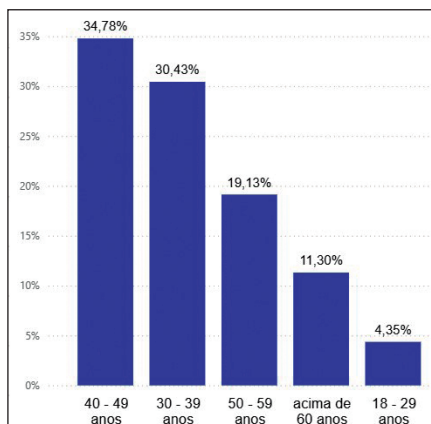


Gráfico 7. Idade do responsável



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Quanto à formação do(a) responsável pelas entidades, 33,9% têm o nível de graduação, 19% com especialização, 14% com mestrado e 9,5% com doutorado, com nível médio e médio profissionalizante são 16%, e 6% têm o nível fundamental de escolaridade.

Os(as) responsáveis pelas entidades se autodeclararam como pardos (46%), branco (27,8%), pretos (19%), indígena (1,7%) e 5% não responderam. Estes responsáveis assumem diversos tipos de cargos, destacando o cargo de secretário (22%), presidente (13%) e diretor ou diretor-executivo (11,3%), e outras diversas denominações como: coordenador, administrador, societário, técnico, agente de pastoral, proprietário, agente comunitário, professor, reitor, e outras identificações a partir da profissão.

4.3 Abrangência e Público Atendido

4.3.1 Perfil do Público da ATER

Estudos atuais mostram, a partir de diferentes perspectivas, a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, geração de emprego e diminuição da pressão sobre os recursos naturais. No entanto, a agricultura familiar apresenta uma grande complexidade e diversidade. Entender essa complexidade e diversidade é um passo importante para a definição de qualquer estratégia que tenha como objetivo apoiar esse público. No caso da política pública de ATER torna-se um aspecto mandatário para os planejadores e implementadores da política.

A caracterização da agricultura familiar (Wanderley, 1996) tomou como base os dados do INCRA sobre as modalidades de assentamentos em vigor e o número de famílias assentadas (INCRA, Relatório 0227 de 03 de junho de 2025). Tem-se entendimento das limitações dessa escolha, mas o tempo e os objetivos desse diagnóstico não permitiram ir além desses aspectos. Recomenda-se fortemente que sejam feitas pesquisas qualitativas para uma caracterização mais fina. Importante frisar que as modalidades de assentamentos definidas atualmente pelo INCRA é um indicativo forte do tipo de identidade da agricultura familiar ali presente.

Existem dois grupos de assentamento considerado pelo INCRA, os do grupo 1 (PA, PDS, PDAS, PCA, PAF, PAE), que são projetos atuais criados pelo órgão e os do grupo 2 (RESEX, TRQ, PFP, PRB, FLONA, RDS, PAM, PE), que são modalidades reconhecidas pelo órgão. Além dessas, algumas modalidades deixaram de ser criadas no ano de 1990 (ARA, PAR, PC, PIC, PAD, PAC, PAQ). Na elaboração desse diagnóstico, identificamos a existências dos três tipos de modalidades (Quadro 3).

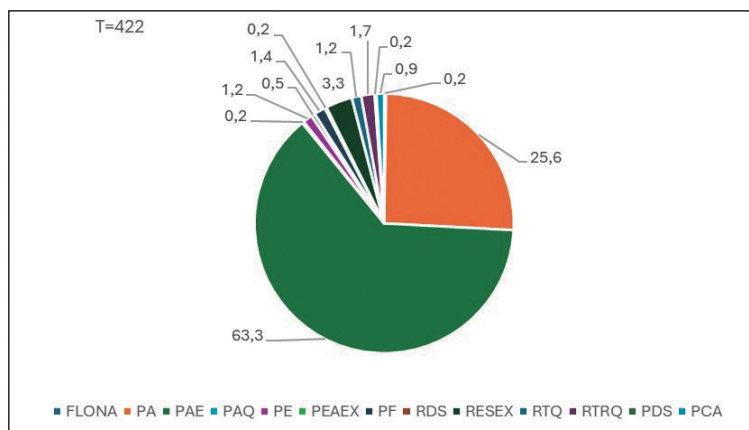
Quadro 3. Tipos de Assentamentos rurais criados ou reconhecidos pelo INCRA no Brasil.

GRUPO	SIGLA	NOME COMPLETO
Grupo 1 – Projetos criados atualmente pelo INCRA	PA	Projeto de Assentamento Federal
	PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
	PAF	Projeto de Assentamento Florestal
	PCA	Projeto de Assentamento Casulo (revogada em 2017)
	PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
Grupo 2 – Modalidades reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do PNRA	PE	Projeto de Assentamento Estadual
	PAM	Projeto de Assentamento Municipal
	RESEX	Reserva Extrativista
	TRQ	Território Remanescente Quilombola
	PFP	Projeto de Fundo de Pasto (Reconhecido como PFP)
	PRB	Reassentamento de Barragem
	FLONA	Floresta Nacional
	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Modalidades extintas (uso encerrado, principalmente na década de 1990)	PC	Projeto de Colonização
	PIC	Projeto Integrado de Colonização
	PAR	Projeto de Assentamento Rural Rápido
	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
	PAQ	Projeto de Assentamento Quilombola

Fonte: INCRA (2025)

Percebe-se uma grande variedade de modalidades de projetos de assentamentos por superintendência regional do INCRA. No entanto, há uma diferença marcante entre as regionais. Na SR 01 estão presentes treze (13) modalidades de assentamentos, mas predomina a modalidade Projetos Agroextrativistas – PAE (63,3%), seguido dos Projetos de Assentamentos – PA (25,6%), sendo essa uma das modalidades mais antigas (Gráfico 8). A forte presença de PAE nessa região indica uma população predominantemente local e residente em áreas com presença forte do componente florestal que podem influenciar numa diversidade de agroecossistemas com diferentes combinações.

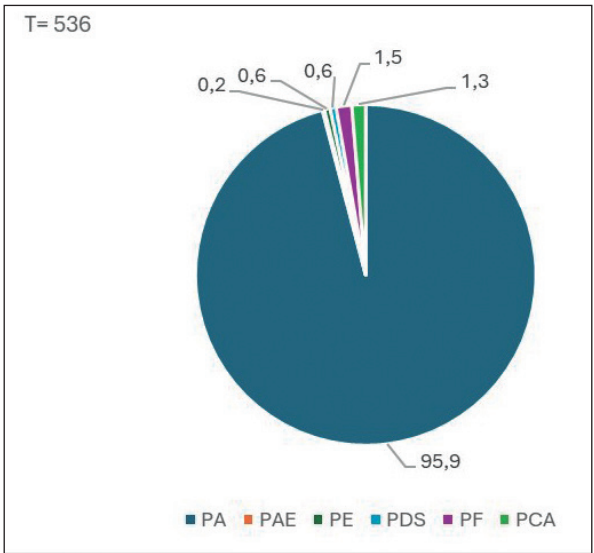
Gráfico 8. Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 01.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Na SR 27, há uma diversidade menor de modalidades de assentamentos, apenas seis (6) e predominam os Projetos de Assentamentos – PA (95,9%), conforme Gráfico 9. A predominância de PA indica, nas condições históricas do Pará e do sudeste paraense especificamente, a presença de um grande contingente de agricultores migrantes. São agricultores com múltiplas experiências e muitas vezes com engajamento social e político forte devido à presença constante de conflitos fundiários.

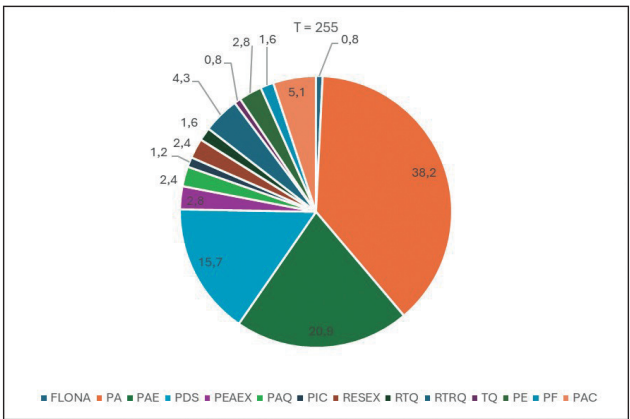
Gráfico 9. Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 27.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Na SR 30, com quatorze (14) modalidades de assentamentos e com três tipos predominando, os Projetos de Assentamentos – PA (38,2%), os Projetos Agroextrativistas – PAE (20,9%) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS (15,7%), conforme Gráfico 10.

Gráfico 10. Distribuição percentual por modalidade de assentamento SR 30.

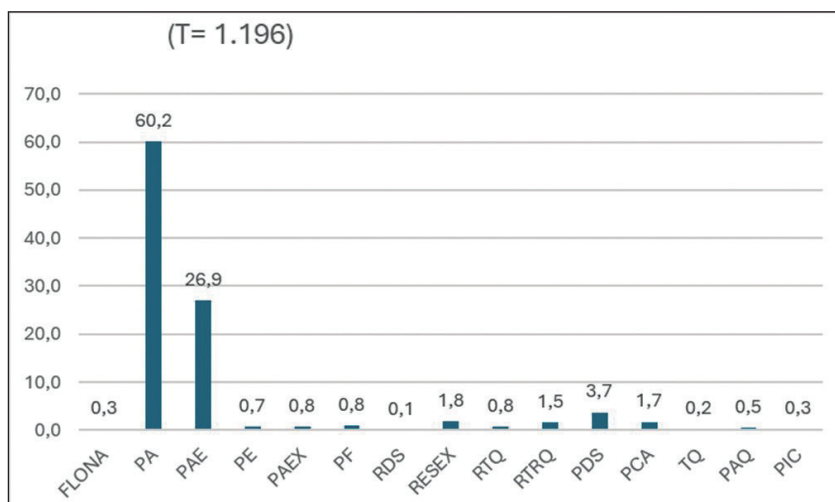


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

A diversidade de modalidades de projetos de assentamentos revela a diversidade de identidades da agricultura familiar nessa região. Considerando o número total de famílias assentadas, as SR 01 com sede no nordeste paraense e a SR 30 com sede em Santarém, abrigam 34% cada uma, enquanto a SR 27, com sede em Marabá, abriga 32%.

Quando nos referimos ao estado do Pará, percebe-se a predominância dos Projetos de Assentamentos – PA, com um total de 60,2% das modalidades de assentamento. Essa modalidade existe em todas as três regionais do INCRA, mas apresenta um percentual maior nas SR 27 e SR 30. A predominância na SR 01 é de Projetos Agroextrativista – PAE. Isso se explica devido à localização da SR 01 que abrange toda a região do Marajó e Baixo Tocantins. A modalidade de assentamento que está em segundo lugar no estado do Pará é o Projeto Agroextrativista, com 26,9% das modalidades. A terceira modalidade de assentamento mais importante, em termos percentuais no estado é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, com 3,7% dos projetos de assentamentos existentes. As outras modalidades estão todas abaixo de 2% do total (Gráfico 11).

Gráfico 11. Distribuição percentual por modalidade de assentamentos no estado do Pará.

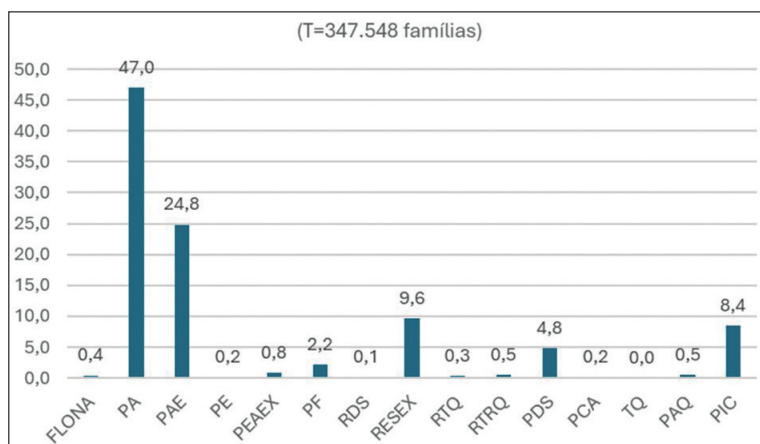


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Os dados de famílias assentadas por modalidade de projetos de assentamentos mostram que há uma grande diversidade de identidades da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Estudos mostram que essa diversidade não é apenas uma questão semântica. Existem aspectos culturais, econômicos, religiosidade e até cosmologias que diferenciam essas famílias de agricultores familiares. O escopo desse diagnóstico não permite aprofundar esses aspectos, no entanto, não podemos deixar de registrar a importância de entender essa diversidade no momento de pensar políticas públicas.

Apesar da diversidade, algumas modalidades concentram as famílias assentadas. As famílias assentadas em Projetos de Assentamentos – PA, somam 47% do total de assentados. As regiões Sudeste, Sul e Oeste do Pará concentram a maioria dessa modalidade de assentamento. Essas regiões foram alvo das políticas de colonização desde os anos 1970 e concentram também muitos agricultores migrantes do Nordeste e de outras regiões do país. As famílias assentadas em Projetos Agroextrativistas - PAE, somam 24,8% do total e 60% dessas famílias estão na região nordeste do estado, marajó e baixo Tocantins. As famílias assentadas em Reservas Extrativistas – RESEX, somam 9,6% do total, as assentadas nos Projetos Integrados de Colonização – PIC, 8,4% e as assentadas em Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, 4,8%, totalizando 347.548 famílias assentadas (Gráfico 12).

Gráfico 12. Distribuição do número de famílias por modalidade de assentamento no estado.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

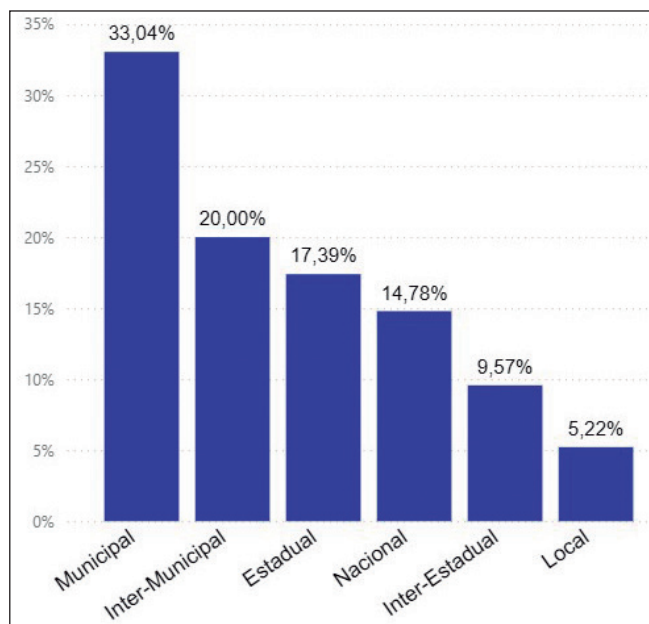
Apesar de aparentemente os agricultores familiares assentados em projetos tradicionais serem a grande maioria, quando juntamos as diferentes modalidades de assentamentos destinados aos extrativistas e povos e comunidades tradicionais vemos que essa diferença não é tão grande. Somadas todas as famílias assentadas em modalidades diferenciadas como PAE, PEAEX, RDS, RESEX, RTQ, RTRQ, PDS, FLONA e PAQ, temos 41,8% do total de famílias assentadas no estado. Isto significa que quase a metade das famílias assentadas estão em áreas de alta diversidade biológica, em margens de rios e em áreas florestadas. A diversidade de modalidades de assentados também nos mostra a necessidade de políticas públicas diferenciadas. No que se refere a ATER, é preciso que os extensionistas tenham conhecimento profundo das características de cada uma dessas modalidades e dos agricultores familiares assentadas, para poder desenvolver ações específicas conforme as situações locais.

4.3.2 Área de Atuação Territorial

O Gráfico 13 revela uma forte predominância de ações em nível municipal (33,04%), seguido pelo intermunicipal (20%) e estadual (17,39%). Esses dados indicam que a maioria das organizações atua nos próprios municípios onde possuem seus escritórios, com foco em territórios específicos e maior capilaridade local. Essa concentração nos níveis mais próximos do território sugere que a extensão rural no estado está ancorada em instituições como empresas pequenas de ATER e Secretaria Municipais de Agricultura, e pode ser indício de limitações estruturais para alcançar escalas mais amplas.

A presença de iniciativas em níveis nacional (14,78%) e interestadual (9,57%) é significativamente menor, indicando que poucas entidades possuem estrutura, financiamento ou articulação suficientes para uma atuação de maior abrangência territorial. Esses números refletem, possivelmente, o predomínio de organizações de pequeno e médio porte com alcance limitado. De toda forma, é recomendável uma reflexão sobre o alcance dos programas e políticas acessados por essas entidades.

Gráfico 13. Nível de atual territorial das instituições de ATER.



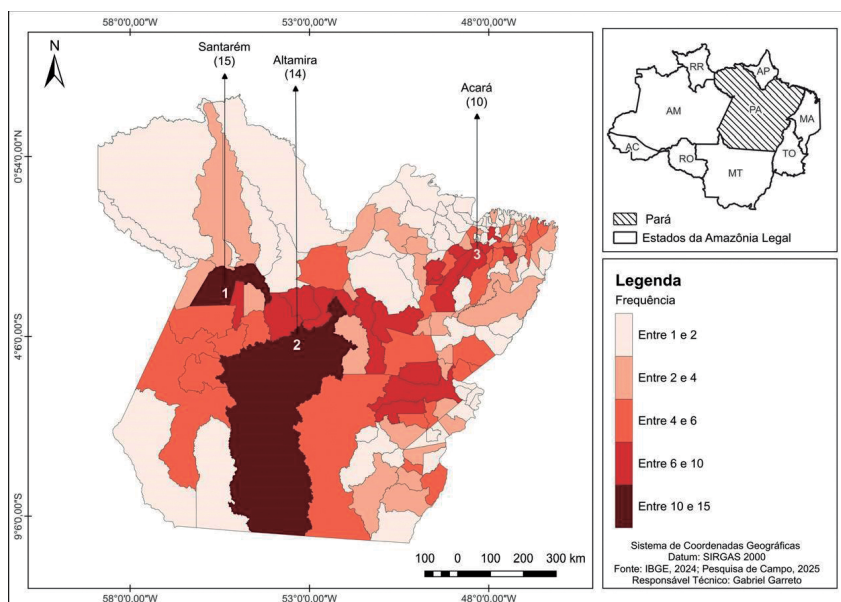
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Diante disso, os dados evidenciam a importância de fortalecer os mecanismos de articulação entre os níveis municipal, estadual e federal, buscando maior integração, escala e sustentabilidade das ações de ATER. A atuação territorializada, embora fundamental, precisa ser acompanhada de estratégias que ampliem a capacidade de cobertura e alcance das políticas públicas, especialmente em um estado como o Pará, caracterizado por grandes distâncias, diversidade sociocultural e desafios logísticos.

4.3.3 Número de municípios com atuação de ATER em 2024

A Figura 2 apresenta a distribuição espacial das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos municípios do Pará.

Figura 2. Distribuição espacial das iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Observa-se uma concentração significativa de iniciativas em municípios localizados no oeste e sudoeste do estado, com destaque para Santarém (15 iniciativas) e Altamira (14 iniciativas), que figuram como os dois principais polos regionais de ATER. A alta frequência nesses territórios pode ser explicada por diversos fatores, como o histórico de assentamentos rurais, a presença de organizações da sociedade civil, a atuação de órgãos federais e estaduais, bem como maior infraestrutura logística e institucional em função das políticas de desenvolvimento regional e das estratégias de redução do desmatamento nestas regiões.

Por outro lado, uma grande parte dos municípios do nordeste e norte paraense apresenta baixa frequência de atuação (entre 1 e 2 iniciativas), evidenciando a existência de vazios assistenciais em regiões que também concentram populações rurais expressivas. Essa desigualdade territorial

sugere a necessidade de revisão das estratégias de planejamento e alocação de recursos para ATER, a fim de garantir maior equidade na oferta dos serviços, especialmente em áreas de difícil acesso e com menor densidade institucional.

O caso do município de Acará (10 iniciativas), situado na Região de Integração do Tocantis, também chama atenção, indicando que a proximidade da capital pode favorecer a maior presença de projetos, possivelmente devido à facilidade logística e institucional. Outro fator pode estar relacionado aos projetos de expansão de cadeias produtivas como a do Dendê e mandioca na região.

O mapa revela fortes disparidades espaciais na distribuição das ações de ATER no Pará, concentradas em alguns polos e rarefeitas em vastas áreas do território estadual. Essa configuração reforça a importância de políticas públicas que promovam maior descentralização territorial e fortalecimento das capacidades locais, sobretudo em regiões amazônicas interiorizadas. O planejamento territorial das ações extensionistas deve, portanto, considerar os critérios de equidade, vulnerabilidade social e diversidade sociocultural para a efetiva universalização do acesso à ATER no estado.

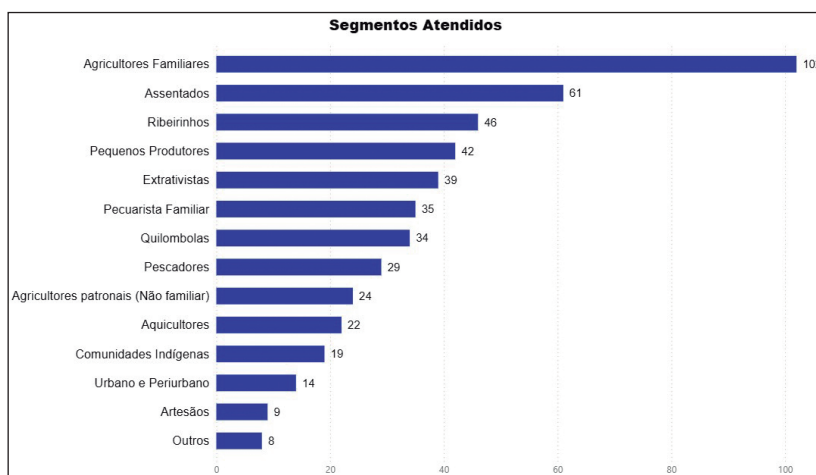
4.3.4 Segmentos atendidos pela ATER

O Gráfico 14 evidencia a diversidade de segmentos sociais contemplados, com ênfase na agricultura familiar. Os agricultores familiares aparecem como o principal grupo atendido, com 102 registros, seguidos pelos assentados da reforma agrária, que somam 61 atendimentos. Esse dado confirma o direcionamento histórico das políticas de ATER no Brasil, que priorizam os agricultores familiares e os beneficiários da reforma agrária, conforme estabelecido pela Política Nacional de ATER (PNATER) e pela Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006).

Além desses dois grupos majoritários, o gráfico revela uma importante diversidade de públicos inseridos nas ações de ATER, incluindo ribeirinhos (46), pequenos produtores (42), extrativistas (39), pecuaristas familiares (35), quilombolas (34), pescadores (29) e comunidades indígenas (19). Essa variedade de perfis reflete a complexidade social e produtiva da agricultura

familiar na Amazônia, caracterizada por modos de vida tradicionais, coletivos e fortemente vinculados ao território e aos recursos naturais. A presença desses grupos nas ações extensionistas aponta avanços na inclusão de comunidades historicamente marginalizadas, exigindo metodologias adaptadas às especificidades culturais, ambientais e produtivas locais (Figura 16).

Gráfico 14. Principais seguimentos atendidos pela ATER no Pará (N: 115).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Outros públicos atendidos, como agricultores patronais (24), aquicultores (22), população urbano-periurbana (14) e artesãos (9), ainda que em menor número, demonstram que a ATER tem ampliado seu escopo de atuação, incorporando práticas produtivas não exclusivamente agrícolas ou vinculadas a atividades complementares da economia rural. Essa expansão, no entanto, impõe desafios à estrutura técnica e metodológica das instituições executoras, que precisam estar preparadas para atender demandas diversificadas.

4.3.5 Famílias atendidas pelas instituições de ATER

O número de famílias atendidas pelas instituições de ATER, segundo os dados do questionário e o Relatório Anual de 2024 da EMATER-PA, é de 104.512, o que corresponde a 30,1% do total estimado de famílias que poderiam

ser beneficiadas. Esse dado, por si só, evidencia uma importante limitação: cerca de 69,9% das famílias ainda não são alcançadas por esse serviço essencial ao desenvolvimento rural sustentável.

O Pará, com suas dimensões territoriais ampla e grande diversidade socioambiental, apresenta desafios logísticos e estruturais significativos para a efetivação da ATER em todo o seu território. Com um total de 2.541 pessoas atuando nas instituições de ATER, a média de atendimento é de aproximadamente 94 famílias por técnico. Esse número revela um esforço considerável por parte dos profissionais, mas também aponta para um cenário de sobrecarga e possível dificuldade em garantir um acompanhamento técnico de qualidade, contínuo e personalizado a cada família.

A média de quase 100 famílias por técnico pode comprometer a efetividade das ações de ATER, especialmente quando se leva em conta que muitas das comunidades rurais estão em áreas de difícil acesso, o que demanda tempo e recursos adicionais para a realização das visitas técnicas, capacitações, orientações e acompanhamento dos projetos produtivos. A possibilidade de ATER por meios digitais pode ser uma alternativa para amenizar essa situação, mas carece ainda de experimentações e de verificação de condições estruturais no interior do estado, como presença de internet, condições dos escritórios das entidades e as próprias condições das comunidades e dos agricultores.

Em relação ao atendimento das famílias pelos serviços de ATER no Pará em 2024, observa-se uma forte concentração em poucas categorias institucionais. As instituições participantes da ASBRAER respondem por 57,1% do total de famílias atendidas (59.720 famílias), seguidas pelas Secretarias de Governo, com 14,7% (15.360 famílias), e empresas privadas, com 12,3% (12.827 famílias). Juntas, essas três categorias concentram mais de 80% do atendimento, indicando uma forte centralização do serviço em entidades públicas e em parcerias com o setor privado. Embora eficientes em termos de escala, esse modelo pode limitar a diversidade de abordagens e a adequação às especificidades locais (Tabela 2).

Tabela 2. Número de famílias atendidas por tipo de instituição de ATER.

CATEGORIAS	FAMÍLIAS ATENDIDAS- ATER 2024	PORCENTAGEM (%)
Associação civil sem fins lucrativos	9508	9,1
Comissão Pastoral	496	0,5
Cooperativa de Crédito	500	0,5
Cooperativa de Produção	318	0,3
Cooperativa de Serviço	8	0,0
Empresa	12827	12,3
Escola Educação do Campo- Não Formal	265	0,3
Instituição de Ensino Médio	75	0,1
Instituição de Ensino Superior	90	0,1
Instituição de ensino Técnico e Tecnológico	25	0,0
Instituição de Pesquisa	543	0,5
Organização representativa	1185	1,1
Organização sindical	1660	1,6
Outro tipo de instituição pública	1932	1,8
Participante da ASBRAER	59720	57,1
Secretaria de Governo	15360	14,7
Total	104520	100,0

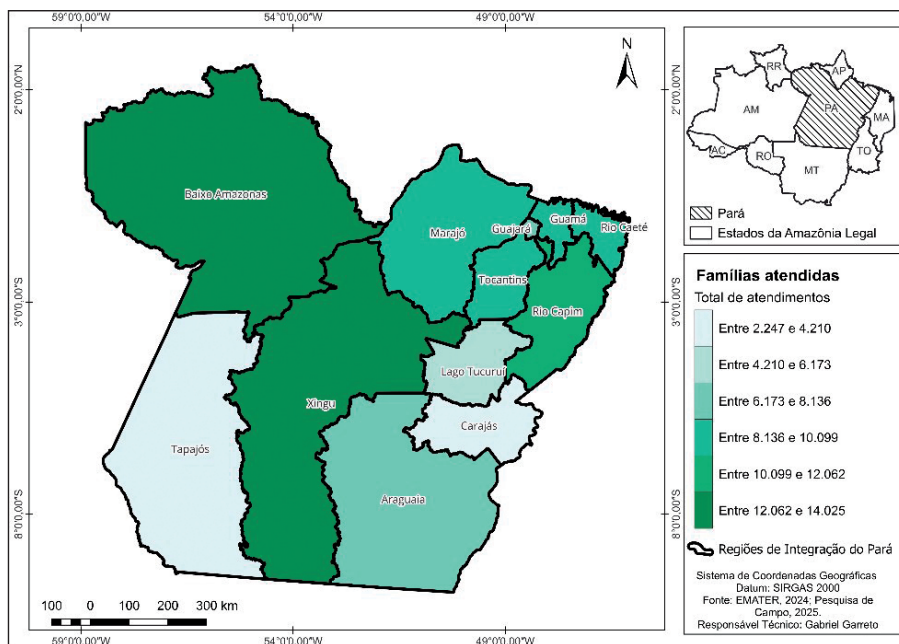
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa e Relatório da EMATER-PA (2025).

Em contrapartida, associações civis sem fins lucrativos atenderam 9,1% das famílias (9.508), revelando uma participação relevante da sociedade civil. No entanto, instituições como escolas do campo, instituições de ensino técnico e superior, e centros de pesquisa, apresentam índices muito baixos de atendimento, totalizando menos de 0,2% juntos. Também chama atenção a baixa presença das cooperativas e organizações representativas de trabalhadores e produtores, que, somadas, têm participação limitada na execução dos serviços. Em que pese o baixo número de famílias atendidas por essas entidades, cabe salientar que elas representam um grande potencial de formação de multiplicadores.

Diante desse cenário, é possível concluir que, apesar da diversidade institucional envolvida, o modelo atual de ATER no Pará ainda é bastante concentrado e pouco articulado com os diversos atores do território rural. Ampliar a participação das instituições de ensino, pesquisa, cooperativas e organizações sociais pode contribuir para uma assistência técnica mais qualificada, inclusiva e sensível às realidades locais. Um sistema mais descentralizado e integrado tende a ser mais eficaz na promoção do desenvolvimento rural sustentável no estado.

No que tange a cobertura por região de integração, destaca-se que regiões como Baixo Amazonas e Rio Capim aparecem com maior cobertura (entre 8.136 e 14.025 famílias), enquanto regiões como Tapajós e Araguaia apresentam números mais baixos (entre 2.247 e 6.173 famílias). Estes aspectos exemplificam uma cobertura desigual no estado (Figura 03).

Figura 3. Mapa de Famílias atendidas pelas instituições de ATER nas Regiões de Integração.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Explorando um pouco mais essas informações, demonstra-se que há uma distribuição heterogênea da cobertura da ATER no Pará, tanto entre a EMATER quanto entre as demais instituições. As regiões Baixo Amazonas (13,4%) e Xingu (13,0%) lideram em número total de famílias atendidas, seguidas de Carajás (9,9%), Rio Capim (9,8%) e Marajó (9,5%). Essas cinco regiões concentram mais da metade dos atendimentos (55,6%), evidenciando áreas prioritárias ou de maior demanda de serviços de assistência técnica e extensão rural (Tabela 3).

Tabela 3. Número de famílias atendidas por região de integração.

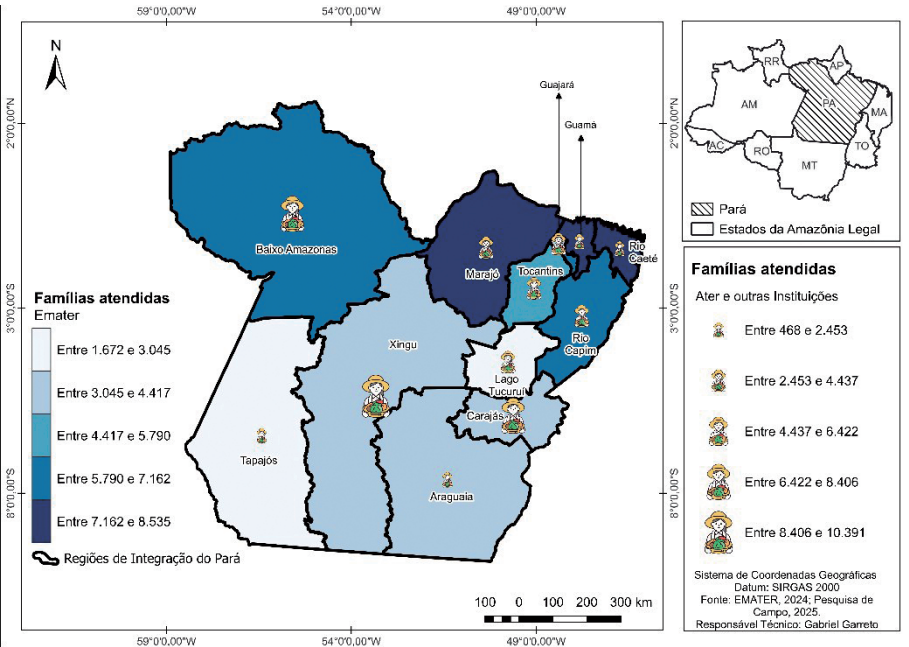
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	FAMÍLIAS ATENDIDAS- ATER 2024 (DEMAIS INSTITUIÇÕES)	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA EMATER	TOTAL	% DE ATENDIMENTO
Araguaia	2321,00	3890,00	6211,00	5,9
Baixo Amazonas	7770,00	6255,00	14025,00	13,4
Carajás	6724,00	3584,00	10308,00	9,9
Guamá	468,00	8535,00	9003,00	8,6
Lago Tucuruí	3620,00	2193,00	5813,00	5,6
Marajó	2562,00	7360,00	9922,00	9,5
Metropolitana	2543,00	3771,00	6314,00	6,0
Rio Caeté	978,00	7468,00	8446,00	8,1
Rio Capim	4215,00	6022,00	10237,00	9,8
Tapajós	575,00	1672,00	2247,00	2,1
Tocantins	2625,00	5771,00	8396,00	8,0
Xingu	10391,00	3199,00	13590,00	13,0
Total	44792,00	59720,00	104512,00	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Ao observar a participação específica da EMATER, percebe-se que sua atuação é mais expressiva em regiões como Guamá (8535 famílias), Marajó (7360) e Rio Caeté (7468), onde responde pela maior parte dos atendimentos totais. Já nas regiões Xingu e Baixo Amazonas, a maior parcela dos atendimentos vem de outras instituições, o que sugere um cenário de forte

presença de organizações não estatais ou projetos específicos de ATER nessas áreas, conforme Figura 4.

Figura 4. Mapa de Famílias atendidas pela EMATER e outras instituições de ATER nas Regiões de Integração.



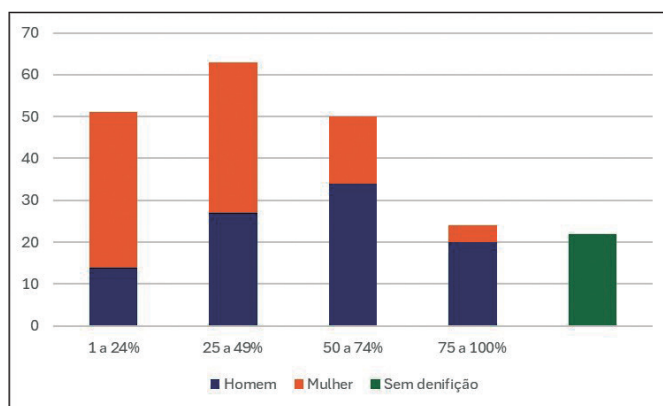
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Por outro lado, regiões como Tapajós (2,1% do total), Lago Tucuruí (5,6%) e Araguaia (5,9%) apresentam menor peso relativo no conjunto estadual, o que pode estar relacionado a fatores como menor densidade populacional rural, limitações logísticas ou menor demanda registrada. Esses dados indicam que, para um planejamento estratégico, seria importante analisar as causas das diferenças regionais e considerar ações de reforço em áreas de baixa cobertura, ao mesmo tempo em que se mantém a capacidade de resposta nas regiões de maior concentração de famílias atendidas.

4.3.6 Percentual por gênero e faixa etária

O Gráfico 15 evidencia o percentual de atendimento a homens e mulheres realizado pelas instituições. Na análise fica evidenciado que o atendimento para mulheres rurais ainda assume quantitativo inferior quando comparado ao percentual de atendimento a homens rurais. Na maioria dos estabelecimentos rurais, as mulheres são responsáveis por uma diversidade de atividades, nas roças de cultivos anuais e permanentes, no manejo dos quintais produtivos, de plantas medicinais, beneficiamento de produtos, manutenção dos sistemas de criação, que de modo geral, excedem o limite da residência e dos cuidados com a família. A realidade das mulheres ribeirinhas, que tem nos espaços das águas, roças, campos naturais, várzeas e da floresta, as suas atividades cotidianas, carecem ainda de estudos e maior compreensão. Na perspectiva de gênero e ruralidade, as mulheres possuem pouco reconhecimento na condição de produtoras rurais, o que as torna “invisíveis” (Brumer, 2004).

Gráfico 15. Percentual de atendimento por gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Apesar do número de mulheres ser inferior aos homens, o quantitativo de gênero feminino e a presença nos gráficos, demonstram que em vários territórios, a presença feminina é expressiva. A preocupação com o gênero

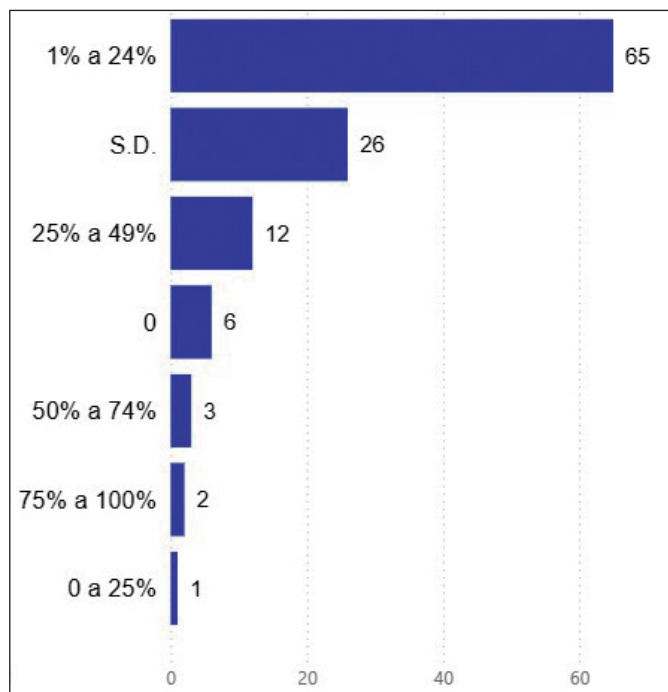
demonstrou ser uma questão abordada pelas instituições, exceto para 20 empreendimentos, que responderam “sem definição” durante o diagnóstico, como mostra a barra verde do gráfico 15.

A presença majoritária de indivíduos masculinos nos resultados sugere que grande parte dos atendimentos são direcionados aos homens rurais, e que estes, assumem o papel de trabalhador rural, legítimo e reconhecido pelas entidades de ATER, sendo eles, os responsáveis pelos processos decisórios. De maneira mais crítica, ainda que o trabalho rural seja realizado pela família, na divisão de trabalho, as atividades realizadas pelas mulheres são consideradas como ajuda ou apoio. Isto não representa uma limitação isolada de uma ou outra instituição, pode sim, representar uma limitação geral do processo formativos dos agentes de extensão rural.

Em relação ao atendimento dos jovens rurais, o Gráfico 16 revela uma realidade importante sobre a baixa inserção da juventude rural nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Pará. A maioria dos registros se concentra na faixa de 1% a 24% de jovens atendidos, com 65 ocorrências, o que indica que, na maioria das iniciativas analisadas, os jovens representam apenas uma pequena parcela do público beneficiado.

Além disso, chama atenção o número elevado de casos classificados como S.D. (sem dados), totalizando 26 registros. Isso aponta para uma fragilidade na coleta ou sistematização de informações específicas sobre o público jovem, o que dificulta o monitoramento e o planejamento de políticas voltadas para esse segmento. Apenas 12 instituições relatam um atendimento entre 25% e 49% de jovens, e as faixas mais altas de atendimento (acima de 50%) apresentam números bastante reduzidos: 3 instituições com 50% a 74%, 2 com 75% a 100% (Gráfico 16).

Gráfico 16. Atendimento dos jovens pela ATER



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Esse cenário evidencia uma sub-representação da juventude rural nas ações extensionistas, o que é preocupante do ponto de vista da sustentabilidade das dinâmicas produtivas e da permanência das novas gerações no campo. A baixa inclusão dos jovens pode refletir tanto uma lacuna na priorização institucional quanto a ausência de metodologias específicas para atrair esse público. A superação desse desafio exige a incorporação de práticas pedagógicas voltadas à juventude, estímulo à sucessão rural, incentivo à inovação e ao uso de tecnologias digitais, além de políticas de educação no campo articuladas à ATER. Fortalecer a participação dos jovens é essencial para garantir a renovação das lideranças, a diversificação das atividades produtivas e a vitalidade dos territórios rurais amazônicos.

4.4 Atuação Técnica das Instituições de ATER

Apresentamos a seguir a atuação técnica entidades respondentes a partir de quatro subtemas: i) linhas de atuação; ii) atuação no campo das políticas públicas; iii) adoção de inovação tecnológica e metodológica e; iv) metodologia de atuação.

4.4.1 Linhas de Atuação em 2024/2025

O desempenho das instituições de ATER representam um ponto estrategicamente importante, que garante a diferenciação do perfil dessas entidades em suas diferentes áreas de atuação. Para subsidiar os dados referentes a políticas públicas e linhas de atuação das entidades, foi realizada uma análise quantitativa a partir da frequência de respostas identificadas por meio dos formulários aplicados. Os dados coletados representam as diferentes frentes que tiveram/tem atuação em 2024/2025, e permitem observar com maior precisão às áreas que têm recebido maiores iniciativas e investimentos.

Por meio da análise das menções sobre temas de atuação, identificadas por meio das respostas ao questionário 01, foi possível identificar as linhas temáticas com destaque significativo entre os respondentes da pesquisa, refletindo prioridades locais, demandas e entraves de atuação. Na Tabela a seguir estão os temas mencionados e sua frequência:

Tabela 4. Frequência dos temas citadas pelas respondentes.

LINHA DE ATUAÇÃO	FREQUÊNCIA
Orientações Técnicas e práticas produtivas	95
Manejo e conservação dos recursos naturais (recursos hídricos, florestas, solos)	66
Elaboração de Projetos	58
Gestão do estabelecimento (planejamento, administração)	53
Associativismo e Cooperativismo	52
Capacitação técnica (ex. Cursos de curta duração)	51
Segurança Alimentar e nutricional	47
Apoio institucional a organizações de agricultores e agricultoras	44
Comercialização/Certificação	40
Transformação da produção (agroindústria, artesanato)	38

LINHA DE ATUAÇÃO	FREQUÊNCIA
Regularização Ambiental	35
Regularização fundiária (ex. Geoprocessamento de áreas rurais)	35
Crédito/Microcrédito	32
Transição Agroecológica	27
Monitoramento e proposição de políticas públicas	24
Acompanhamento	24
Agroindustrialização	22
Educação escolar do campo	20
Planejamento regional e gestão territorial	19
Direitos Territoriais	14
Ecoturismo	10
Turismo de base comunitária	10
Turismo rural	10
Saneamento Rural	10
Saúde	10
Fonte de energias renováveis	3
Segurança do trabalho	2
Plantas medicinais e fitoterápicos	1
Territórios sustentáveis	1
Vigilância do trânsito intra e interestadual de vegetais e animais	1
Artesanato/ Educação ambiental	1
Assistência técnica e gerencial	1
Construção de propostas de enfrentamento às mudanças climáticas da região de Santarém	1
Coordenação e execução de atividades de Educação Sanitária Animal e Vegetal	1
Implantação de SAF's de certificação de casas de farinha	1
Limpeza química em Pastagens	1
Elaboração de Projetos	1
Erradicação e controle de pragas vegetais e doenças animais	1
Manejo de abelhas	1
Fomento ao Desenvolvimento Rural	1
Orientações em produção de Cacau	1
Pastagens	1
Crédito fundiário	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

Entre os temas citados nas respostas, destaca-se o tema Orientações técnicas e práticas produtivas, com 95 menções, o que demonstra que a melhoria da produção e a autonomia dos agricultores e agricultoras familiares são predominantemente o foco das instituições. Em seguida, o tópico Manejo e Conservação dos recursos naturais (65 menções) sugere que as instituições que realizam este serviço realizam atividades com mecanismos de uso sustentável dos recursos naturais, que está fortemente relacionado a outras áreas de atuação como práticas de manejo produtivo e regularização ambiental.

Elaboração de projetos (58 menções), Gestão de estabelecimento (52 menções), Associativismo e cooperativismo (52 menções) e Capacitação técnica (51 menções), representam a atuação das instituições nas frentes de trabalho relacionadas à facilitação do acesso aos programas públicos, planejamento e organização de grupos, estratégias de integração das categorias sociais e a formação interdisciplinar por meio de cursos de curta duração.

Linhas como Segurança Alimentar e nutricional (47 menções), apoio institucional a organizações de agricultores e agricultoras (42 menções) e Transformação da produção (38 menções), indicam ações que incluem o processo de fortalecimento e a capacidade de organização dos sujeitos nos territórios. O número de menções é sugestivo e implica diretamente com os entraves enfrentados pelos agricultores em relação à diversidade produtiva, dificuldade de acesso a políticas públicas (PNAE e PAA), qualidade dos alimentos e fatores que comprometem a segurança alimentar.

As respostas mostram que, as formas de organização coletivas contribuem para um planejamento estratégico da produção e permite, a facilitação no acesso a crédito, a políticas públicas, às compras institucionais, certificação e elaboração de novos produtos.

A regularização ambiental e fundiária (ambos com 35 menções) demonstram que essa atividade têm sido foco das instituições de extensão, o número de registros coletados, apesar de representativo, evidencia que o desenvolvimento nessa linha de atuação possui entraves para o desenvolvimento,

seja pelo alto investimento em tecnologias e/ou profissionais qualificados, tornando-as ferramentas diferenciais das entidades que realizam este serviço.

A proposição da área de atuação de Crédito e microcrédito (32 menções) relaciona-se ao conjunto de ações direcionadas para facilitar o acesso a recursos financeiros, de caráter produtivo, comercial, estrutural, aquisição de insumos e tecnologias. Essa ação pode ser feita por meio de programas como o PRONAF e as suas linhas de atuação; e/ou iniciativas amparadas por agências bancárias, que oferecem condições e orientação aos solicitantes. No entanto, embora as 32 menções, as respostas sugerem que o acesso ao crédito ainda é um desafio significativo para a agricultura de base familiar, seja pela dificuldade de acesso à informação, documento da terra ou carência de apoio técnico.

A linha de atuação em Transição agroecológica (27 menções) sugere que as entidades têm buscado novas formas de produção, baseadas em princípios que respeitam a biodiversidade, a pluralidade e as ruralidades que coexistem no território paraense, através das crenças do saber popular e do fortalecimento da agricultura familiar. Constituindo também, a proposta de manutenção das gerações futuras das agriculturas de base familiar, que tem desafiado a permanência de jovens e mulheres no meio rural.

O monitoramento e proposição de políticas públicas (24 menções), demonstra a característica dos órgãos em analisar os territórios e formular ações que respondam às demandas locais, no entanto, a quantidade de menções evidencia que esse recurso não alcança todas as áreas de abrangência do estado, visto que, estes recursos não chegam a todas as comunidades. Este parâmetro (24 menções) também propõe que há necessidade de ampliação de serviços técnicos de monitoramento e acompanhamento de áreas que possuem carência e efetividade dos serviços públicos, que pode ser expresso pela dificuldade de acesso a títulos de terra, documentos de licenciamento, entre outros.

A linha de atuação que corresponde ao Acompanhamento (24 menções), evidencia que nem todas as entidades de ATER realizam este trabalho

integralmente. Comumente, as instituições que realizam assistência técnica executam suas atividades em trabalhos eventuais, em cultivos específicos, conforme a demanda durante o período produtivo, em determinados serviços, como análise e correção do solo e receituário agrônomo.

A agroindustrialização (22 menções) é um tema que apresentou baixo número de menções. As instituições que realizam a consultoria nesta área, propõe valorizar a produção e os produtos, através do beneficiamento da matéria-prima *in-natura*. Este indicativo pode estar ligado a falta de estrutura e capacidade das entidades atenderem essa demanda ou mesmo o grau de dificuldade de desenvolver ações sobre o tema. No entanto, a quantidade de menções pode ser explicada pela existência de potenciais mercados, regionais, locais e institucionais, em absorver produtos beneficiados, a exemplo do PAA e PNAE.

A Educação escolar do campo (22 menções) é pautada em uma relação direta com a permanência das famílias no meio rural. As menções indicam que há a demanda por uma educação integrada com as práticas produtivas, sociais e culturais dos territórios que possuem o intuito de fortalecer os grupos e comunidades tradicionais, e as gerações de crianças e jovens desse âmbito. O potencial de formação dessas iniciativas pode transformar muitos jovens em multiplicadores em suas comunidades e regiões.

As respostas referentes ao Planejamento Regional e Gestão Territorial (18 menções), assim como Direitos Territoriais (14 menções), remetem a organização das bases sociais e o fortalecimento de grupos, conselhos e fóruns locais. O baixo número de menções nesses tópicos ressalta que essas ainda não são demandas prioritárias das instituições que realizam assistência técnica, que pode ser explicado pela carência no debate territorial nos espaços de governança local, e pela percepção de que este planejamento territorial é uma atribuição externa e não acessível à linguagem dos grupos pertencentes aos territórios.

Os tópicos de atuação: ecoturismo, turismo de base comunitária, turismo de base rural, saneamento rural e saúde, receberam o mesmo quantitativo de respostas (10 menções). Apesar de temas pouco semelhantes, os fatores que impedem o desenvolvimento e plena efetividade dessas atividades no estado, estão relacionados a carência de políticas públicas e escutas específicas de amparo às comunidades rurais. Apesar da diversidade e potencial sociocultural que o território paraense oferece para atividades de turismo, o baixo número de menções sugere que há uma fragilidade estrutural e institucional, que limita a viabilização e expansão dessa linha de atuação.

No levantamento realizado, observou-se que algumas linhas de atuação apresentaram baixa incidência de respostas, entre elas: fonte de energias renováveis (3 menções), segurança do trabalho (2 menções), plantas medicinais e fitoterápicos (1 menção), território sustentáveis (1), vigilância de trânsito intra e interestadual de vegetais e animais (1), artesanato/educação ambiental (1), assistência técnica e gerencial (1), pastagens (1) e crédito fundiário (1), foram as que menos receberam menção. Vários fatores integram os motivos, seja pela baixa demanda local e/ou dificuldade de abordagem dos temas citados e inserção nas dinâmicas territoriais. No entanto, só o fato de aparecer como possibilidade já é um indicativo de que necessita atenção dos entes públicos.

4.4.2 Atuação em Políticas Públicas

A execução de políticas públicas articuladas aos temas de ater têm ampliado a capilarização desse serviço nos territórios de integração do estado do Pará. O Quadro 7 mostra as políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar e Povos e Populações Tradicionais que foram mais mencionadas.

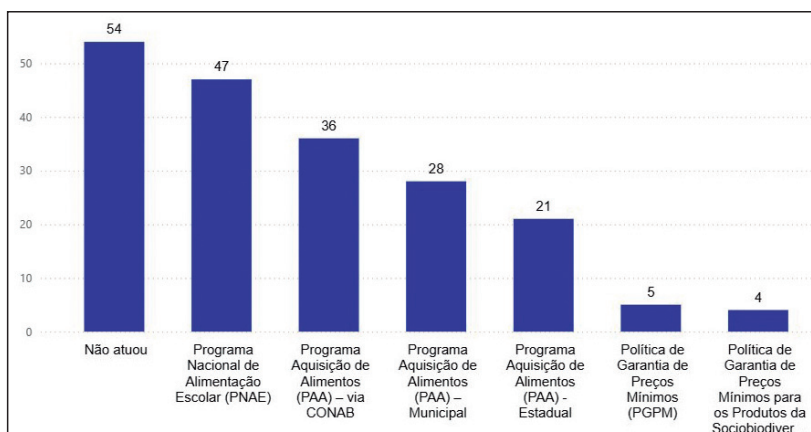
Quadro 4. Relação de políticas para Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais destacadas NA PESQUISA.

TIPOS DE POLÍTICAS	POLÍTICAS
Políticas direcionados à comercialização da produção da Agricultura Familiar, incluindo produtos da sociobiodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos- PAA federal, estadual, municipal; • Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE • Programa de Garantia de Preço Mínimo-PGPM • Programa de Garantia de Preço Mínimo de Produtos da Sociobiodiversidade- PGPMBio
Políticas de crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF • Programa Crédito Fundiário
Políticas de regularização fundiária e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro da Agricultura Familiar-CAF • Cadastro Ambiental Rural-CAR • Licenciamento Ambiental Rural- LAR • Programa Nacional de Crédito Fundiário- PNCF
Políticas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Bioeconomia do Pará-PLANBIO • Política Estadual de Mudanças Climáticas • Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará- PRVN • Programa de Regularização Ambiental- PRA • Programa Territórios Sustentáveis- PTS • Seguro Defeso

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Pesquisa (2025).

O gráfico 17 a seguir mostra em números absolutos a quantidade de respondentes em relação à atuação nas políticas de mercados institucionais. Percebe-se que 46% das prestadoras de serviços de Ater, não atuam com essas políticas. Esta constatação mostra a necessidade de uma maior compreensão sobre as limitações que levam as instituições a não atuarem em políticas que teoricamente são direcionadas ao público das agriculturas familiares. A importância dessas políticas é mostrada no seguimento do texto onde mostra-se a importância assumida pelo PNAE e PPA Compra Com Doação Simultânea.

Gráfico 17. Número de prestadoras de serviço de Ater em relação à atuação no campo das políticas de mercados institucionais em 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

Dentre as políticas trabalhadas pelas entidades/instituições de Ater, destacam-se o PNAE (40,17%) e o PAA– modalidade Compra com Doação Simultânea- CDS, operacionalizado por meio da Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB (30,77%). O PAA municipal e o PAA estadual foram políticas trabalhadas respectivamente por cerca de 24% e 18% das entidades/instituições. As políticas de garantia de preço (PGPM e PGPMBio) são pouco presentes no campo da Ater, sendo trabalhadas por cerca de 4% e 3% das respondentes. A baixa frequência de atuação no âmbito dessas políticas pode indicar problemas estruturais, inadequação ao público das agriculturas familiares, falta de demanda real por parte do público, falta de interesse as instituições prestadoras de serviços de Ater ou falta de capacitação das instituições.

A Tabela a seguir apresenta as frequências absolutas e relativas de atuação das respondentes em relação à atuação no campo das políticas de mercados institucionais.

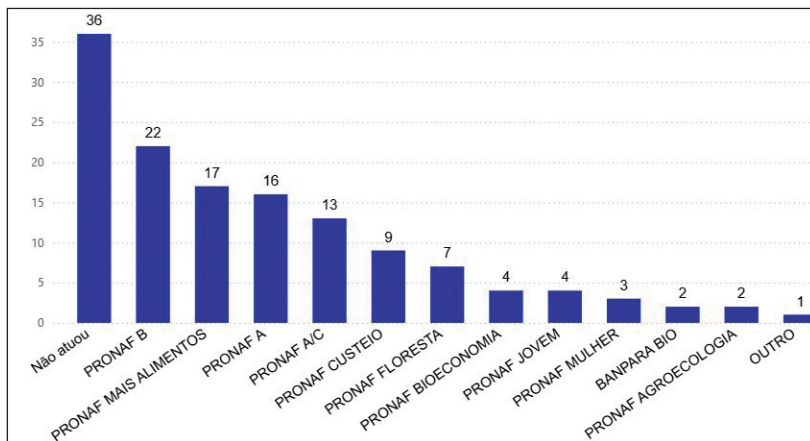
Tabela 5.Políticas de mercados institucionais em que a instituição atuou em 2024.

POLÍTICAS DE MERCADOS INSTITUCIONAIS EM QUE A INSTITUIÇÃO ATUOU EM 2024	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (N)	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Não atuou	54	46,15
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	47	40,17
Programa Aquisição de Alimentos (PAA) – modalidade Compra com Doação Simultânea-CDS, via CONAB	36	30,77
Programa Aquisição de Alimentos (PAA) – Municipal	28	23,93
Programa Aquisição de Alimentos (PAA) – Estadual	21	17,95
Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	5	4,27
Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio)	4	3,42

Fonte: Elaborada pelos autores a partir nos dados da pesquisa (2025).

No que se refere ao Pronaf, 36 entidades não têm essa política em sua agenda de trabalho. Dentre as que trabalham na prestação de serviços orientados ao acesso ao Pronaf, a linha mais focada é o Pronaf B, seguida das linhas Pronaf Mais Alimentos e Pronaf A, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 18. Número de prestadoras de serviço de Ater em relação à atuação nas linhas do Pronaf em 2024.



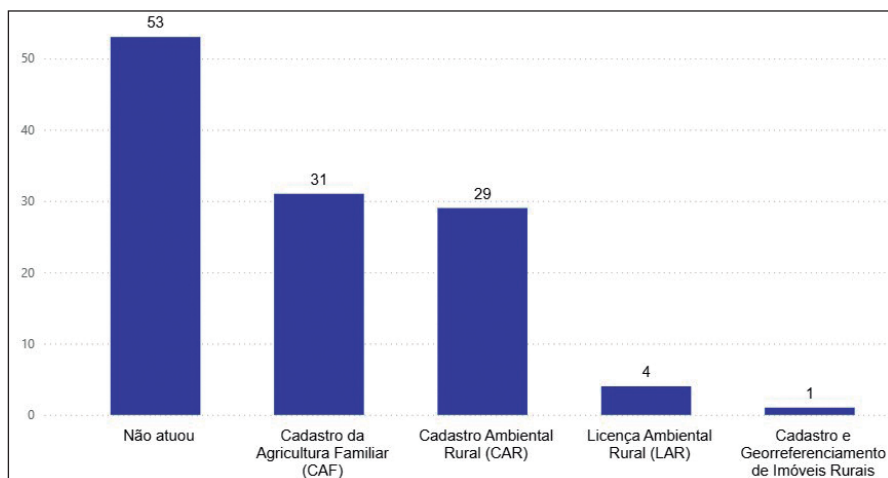
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

Cabe destacar que as linhas de crédito mais alinhadas à questão ambiental ainda são pouco trabalhadas (Pronaf Floresta, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Agroecologia, Banpará Bio). Dentre essas, destaca-se a linha Pronaf Floresta (7 prestadoras), seguida da linha Pronaf Bioeconomia (4 prestadoras). Apenas duas prestadoras informaram trabalhar a linha Pronaf Agroecologia.

Dentre das linhas de crédito, o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher também são minimizadas na agenda do serviço de Ater no Pará, respectivamente, 4 e 3 prestadoras informaram terem trabalhado com essas linhas de crédito no ano de 2024.

Sobre as políticas de regularização fundiária e ambiental, predomina a atuação na emissão do CAF e do CAR. A emissão de LAR não é um serviço comum às respondentes, apenas 4 informaram atuar na prestação desse serviço. Ressalta-se que 53 respondentes (cerca de 60%) não atuam nessas políticas.

Gráfico 19. Atuação com regularização fundiária e Ambiental.

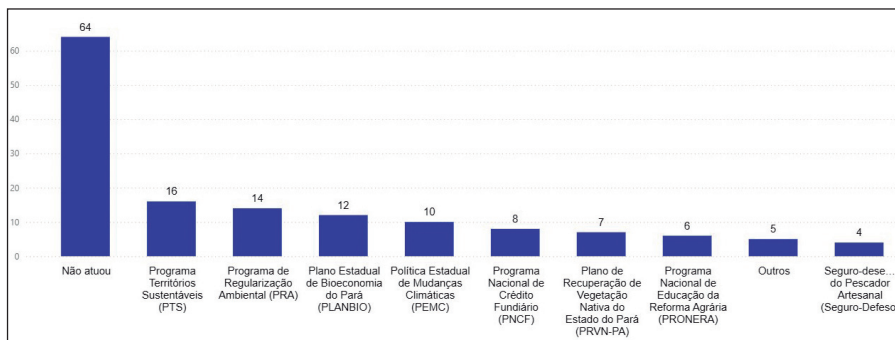


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

As informações advindas das entrevistas qualitativas evidenciaram que há um vazio institucional para políticas de regularização fundiária e ambiental, com baixa realização de Licenciamento Ambiental Rural, e destacaram a lentidão dos processos junto às secretarias de meio ambiente, que muitas vezes, resultam em insucesso. A situação de irregularidade ambiental dos estabelecimentos rurais pode ser um fator determinante para que as famílias não acessem linhas de crédito para investimentos.

Em relação às políticas ambientais, o gráfico a seguir mostra que 64 prestadoras respondentes não atuam no campo dessas políticas, 16 atuam com o Programa Territórios Sustentáveis (PTS), 14 com o Programa de Regularização Ambiental (PRA), 12 com PLANBio, 10 com a Política Estadual de Mudanças Climáticas. As demais políticas são pouco expressivas no contexto do serviço de Ater.

Gráfico 19. Atuação em Políticas Públicas

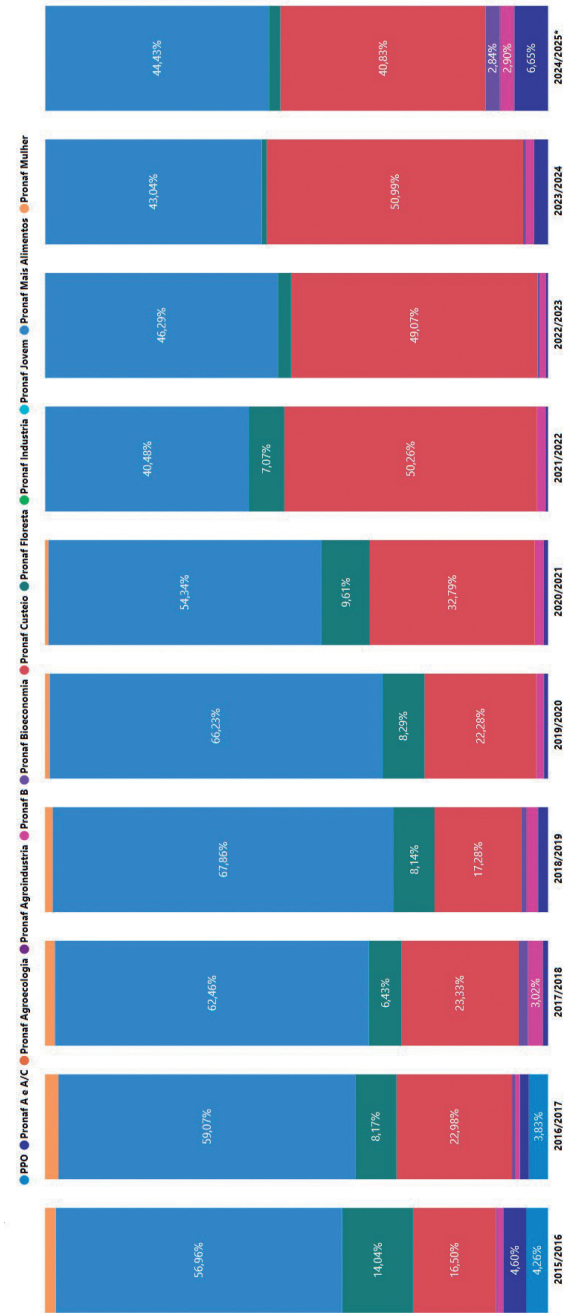


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

Os dados do Banco Central do Brasil sobre operações de crédito agrícola no Pará, por linha de crédito, confirmam que as principais linhas de crédito, conforme valor das operações ao longo dos anos são em ordem decrescente: Pronaf Custeio, Pronaf Mais alimentos, Pronaf A e A/C e Pronaf B. O Pronaf B, apesar de ter um quantitativo de 18% das operações da safra 2023/2024 representou apenas 1,58% dos recursos liberados, sendo uma das linhas mais trabalhadas pela assistência técnica pública, dado que os documentos exigidos são mais exequíveis. O Pronaf Custeio representou 46% das operações e 50,99% dos recursos. Já o Pronaf Mais Alimentos representou 25% das operações e 43% dos recursos. O Pronaf A e A/C foram 7,68% dos contratos e 2,74% dos recursos, também na safra de 2023/2024.

O Gráfico 20 ilustra que em relação aos valores das operações das linhas de crédito Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Custeio tem se destacado nesses últimos dez anos, sobressaindo o Pronaf Custeio, e queda significativa na quantidade de contratos no Pronaf Floresta, que em 2020/2021 totalizou 9,61% do valor das operações e, em 2023/2024, caiu para 0,97%, o que corrobora com as dificuldades de atendimento ao público das modalidades de assentamentos e unidades de conservação extrativistas. O Pronaf Bioeconomia aparece com 0,57% do valor total das operações.

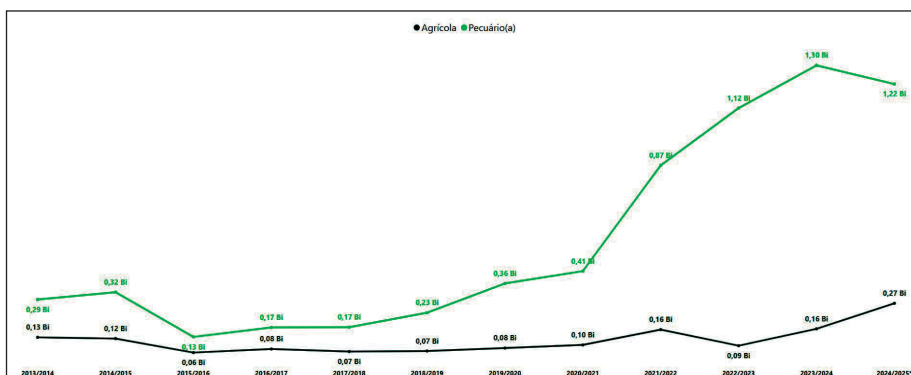
Gráfico 20. Valor de operações por safra e linha de crédito (R\$) do Pronaf.



Fonte: MDA/Banco Central do Brasil/SICOR atualizado em 04/06/2025; * dados parciais de 2024/2025.

Os dados do volume de recursos para o crédito também apontam que expandiu o total de investimento e custeio para a pecuária bovina, e as atividades agrícolas se restringe a 17% do total, considerando o período desde a safra de 2013/2014 a 2024/2025 (até junho 2025).

Gráfico 21. Valor das operações do PRONAF no Pará-atividade agrícola e pecuária.



Fonte: MDA/Banco Central do Brasil/SICOR atualizado em 04/06/2025; *dados parciais de 2024/2025 (2025)

As entidades de ATER pública como Emater e Secretarias Municipais de Agricultura são as principais executoras de crédito para agricultura familiar, com predominância do Pronaf B, viabilizando o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e o Cadastro Ambiental Rural. Outras linhas de crédito que dependem de documentos que comprovem a posse ou propriedade da terra e a regularização ambiental são pouco executadas.

As empresas privadas dependem da demanda do contratante, quer seja pessoa física ou jurídica, para atuar com gestão de negócios, capacitação, levantamento de mercados para empresas e projetos de crédito. Para um dos interlocutores, os bancos não têm dado a mesma vazão aos projetos de crédito de pequenos produtores, faltando os atenderem com melhores orientações, pois, as regras têm mudado constantemente, o que tem causado o desprendimento de grande esforço e tempo para um resultado negativo ao final, levando a uma reputação desfavorável contra a própria empresa e à desistência dos/as

agricultores/as de pleitearem o acesso à política pública. Com isto, algumas empresas privadas não priorizam a atuação por meio de projetos de crédito para Agricultura Familiar, e optam pelos clientes do agronegócio porque tem fluxo mais rápido, maior valor contratado e menor risco de não ser aprovado pelo banco.

Os dados da pesquisa qualitativa apontaram que a execução de projetos de créditos para Agricultura Familiar não é a principal linha de atuação das entidades, e a capacitação e acompanhamento técnico não estão atreladas necessariamente ao crédito.

4.4.3 ATER e principais cadeias produtivas atendidas

A Assistência Técnica e Extensão Rural tem um papel fundamental no desenvolvimento de cadeias produtivas e avanço na produção e produtividade nos territórios paraenses. A partir da pesquisa qualitativa, foram ouvidas 33 instituições visando montar um quadro das principais atividades produtivas orientadas nas ações de ATER (Quadro 05).

A análise das Regiões de Integração do Pará evidencia um mosaico produtivo diverso e interligado, refletindo as especificidades socioeconômicas e ambientais de cada território. No Marajó, a ATER se destaca pela promoção do agroextrativismo e da agricultura familiar de autoconsumo, com ênfase em produtos como o açaí, a mandioca, a pecuária e os recursos florestais não madeireiros. Apesar da relevância dessas atividades para a segurança alimentar e a geração de renda, a região enfrenta sérios desafios logísticos decorrentes de sua geografia insular, além do risco crescente de dependência da monocultura do açaí. Assim, a diversificação produtiva e o manejo florestal sustentável são prioridades estratégicas para garantir o equilíbrio entre produção e conservação ambiental.

Quadro 5 - Síntese de ações de ATER com cadeias produtivas por região de integração

Região de Integração	Principais Cadeias Produtivas	Destaques da ATER nas Cadeias	Potenciais / Lacunas Observadas
Marajó	açaí, madeira, farinha de mandioca, cacau, peixes, polpas, ucuúba, muru-muru, pecuária, SAFs	ATER voltada ao manejo florestal, agroextrativismo e agricultura familiar de autoconsumo. Foco em açaí (produção, manejo e polpas), pecuária (bovinos e búfalos), mandioca, piscicultura, cacau e produtos florestais (ucuúba, muru-muru, madeira).	Desafio logístico (ilhas e rios), risco de monocultura do açaí e necessidade de manejo florestal sustentável.
Carajás	horticultura, avicultura, mandioca, polpas, fruticultura, pecuária, plantas medicinais, agroindústria	ATER com foco em diversificação, inovação e agroindústria familiar. Cadeias de fruticultura e hortaliças predominam.	Potencial de agregação de valor via beneficiamento local; gargalos em infraestrutura e acesso a mercados distantes.
Rio Capim	cacau, açaí (SAFs), pesca, agricultura de autoconsumo, pecuária	ATER combina agricultura familiar e extrativismo com práticas de manejo de florestas (SAFs).	Desafio de compatibilizar produção com conservação; necessidade de adaptar técnicas a solos e microclimas locais.
Xingu	cacau, açaí, mandioca, fruticultura, horticultura, piscicultura, extrativismo, pecuária, comercialização, beneficiamento	ATER atua com pluralidade de cadeias: cacau, pecuária, fruticultura, hortaliças, extrativismo e comercialização. Enfoque em integração de sistemas e cadeias. Principal cadeia produtiva e em expansão é o cacau.	Precisa apoiar a diversificação e articular melhor as cadeias para fortalecimento da autonomia da agricultura familiar; apoiar práticas para diminuir os riscos da monocultura; ter acesso às políticas públicas de crédito, mercados, regularização e ambiental; superar barreiras logísticas.

Região de Integração	Principais Cadeias Produtivas	Destaques da ATER nas Cadeias	Potenciais / Lacunas Observadas
Tapajós	pecuária, grãos, cacau	ATER voltada para cadeias agrícolas e pecuárias (grãos, pecuária, cacau), com enfoque em manejo de solo e melhorias genéticas.	Necessidade de maior foco em tecnologia, irrigação e conectividade; escassez de atores locais limita a escala produtiva.
Araguaia	fruticultura, extrativismo florestal, meliponicultura, pecuária (leite e corte), apicultura, mandiocultura, gestão ambiental	ATER com foco em fortalecimento institucional, regulação ambiental e cadeias agropecuárias tradicionais. Principal cadeia produtiva é da pecuária.	Dificuldade em tornar rentáveis cadeias como mel e árvores nativas frente à pecuária extensiva; falta de estrutura de beneficiamento. Descontinuidade de políticas no âmbito municipal; desafios logísticos pela carência de transporte e pessoal.
Baixo Amazonas	pesca, aquicultura, açaí, fruticultura, mel, PFM, borracha, mel, turismo comunitário, artesanato, sociobiodiversidade	ATER com forte foco em sociobiodiversidade, extrativismo e manejo florestal sustentável. Ênfase em capacitação e agregação de valor local.	Desafios logísticos por dispersão geográfica e comunidades isoladas; falta de infraestrutura de transformação e beneficiamento local.
Rio Caeté	açaí, mandioca, cacau, mel, fruticultura, horticultura, pecuária leve, SAFs, sociobiodiversidade	ATER voltada à agricultura de autoconsumo e extrativismo, ajustada à diversidade local e à comercialização de mandioca, frutas e açaí. Principal cadeia produtiva é da mandioca. SAFs em expansão em áreas degradadas.	Desafios logísticos e integração fraca entre agricultores familiares; necessidade de fortalecer cooperativismo para acesso a mercados.

Tocantins	piscicultura, apicultura, fruticultura, horticultura, crédito rural, SAFs (cacau e açaí), agricultura familiar diversificada	ATER voltada à inovação técnica e capacitação (aquaponia, piscicultura e crédito rural). Projetos com enfoque agroecológico e inclusão de mulheres e jovens. Atuação articulada com SENAR, SEAF, MDA e ANATER.	Barreiras na documentação e regularização fundiária (CAF, CAR). Falta de mutirões e integração institucional. Forte potencial para ampliação da piscicultura e da agregação de valor via cooperativas femininas.
Lago de Tucuruí	Açaí, cacau, produção de mudas, horticultura, culturas anuais (incluindo mandioca), pecuária bovina e pequenos animais, pesca artesanal,	ATER voltada para o fortalecimento da atividade do cacau e de açaí; manejo de bovinos; Apoio à comercialização, fortalecimento do associativismo; estímulo aos processos de mecanização e atendimento a povos tradicionais, como quebradeiras de coco babaçu e pescadores/ribeirinhos	Descontinuidades de políticas municipais, devido trocas de governos; infraestrutura para logística e serviços ainda precária. Tem um grande potencial para produção de base agroecológica pelo número de assentamentos de RA e comunidades tradicionais.
Guamá	mandioca, hortaliças, frutas, galinha caipira, plantas medicinais, produtos agroecológicos	ATER escolar e comunitária baseada na pedagogia da alternância. Ênfase em agroecologia, sustentabilidade e valorização da cultura local. Projetos educativos e produtivos com foco em formação técnica de jovens rurais.	Necessidade de apoio estatal e parcerias para ampliar a atuação. Falta de recursos logísticos e de integração com órgãos públicos como EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.
Metropolitana	horticultura, fruticultura, plantas ornamentais e medicinais, agroindústria familiar, agricultura urbana e periurbana, produtos orgânicos	ATER voltada à agricultura periurbana e urbana sustentável, com enfoque em agroecologia, circuitos curtos de comercialização, segurança alimentar e capacitação técnica. Incentivo ao cooperativismo, feiras locais e produção para abastecimento da capital.	Pressão urbana sobre áreas produtivas, falta de regularização fundiária e acesso a crédito. Potencial para integração campo-cidade e fortalecimento da economia verde e solidária.

Na Região de Carajás, a ATER apresenta uma atuação mais voltada à inovação e à diversificação, apoiando fortemente a agroindústria familiar e as cadeias de fruticultura e horticultura. Essa orientação tem estimulado o beneficiamento local e a agregação de valor aos produtos, fortalecendo a economia regional e ampliando a autonomia dos agricultores. Contudo, persistem entraves relacionados à infraestrutura deficiente e ao difícil acesso a mercados consumidores, fatores que comprometem a competitividade das cadeias. Paralelamente, observa-se o crescimento de iniciativas de restauração florestal impulsionadas por organizações não governamentais, o que indica uma transição gradual para práticas mais sustentáveis.

De maneira semelhante, a região do Lago de Tucuruí compartilha com Carajás uma dinâmica produtiva diversificada, marcada pela pecuária bovina, pela fruticultura e pela horticultura de base familiar. A atuação da ATER nessa região enfatiza o fortalecimento das cadeias do cacau e do açaí, além de apoiar o associativismo e o cooperativismo entre comunidades tradicionais, como ribeirinhos e quebradeiras de coco babaçu. A presença significativa de assentamentos de reforma agrária cria condições favoráveis para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e de projetos de mecanização adaptada. Entretanto, as deficiências de infraestrutura e a descontinuidade de políticas públicas decorrente das trocas de governos municipais representam entraves à consolidação dessas ações.

As regiões do Rio Capim e do Xingu ilustram experiências de integração entre agricultura, pecuária, extrativismo e sistemas agroflorestais (SAFs). No Rio Capim, a ATER busca conciliar produtividade com conservação ambiental, incentivando o manejo florestal e a adaptação das práticas agrícolas às condições de solo e microclima locais. Já no Xingu, a especialização produtiva é marcante, com destaque para as cadeias do cacau e pecuária. Entretanto, várias iniciativas buscam incentivar a horticultura, o extrativismo, o beneficiamento e processamento de produtos. A atuação extensionista tem priorizado a integração entre sistemas e cadeias, difundindo materiais e tecnologias para o aumento da produtividade do cacau, incluindo o manejo da lavoura, sistemas de fertilização e fertirrigação e o melhoramento genético com

o uso de sementes híbridas e clones; também visam ampliar a comercialização e o acesso ao crédito e aos mercados institucionais. Contudo, a falta de ordenamento fundiário e regularização ambiental, a carência de infraestrutura e de logística nas áreas de difícil acessibilidade, limitam o acesso às políticas públicas, ao escoamento e a articulação entre produtores e consumidores.

No Tapajós e no Araguaia, a ATER apresenta um enfoque mais tradicional, voltado às cadeias agropecuárias consolidadas, especialmente a pecuária e a produção de grãos. No Tapajós, os esforços se concentram no manejo de solos e no melhoramento genético dos rebanhos, enquanto no Araguaia prevalece uma orientação voltada à regulação ambiental e ao fortalecimento institucional. Nesta última, persistem dificuldades em tornar rentáveis cadeias alternativas, como a meliponicultura e o extrativismo florestal, frente à predominância da pecuária extensiva. A limitação de infraestrutura e a descontinuidade de políticas públicas locais reforçam a necessidade de estratégias mais integradas e sustentáveis.

O Baixo Amazonas destaca-se por sua forte conexão com a sociobiodiversidade e pela ampla presença de atividades extrativistas e de manejo florestal sustentável. A ATER desempenha papel crucial na capacitação das comunidades, na valorização dos produtos locais — como açaí, mel, borracha e polpas — e na promoção do turismo comunitário e do artesanato. Apesar disso, a dispersão geográfica e o isolamento de muitas comunidades tornam desafiadora a ampliação da infraestrutura de beneficiamento e a integração das cadeias produtivas. A consolidação de redes cooperativas e o fortalecimento de políticas públicas locais seriam medidas essenciais para expandir o potencial econômico da região.

Na região do Rio Caeté, a ATER se orienta para a agricultura de autoconsumo e o extrativismo, adaptando-se à diversidade ecológica e cultural do território. As cadeias da mandioca, do açaí e das frutas locais ganham destaque, impulsionadas pela introdução e expansão dos Sistemas Agroflorestais em áreas degradadas. Entretanto, a integração entre agricultores familiares ainda é frágil, e o cooperativismo necessita de fortalecimento para melhorar o acesso a mercados e ampliar o valor agregado da produção. Superar

esses desafios exigirá o investimento em infraestrutura logística e o estímulo à organização social das comunidades.

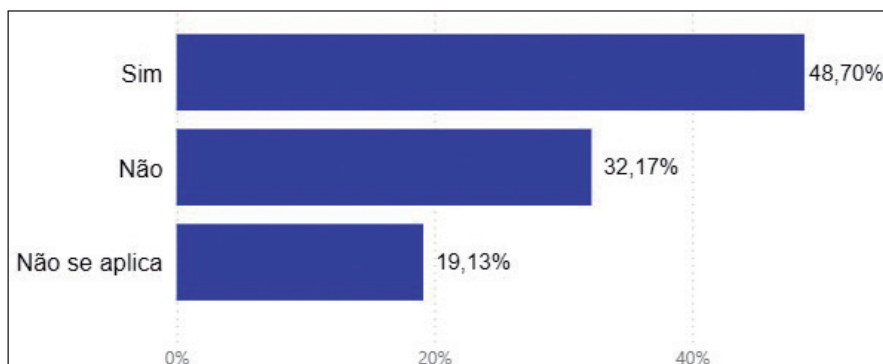
Na região do Guamá, a ATER assume um caráter educacional e comunitário, fundamentado na pedagogia da alternância e na promoção de práticas agroecológicas. As ações priorizam a formação técnica de jovens rurais e a valorização dos saberes tradicionais, conectando educação, sustentabilidade e produção agrícola. A diversidade de cultivos — como mandioca, hortaliças, frutas e plantas medicinais — revela o potencial da região para se tornar referência em agroecologia e produção de base familiar. Contudo, para ampliar o impacto dessas iniciativas, é necessário fortalecer parcerias com instituições públicas e ampliar o apoio estatal, sobretudo em logística, assistência técnica e recursos financeiros.

Por fim, a Região Metropolitana de Belém (RMB) apresenta uma configuração produtiva singular, marcada pela agricultura periurbana, pela horticultura intensiva, pela produção de frutas, plantas ornamentais e medicinais, além da crescente presença de agroindústrias familiares e feiras diretas de comercialização. A ATER tem atuado na promoção da agricultura urbana e periurbana sustentável, com foco em técnicas agroecológicas e no fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, conectando produtores diretamente aos consumidores urbanos. No entanto, desafios persistem em relação à regularização fundiária, ao acesso a crédito e à pressão urbana sobre áreas rurais produtivas. O potencial da RMB reside na sua capacidade de integrar o campo e a cidade, fortalecendo cadeias curtas e promovendo segurança alimentar com base em sistemas produtivos sustentáveis e inclusivos.

4.4.4 Adoção de inovações tecnológicas e metodológicas

No que se refere à adoção de inovações tecnológicas e metodológicas na prestação de serviço de Ater, apenas 80% das instituições registraram atuação nesse tema. Conforme mostra o gráfico a seguir, destas, cerca de 50% afirmam terem inovado em 2024, enquanto aproximadamente 32% consideram que não inovaram.

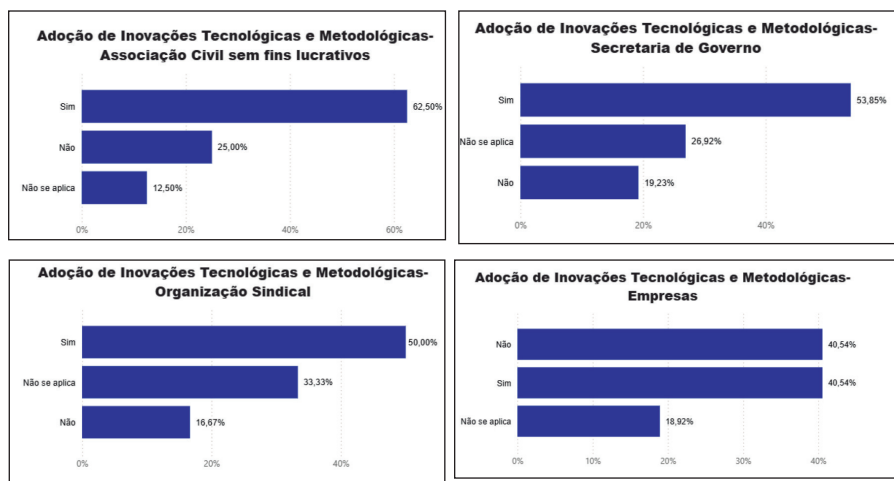
Gráfico 22. Adoção de inovações Tecnológicas e Metodológicas.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

Conforme demonstram os gráficos a seguir, dentre as categorias respondentes as associações civis sem fins lucrativos são as que mais inovam na prestação de serviço de Ater (62,5%), seguidos das secretarias de governo (45,85%) e das organizações sindicais (50%). As empresas são as que menos inovam (40,54%).

Gráfico 23. Adoção de tecnologias, conforme categorias.



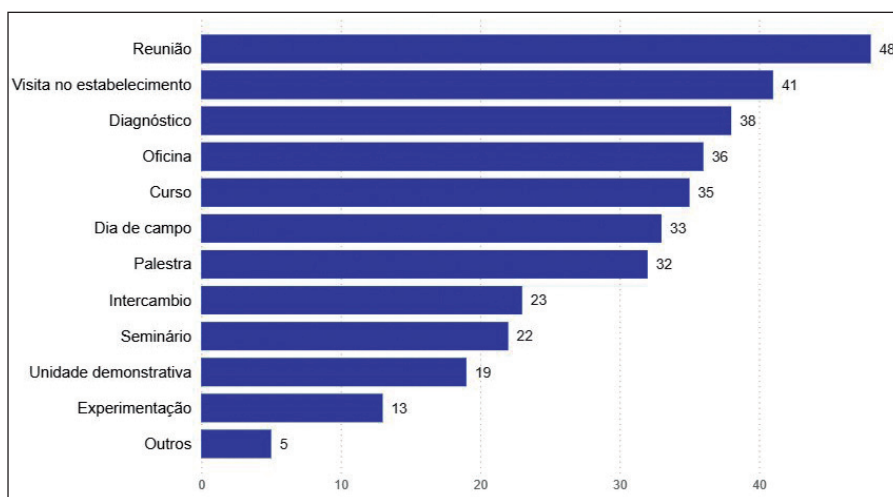
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2025).

4.4.5 Metodologias Utilizadas

As metodologias mais utilizadas são a reunião (43,5%), visita no estabelecimento (36,5%) e o diagnóstico (33%). Isso mostra que as instituições ainda recorrem fortemente a metodologias tradicionais e diretas, com forte componente presencial e interativo. As metodologias de reuniões e palestras (29,6%) indicam abordagens que favorecem o diálogo coletivo, troca de informações, alinhamento entre técnicos e agricultores. Importante frisar que o fato de se utilizar esses recursos não garantem por si só a dialogicidade (Ver discussão no item 4.4.1).

A visita ao estabelecimento revela uma preocupação com o atendimento individualizado, importante para compreender a realidade de cada propriedade, no entanto, possui um custo mais elevado para sua realização (Gráfico 24).

Gráfico 24. Metodologias utilizadas pelas instituições de ATER.



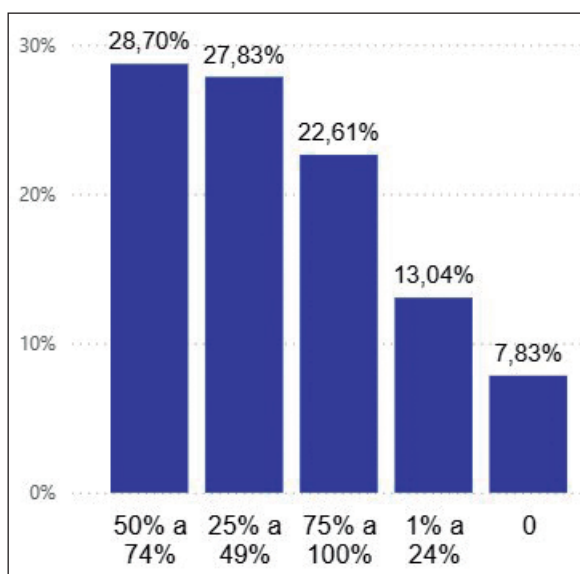
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

4.5 Nível de participação dos beneficiários

O Gráfico 25 apresenta dados sobre o nível de participação dos beneficiários na tomada de decisão, demonstrando que a maioria possui uma participação parcial. Os percentuais mais expressivos concentram-se entre 50% e 74% (28,70%) e 25% a 49% (27,83%), indicando que, embora haja envolvimento

significativo, ele ainda não é predominante ou decisivo. A participação mais elevada, entre 75% e 100%, representa apenas 22,61%, o que sugere que uma parcela menor dos beneficiários tem influência efetiva nas decisões.

Gráfico 25. Níveis de participação dos agricultores na tomada de decisão.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Além disso, o gráfico revela que 13,04% dos beneficiários participam muito pouco (entre 1% a 24%) e 7,83% não têm qualquer envolvimento (0%). Esses dados são preocupantes, pois apontam para a existência de exclusão em processos decisórios que, idealmente, deveriam ser mais democráticos e inclusivos.

Diante desse cenário, é fundamental fortalecer os mecanismos que permitam maior participação dos beneficiários nas decisões que os afetam. Isso pode incluir a criação de canais mais acessíveis de escuta e diálogo, além de ações de capacitação para que todos tenham condições de se expressar e influenciar de forma significativa. A promoção de transparência e equidade nesses processos é essencial para ampliar a inclusão e garantir que as decisões reflitam de forma mais justa as necessidades da coletividade.

4.5.1 Forma principal de participação

A participação dos beneficiários é estabelecida via mecanismos que possibilitem a comunicação entre os membros das organizações, da relação entre técnicos e beneficiários. Por meio de reuniões sistemáticas com as comunidades foi citada 69 vezes como forma de participação dos beneficiários de ATER nos processos decisivos. Essa frequência demonstra que a construção coletiva através da leitura da realidade, com garantia de voz e voto das comunidades, estabelece etapa fundamental para o sucesso do trabalho realizado pelas instituições em áreas rurais.

Em seguida, respondendo às demandas das instituições de ATER obteve 22 menções. Esta evidência que algumas instituições possuem o perfil pautado em projetos definidos, estruturados com base em demandas produtivas, estabelecidas em áreas rurais por meio de cronogramas de produção organizados e fornecidos pela equipe técnica (Tabela 6).

Tabela 6. Formas de participação dos beneficiários na tomada de decisão.

PARTICIPAÇÃO DO BENEFICIÁRIO NA TOMADA DE DECISÃO	FREQUÊNCIA
Através de reuniões sistemáticas com as comunidades	69
Respondendo a demandas da instituição de ATER	22
Diretamente nas instâncias decisórias da instituição	8
Não se aplica	8
Sem dados	3
A empresa está em busca de atender a necessidade do agricultor	1
Conferências	1
Parte dos beneficiários são cooperados	1
Participam de reuniões e assembleias para decidir	1
Reunião com as organizações da Rede	1
Sindicatos e Entidades Representativas	1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

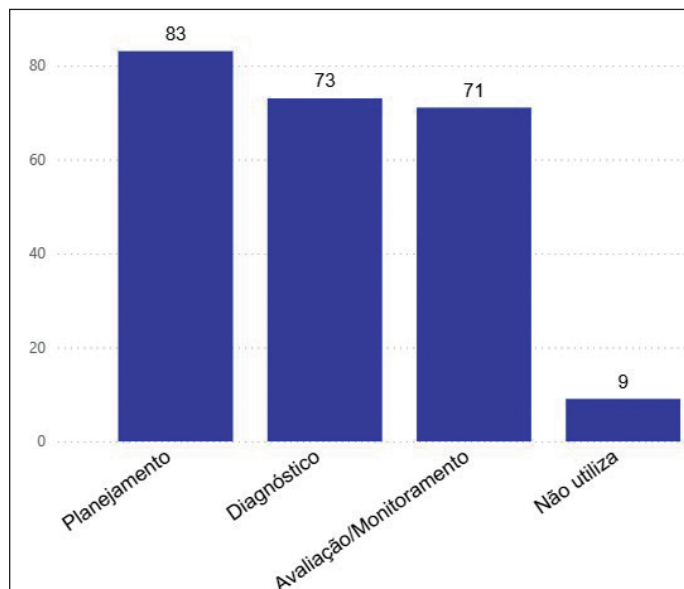
4.6 Gestão e Planejamento Institucional

4.6.1 Planejamento e Monitoramento

As formas de gestão e a existência de planejamento das atividades de ATER são essenciais para a execução mais eficaz das ações, tanto no âmbito público quanto privado. Conforme evidenciado abaixo (Gráfico 26), a maioria das instituições afirma utilizar os instrumentos de planejamento (83%); seguido de 73% que indicaram realizar diagnóstico como parte dos processos de gestão. Avaliação/monitoramento aparecem como terceiro instrumento de gestão mais utilizado, com 71% dos respondentes. Apenas 9% informaram não utilizar nenhum desses instrumentos.

Esses números indicam que há o uso de ferramentas de gestão, planejamento e acompanhamento sempre acima de 70%. Porém, quando observamos os valores opostos, ou seja, de não uso, instiga valores próximos a 30%. Por exemplo, o instrumento avaliação/monitoramento, que deveria apoiar os processos que fomentam as ações e conseguem indicar os caminhos a serem adotados, não foi mencionado por 29% (Gráfico 26).

Gráfico 26. Uso de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

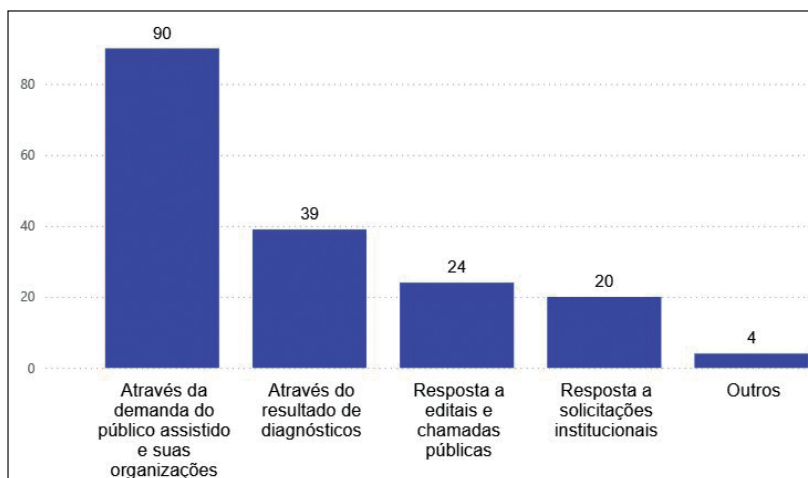
Deve-se levar em conta, principalmente quando consideramos as dificuldades de realização desses instrumentos, como o diagnóstico - sobretudo quando se pretende ser participativo - a demanda por recursos de diversas naturezas, muitas vezes inviabilizando a sua execução constante por questões de orçamento, recursos humanos ou mesmo de diálogo, ou acordos com as comunidades, ou famílias a serem beneficiadas. De acordo com um manual da Emater-PA (2012), a etapa de planejamento pode ou não incluir a parceria com beneficiários, mas há ganhos, caso haja a interação desde as etapas de planejamento das ações.

A Emater Pará implementou e está aprimorando o Sistema de Acompanhamento das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (SISATER-PARÁ), no qual os técnicos e gestores fazem os registros dos atendimentos e ações realizadas, e servem para avaliação permanente dos serviços prestados pela instituição, e subsidia a elaboração dos Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER) regionais e municipais.

4.6.2 Definição das prioridades de trabalho

Observando como são definidas as prioridades das ações da instituição, onde os respondentes poderiam indicar até 2 formas entre as opções (e ainda o campo Outras), foi mais frequente a afirmação de que é por meio da “demanda do público assistido e suas organizações”, quando 90 das 115, ou seja, 78,26% marcaram essa opção. Em seguida, a resposta “através dos resultados de diagnóstico” aparece como segunda opção mais utilizada, com 39 instituições que indicaram, correspondendo a 33,9%. Observando as demais respostas, pode-se constatar que ainda há possibilidades de definição de prioridades a partir de respostas a editais, sendo talvez uma das possíveis frentes de atuação que podem ser ampliadas (Gráfico 27).

Gráfico 27. Definição de prioridades pela instituição.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

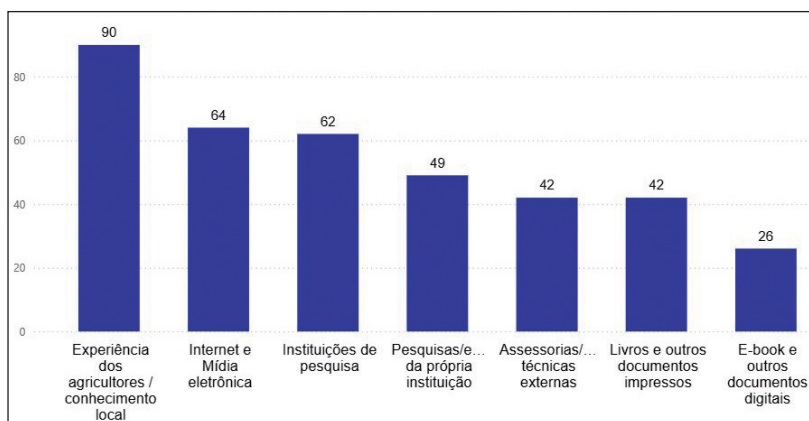
Esses resultados revelam a preocupação por parte das instituições para o uso de metodologias que incluam os beneficiários nos processos de construção das ações, indicando mudanças no padrão consagrado anteriormente de ATER no sentido *top-down* (de cima para baixo) para formatos que se aproximam mais do *bottom-up* (de baixo para cima). Conforme contextualizado em diversos trabalhos, agricultores familiares e demais categorias sociais que recebem os serviços de ATER, podem resistir à implementação de projetos impostos, elaborados por “especialistas” em seus gabinetes. Esta resistência tem favorecido as transformações nesse sentido, encaminhando a ATER para necessidade de adotar processos mais participativos.

4.6.3 Fontes de informação das instituições de ATER

Quando questionados sobre quais fontes de informação os técnicos utilizam para obter informações, é notável que 78,3% indicaram que utilizam as experiências dos agricultores e o conhecimento local como parte da fonte de informações, sendo a mais significativa; em seguida, aparecem a

internet e mídias eletrônicas ou instituições de pesquisa, respectivamente em 55,7% e 53,9%; as pesquisas e experimentos das próprias instituições aparecem mencionadas em 41,7% dos casos. Há de se notar que assessorias técnicas externas são mencionadas por 36,5% das instituições, indicando certa autonomia na obtenção de conhecimentos e na capacidade de produzir ou aproveitar os recursos disponíveis para construir suas próprias bases de conhecimento. Esse foi o mesmo percentual também de uso de meios mais tradicionais como livros e textos impressos, ficando por último as menções ao uso de *E-book* e outros documentos digitais (Gráfico 28).

Gráfico 28. Fontes de informação das instituições de ATER



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

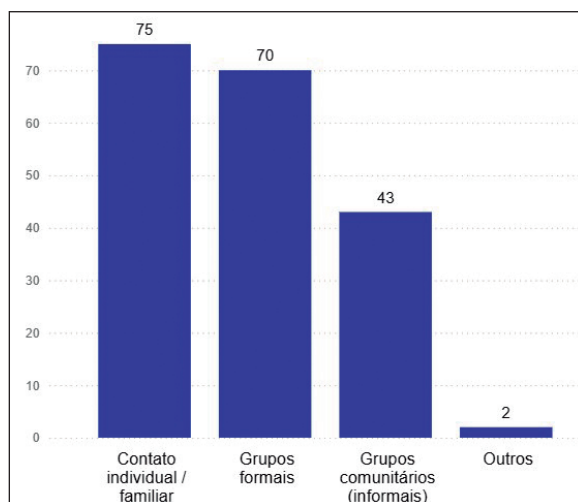
Esses dados revelam uma mudança no perfil do modo de obtenção de conhecimentos no estado do Pará. Tradicionalmente, eram os documentos oficiais impressos das instituições de pesquisa, como a Embrapa, Universidades Federais e Estaduais, manuais técnicos das empresas de ATER estaduais, além de livros de Organizações Não Governamentais, as principais fontes de informações, havendo pouco reconhecimento do saber dos próprios agricultores assistidos. Perceber essas diferenças recentes é importante para reconhecer o movimento mais geral da forma que a sociedade em geral tem buscado informações. O perfil da ATER estadual, muito heterogêneo, ajuda

a explicar esses achados. Uma pesquisa interessante feita por Souza (2024) indica que há um uso crescente de mídias digitais por parte das empresas de ATER no Brasil, incorporando material publicado em outros canais como TV, Podcast e outros.

4.6.4 Relacionamento com Beneficiários

As formas de interação com os beneficiários é fator relevante para caracterizar o serviço de ATER no estado. A pesquisa mostrou que o contato direto com famílias ou indivíduos é significativo para 75 das 115 organizações (ou 65,21%), seguido de grupos formais em 70 (ou 60,86%), como os mais relevantes. Os grupos informais também apareceram indicados por pelo menos 43 instituições (37,39%). Esses dados sugerem que os contatos diretos ainda são muito importantes, porém o papel das organizações, sejam elas, formais ou não, tem tido menos relevância nos últimos anos (Gráfico 29).

Gráfico 29. Formas de relacionamento com os beneficiários.

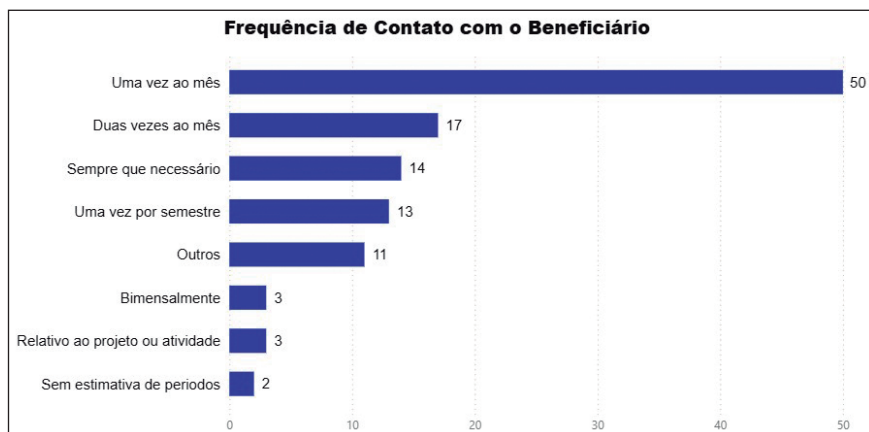


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

A frequência de contato das instituições com os beneficiários, para prestação de serviços, mesmo não sendo o único fator que demonstra a

continuidade e qualidade dos serviços, seguindo o preconizado pela PNATER, pode ser fator indicativo de nível de aproximação com o público assistido. Os dados coletados demonstram predominância do acompanhamento pelo menos 1 vez por mês, para 50 respondentes, ou 43,47%, seguido de 2 vezes por mês, para 14,78% ou 17 instituições; e sempre que necessário ou uma vez por semestre para 12,17% e 11,30% respectivamente. Há, portanto, a tentativa de um acompanhamento mais sistemático e com menor tempo entre os encontros. Por outro lado, tal afirmativa indica possibilidades de onerar os custos da prestação de serviços (Gráfico 30).

Gráfico 30. Frequência de atendimento.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

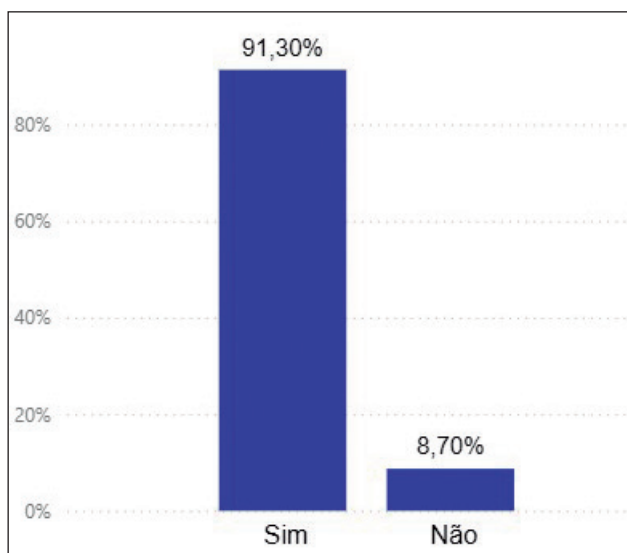
4.7 Parcerias e Participação Institucional

4.7.1 Parcerias Institucionais

A análise dos dados revela que 91,3% das instituições investigadas afirmaram manter parcerias ativas, enquanto apenas 8,7% declararam não participar de ações colaborativas. Esse resultado evidencia a predominância de uma cultura institucional voltada à cooperação e ao trabalho em rede, o que sugere a consolidação de mecanismos de integração entre diferentes atores organizacionais. Do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento

territorial, essa elevada taxa de parcerias indica um ambiente favorável à execução de projetos conjuntos, ao compartilhamento de recursos e à difusão de práticas inovadoras, elementos essenciais para ampliar a eficácia e o alcance das iniciativas (Gráfico 31).

Gráfico 31. Realização de trabalhos com parcerias



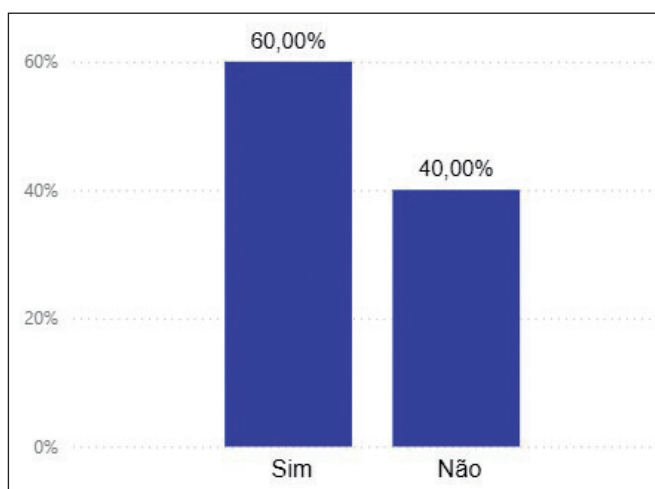
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

No Relatório de Atividades 2024 da Emater-Pará, a temática das parcerias aparece como um eixo central para a execução e ampliação das ações de assistência técnica e extensão rural. A instituição destaca a atuação conjunta com órgãos estaduais, federais, prefeituras, associações comunitárias, cooperativas, universidades e entidades do terceiro setor, o que possibilitou não apenas o fortalecimento de programas existentes, mas também a implementação de novos projetos em diferentes cadeias produtivas. Essa cooperação interinstitucional é apresentada como fundamental para a mobilização de recursos financeiros, logísticos e humanos, ampliando o alcance territorial das atividades e otimizando a resposta às demandas dos agricultores familiares, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais públicos atendidos.

4.7.2 Participação em Conselhos e Fóruns

O gráfico 32 indica que 60% das entidades de ATER no Pará participam de fóruns e conselhos, enquanto 40% não estão envolvidas nessas instâncias. Esse cenário revela que a maioria das organizações reconhece a importância desses espaços de governança participativa para influenciar políticas públicas, articular ações e fortalecer redes institucionais.

Gráfico 32. Participação em conselho, fórum ou câmara técnica.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

A ausência de 40% das entidades nesses espaços sugere lacunas de representatividade e oportunidades perdidas de colaboração e incidência política. As razões podem incluir limitações de recursos humanos, dificuldades logísticas ou desconhecimento sobre a relevância desses mecanismos. Assim, ampliar a adesão a fóruns e conselhos é fundamental para fortalecer a atuação integrada das entidades de ATER e maximizar o impacto das políticas rurais no Pará.

4.8 Recursos e Estrutura

4.8.1 Recursos Humanos

O número total de pessoas vinculadas à ATER no Pará, identificadas na pesquisa, é de 2.541 profissionais, dos quais 464 atuam no apoio e na administração. Isso representa cerca de 18,3% da força de trabalho dedicada a funções administrativas e de suporte. Os demais 2.077 profissionais correspondem ao quadro técnico, diretamente responsável pelas ações de assistência técnica e extensão rural. Essa composição evidencia que, embora a maior parte da equipe esteja alocada em atividades finalísticas no campo, a presença de um contingente expressivo na área administrativa é fundamental para assegurar a organização, a gestão e o suporte operacional que viabilizam o trabalho técnico junto às comunidades rurais em todo o estado.

Em relação aos que detalharam seu quadro técnico a partir das diferentes profissões (N=75), a profissão de Técnico Agropecuário lidera em número absoluto e percentual, com 27% do total técnico, seguida de Outros Técnicos de nível médio com 21,4% e Agronomia com 21,2%. Essas três categorias somadas representam praticamente 69,6% de todo o corpo técnico, evidenciando a predominância de profissionais com formação voltada diretamente à assistência técnica rural (Tabela 7).

Tabela 7. Quantitativo de Técnicos das Instituições de ATER – Pará (N=75)

PROFISSÃO	QTDE. TÉCNICOS	PERCENTUAL (%)
Técnico Agropecuário	440	27,0
Outros Técnicos de nível médio	349	21,4
Agronomia	346	21,2
Engenharia Florestal	97	6,0
Veterinária	69	4,2
Administração	36	2,2
Biologia	28	1,7
Zootecnia	33	2,0
Gestão Ambiental	35	2,1
Sociologia	47	2,9
Economia	13	0,8

PROFISSÃO	QTDE. TÉCNICOS	PERCENTUAL (%)
Pedagogia	37	2,3
Licenciatura em Educação do campo	20	1,2
Engenharia Agrícola	12	0,7
Serviço Social	22	1,4
Jornalismo/Comunicação	9	0,6
Saúde/Nutrição	6	0,4
Bacharel/Tecnólogo em Agroecologia	3	0,2
Bacharelado em Desenvolvimento Rural	3	0,2
Outros técnicos - nível superior	24	1,5
Total	1629	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

As Ciências Agrárias são amplamente representadas, com 1.387 profissionais distribuídos entre Técnico Agropecuário, Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Bacharel/Tecnólogo em Agroecologia, Bacharelado em Desenvolvimento Rural, e Gestão Ambiental. Este grupo corresponde a 85% de todos os técnicos da ATER no Pará, mostrando que a assistência técnica e extensão rural no estado está fortemente orientada para áreas ligadas à produção agrícola, pecuária e manejo florestal.

Além da forte presença dos profissionais das agrárias, há uma diversidade de outras formações que atuam na ATER, como Administração, Biologia, Sociologia, Pedagogia, Serviço Social, Licenciatura em Educação do Campo e Comunicação. Essas profissões contribuem para a gestão, a organização social e a comunicação no campo, ampliando o alcance das ações da ATER para além do aspecto produtivo. Essa pluralidade profissional é estratégica, pois permite o atendimento das múltiplas demandas das comunidades rurais, incluindo aspectos socioeconômicos, ambientais e educacionais. Nesse sentido, esta informação é importante para pensar a interdisciplinariedade em bases mais sólidas, já que o futuro aponta para a necessidade de uma compreensão holística dos problemas e da busca de soluções.

Considerando o total de 347.548 famílias potenciais para serem atendidas pela ATER no Pará e o parâmetro de 80 famílias por técnico, utilizado em contratos nacionais da ANATER, seriam necessários aproximadamente 4.344 técnicos, ou seja, um acréscimo de cerca de 2.715 profissionais para universalizar o atendimento.

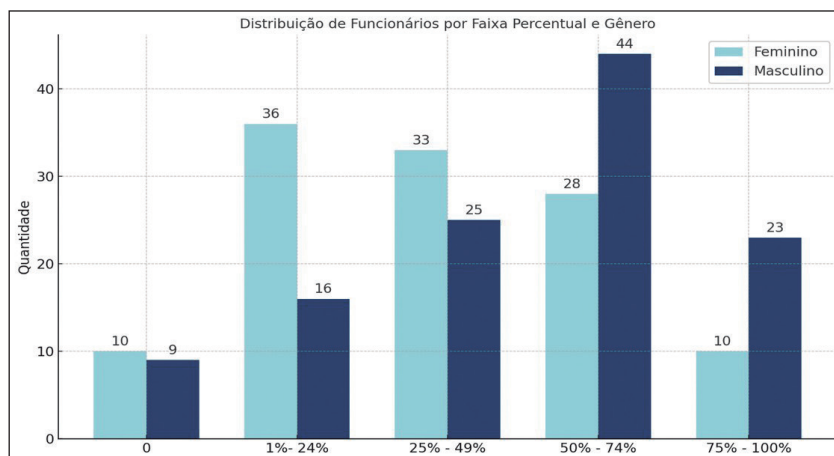
No contexto amazônico, contudo, a própria ANATER estabelece, em chamadas e anexos específicos, que o acompanhamento máximo deve ser de 50 famílias por técnico em áreas socioambientais e de logística complexa. Essa redução da proporção justifica-se pela maior dispersão geográfica, tempo de deslocamento e necessidade de acompanhamento mais frequente, aspectos amplamente reconhecidos também em estudos acadêmicos e nas práticas da assistência técnica diferenciada na região. Com esse parâmetro, para universalizar, seriam necessários cerca de 6.951 técnicos, o que implica um acréscimo de 4.874 profissionais em relação ao quadro atual.

Dessa forma, a escolha da proporção de 50 a 80 famílias por técnico deve ser orientada pelo território de atuação. Em áreas mais acessíveis, o limite de 80 famílias é operacionalmente viável e reconhecido nacionalmente. Já nas condições de maiores dificuldades de logísticas e de menores adensamentos populacionais, a redução para 50 famílias por técnico tem respaldo normativo e técnico, garantindo qualidade no atendimento e efetividade das ações de ATER, ainda que implique um aumento significativo na necessidade de contratações para alcançar a cobertura universal no estado.

4.8.2 Distribuição dos profissionais em relação à questão de gênero

O gênero das pessoas que realizam os trabalhos de ATER no estado do Pará seguem uma tendência nacional, com predominância masculina. Pelo gráfico 33, constata-se que, da esquerda para a direita, sentido do aumento percentual de presença de cada gênero, a cor azul mais clara (feminino) vai diminuindo, enquanto a azul mais forte (masculino) aumenta. Enquanto o maior percentual de homens se encontra no percentil entre 50 e 74% do conjunto de profissionais (representando 38,3% de homens, e 24,3% de mulheres nesse mesmo estrato), o de mulheres está no percentil entre 1 e 24% (representando 31,3%, enquanto de homens foi de 13,9%).

Gráfico 33. Distribuição de funcionários por percentual e gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Segundo dados do IBGE (2019), apresentados por Spavanello *et al.* (2021), os homens representam cerca de 10,7 milhões das ocupações em estabelecimentos agropecuários no Brasil, enquanto as mulheres ocupadas nesse segmento o número é de aproximadamente 4,3 milhões. Isso equivale a 59,8 e 40,2% respectivamente, sendo que há em média 2,11 homens ocupados e 0,86 mulheres.

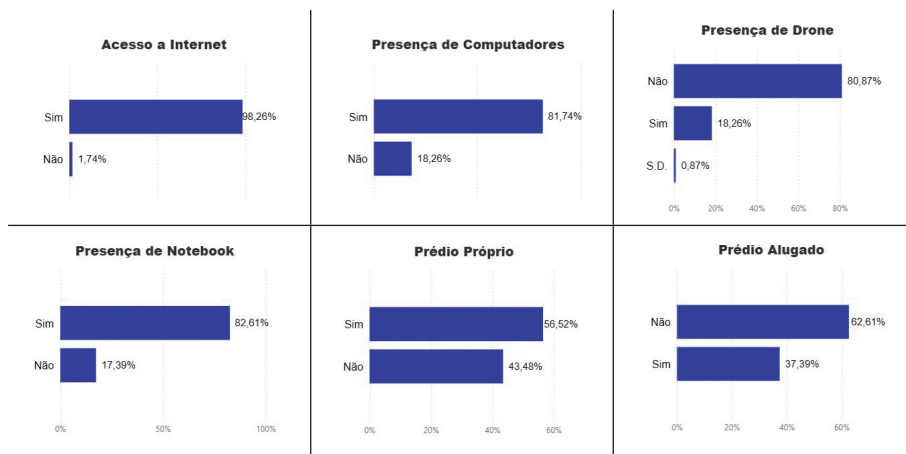
4.9 Infraestrutura Física

4.9.1 Acesso à internet e equipamentos de informática

As instituições de ATER no Pará apresentam um cenário bastante positivo no que se refere ao acesso à internet, com 98,26% delas conectadas, o que possibilita comunicação mais ágil, acesso a informações e utilização de sistemas digitais. A presença de computadores de mesa é uma realidade em 81,74% das unidades e de notebooks 82,61%, mostrando que a maioria possui infraestrutura tecnológica básica para o desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas. Essa base de conectividade e equipamentos é um ponto forte para a implementação de soluções digitais e para a gestão eficiente das ações de extensão rural.

Apesar da boa base tecnológica, o uso de ferramentas mais sofisticadas, como drones, ainda é bastante limitado. Apenas 18,26% das instituições relataram utilizar essa tecnologia, enquanto 80,87% não a possuem e 0,87% não souberam informar. Os drones têm grande potencial para atividades como mapeamento de áreas, monitoramento de lavouras e apoio a diagnósticos ambientais, especialmente em territórios amplos e de difícil acesso como na Amazônia. Essa baixa adoção indica uma oportunidade clara de investimento para ampliar a capacidade de diagnóstico e planejamento das ações de ATER (Gráfico 34).

Gráfico 34. Infraestrutura física.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

No aspecto físico, 56,52% das instituições contam com prédio próprio, enquanto 37,39% funcionam em imóveis alugados e 43,48% não possuem sede própria. Ter sede própria garante maior estabilidade operacional, possibilidade de investimentos estruturais e redução de custos com aluguel. Por outro lado, a expressiva parcela de instituições sem prédio próprio ou em imóveis alugados pode indicar vulnerabilidade a mudanças de local, dificuldades de adequação do espaço e menor autonomia para realizar melhorias.

Esses resultados mostram que, embora as instituições de ATER no Pará possuam uma boa base tecnológica e conectividade, ainda existem

gargalos importantes em relação à modernização de ferramentas de trabalho e à consolidação da infraestrutura física, especialmente para dar conta das especificidades logísticas e territoriais do estado.

4.10 Orçamento para ATER

As questões sobre orçamentos sempre são mais sensíveis para as instituições responderem, pois tem relação com as estratégias de captação e fontes de recursos que cada entidade busca para se manter. Assim, os dados obtidos pela pesquisa dão algumas pistas dos financiadores, porém não foi possível quantificar de forma mais detalhadas os custos e valores totais. Além do questionário aplicado, buscou-se algumas informações em sites das instituições e em contratos e chamadas públicas do Governo Federal, através da ANATER e MDA.

A partir dos dados da pesquisa, foi possível observar que o financiamento da ATER no Pará provém de fontes de financiamento diversificada. No entanto, a maioria das instituições são altamente dependentes dessas fontes. Muitas organizações indicam que a maior parte de seus recursos advém de fontes limitadas, como recursos próprios ou apoio de empresas privadas, com poucas recebendo percentuais elevados de financiamento governamental. Isso sugere uma estrutura de financiamento fragmentada, na qual a sustentabilidade financeira depende da capacidade da instituição de captar recursos em múltiplos canais.

Esse perfil implica que os custos da ATER não estão apenas ligados à execução direta das atividades técnicas, mas também aos esforços administrativos e institucionais para garantir a continuidade do financiamento. A busca por parcerias, elaboração de projetos e participação em editais acabam se tornando parte do custo indireto da ATER, especialmente para organizações menores ou mais localizadas, que não têm estrutura consolidada de captação de recursos. Assim, a gestão financeira dessas entidades precisa ser flexível para lidar com variações sazonais ou anuais na disponibilidade de recursos. Essa instabilidade no campo financeiro pode influenciar na rotatividade de componentes das equipes técnicas e/ou na precarização do trabalho.

A análise das fontes de financiamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER-PA evidencia que o orçamento do estado do Pará, proveniente do tesouro estadual (OGE), constitui a principal base financeira da instituição. Esses recursos sustentam programas como “Manutenção da Gestão”, “Economia Sustentável” e “Gestão Socioambiental”, garantindo custeio administrativo, manutenção da estrutura e execução direta das ações técnicas em todos os 144 municípios. O Relatório de Atividades 2024 confirma que praticamente a totalidade da dotação orçamentária foi executada, assegurando a continuidade e a capilaridade da ATER pública no estado, mesmo com os limites de atendimentos existentes.

Complementarmente, a EMATER-PA capta recursos por meio de convênios e parcerias programáticas, destacando-se os firmados com a SEMAS/PA, voltados a agendas ambientais, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e os contratos e chamadas públicas. A natureza programática dessas parcerias permite à EMATER diversificar as fontes e direcionar recursos para iniciativas estratégicas de desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, as políticas federais de crédito rural, como o Plano Safra/Pronaf, operacionalizadas por meio de bancos públicos e cooperativas (Basa, Banpará, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sicredi), desempenham papel indutor no financiamento indireto da ATER. Embora o crédito não seja destinado diretamente ao custeio da assistência, a mobilização dessas linhas pela EMATER-PA gera receita própria por meio de taxas associadas aos projetos elaborados, fortalecendo o caixa operacional. Em 2024, foram mais de R\$ 45 milhões aplicados na agricultura familiar (com R\$ 37 milhões adicionais em tramitação), evidenciando o peso estratégico do crédito rural como alavanca para a produção, a renda e a sustentabilidade financeira da ATER no Pará.

No caso das **empresas prestadoras de ATER**, a matriz indica que a principal fonte de financiamento está concentrada em **contratos públicos**, especialmente aqueles firmados com a **ANATER** e, em menor escala, com governos estaduais e federais. Essa configuração reflete um modelo de negócio fortemente vinculado a políticas públicas e programas governamentais, onde a empresa atua como executora terceirizada de ações específicas, como o *Bolsa*

Verde na Amazônia ou programas de ATER voltados a agendas socioambientais e produtivas (Tabela 8).

Tabela 8. Relação de empresas contratadas pelas Chamadas públicas de ATER

Nº	CONTRATADO	MUNICÍPIO SEDE	VALOR DA CONTRATAÇÃO (R\$)	OBJETO/ÂMBITO DO CONTRATO
016/2024	GR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE PROJETOS	Novo Repartimento	3.371.443,00	Programa Florestas produtivas
	AGROPECUÁRIOS LTDA			
015/2024	PRO-RURAL PROJETOS E SERVIÇOS LTDA	Tucumã	2.946.081,00	Programa Florestas produtivas
013/2024	PROAMBIENTE - EMPRESA DE ASSIST. TEC. E ELABORAÇÃO DE PROJ. AGROPECUÁRIOS S LTDA	Rondon do Pará	1.295.650,00	Programa ATER mulheres rurais, autonomia, alimentação e vidas saudáveis
006/2025	AGROPAM - PLANEJAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA RURAL LTDA	Bujaru	1.469.132,30	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte
005/2025	AGROPAM - PLANEJAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA RURAL LTDA	Bujaru	2.238.927,90	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte
004/2025	PRO-RURAL PROJETOS E SERVIÇOS LTDA	Tucumã	2.109.458,55	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte
003/2025	PRO-RURAL PROJETOS E SERVIÇOS LTDA	Tucumã	2.340.366,65	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte

Nº	CONTRATADO	MUNICÍPIO SEDE	VALOR DA CONTRATAÇÃO (R\$)	OBJETO/ÂMBITO DO CONTRATO
002/2025	GR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Novo Repartimento	1.820.970,10	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte
001/2025	GR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Novo Repartimento	1.818.382,00	Programa Bolsa verde na Amazônia - Região Norte
Total (R\$)			19.410.411,50	

Fonte: ANATER (2025)

Além dos contratos públicos, observa-se a presença pontual de recursos de organismos internacionais e parcerias com empresas privadas, mas com percentuais menores e mais variáveis. Essa dependência majoritária de repasses públicos implica tanto oportunidades quanto riscos: por um lado, garante contratos de maior porte e estabilidade no curto prazo; por outro, deixa a sustentabilidade financeira vulnerável a mudanças nas prioridades governamentais ou cortes orçamentários.

4.11 Entraves à Atuação

A análise das respostas sobre os principais entraves a ATER no Pará mostra que as dificuldades enfrentadas pelas instituições são, na maioria, estruturais e ligadas à política pública e ao financiamento. O entrave mais citado foi a ausência ou fragilidade de políticas públicas específicas para o setor (62 respostas), como preços mínimos, crédito e armazenamento, evidenciando a carência de instrumentos direcionados à realidade da agricultura familiar e à extensão rural. Em segundo e terceiro lugar aparecem a continuidade dos recursos financeiros (58) e o volume de recursos disponíveis (54), apontando para a instabilidade e insuficiência dos aportes, o que afeta tanto a manutenção das equipes quanto a infraestrutura necessária para operar (Tabela 9).

Tabela 9. Entraves apontados pelas instituições de ATER no Pará.

ENTRAVES	FREQUÊNCIA
Falta de políticas públicas específicas para o setor (Ex: preços, crédito, armazenamento)	62
Continuidade dos recursos financeiros (Ex: Financiamentos incertos e de curto prazo)	58
Volume de recursos financeiros (Ex: equipe ou infraestrutura insuficiente)	54
Estrutura agrária da região (Ex: conflitos fundiários, ausência de regularização)	49
Políticas públicas, em geral (Ex: educação, saúde, estrada, eletrificação)	44
Recursos tecnológicos (ex. equipamentos, internet),	32
Conhecimentos técnicos (Ex: carência de pesquisa/conhecimento/alternativas)	20
Institucionais (Ex: problemas internos da instituição, dificuldade de trabalho em parcerias)	13
Problemas ambientais que dificultam a regularização	2
Falha no direcionamento do recurso para os projetos indicados	2
Dificuldades do Processo de Produção, por exemplo, rastreio bovino e dificuldade de escoamento	1
Indisponibilidade de políticas públicas efetivas no Estadual do Pará para ATER	1
Ausência de instituições no município, como o Incra	1
Política de ensino, pesquisa e extensão defasadas	1
Garimpos	1
Falta de comprometimento do Governo Federal com a ATER Pública	1

Outros entraves relevantes incluem a estrutura agrária da região (49), que envolve conflitos fundiários e a falta de regularização, e a carência de políticas públicas gerais (44) — como educação, saúde, estradas e eletrificação —, que impactam diretamente as condições de vida e a viabilidade produtiva das comunidades atendidas. A limitação em recursos tecnológicos (32) e a escassez de conhecimentos técnicos aplicados (20) também aparecem como

barreiras, mostrando que a modernização da assistência técnica e o acesso a alternativas produtivas inovadoras ainda são desafios concretos.

Entraves de natureza institucional (13) e outros de frequência muito baixa, como problemas ambientais, falhas no direcionamento de recursos, dificuldades no processo de produção, ausência de órgãos como o INCRA, defasagem nas políticas de ensino/pesquisa/extensão, impacto de garimpos e falta de comprometimento federal, embora pouco citados, revelam questões pontuais que podem ter grande impacto em contextos específicos. O panorama geral indica que o fortalecimento da ATER no Pará depende de ações integradas: estabilidade e ampliação do financiamento, criação e implementação de políticas públicas adequadas, regularização fundiária, modernização tecnológica e qualificação técnica contínua.

4.12 Formação dos profissionais de ATER

A formação dos profissionais de ATER no estado do Pará é um tema recorrente no meio rural, especialmente entre as lideranças de movimentos sociais ligados à agricultura familiar, os quais têm mostrado insatisfação com o atual modelo formativo que julgam não favorecer uma aproximação mais estreita com as demandas e saberes dos agricultores familiares do estado. Essa perspectiva foi bastante evidenciada no Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Pará realizado em setembro de 2025, em Belém.

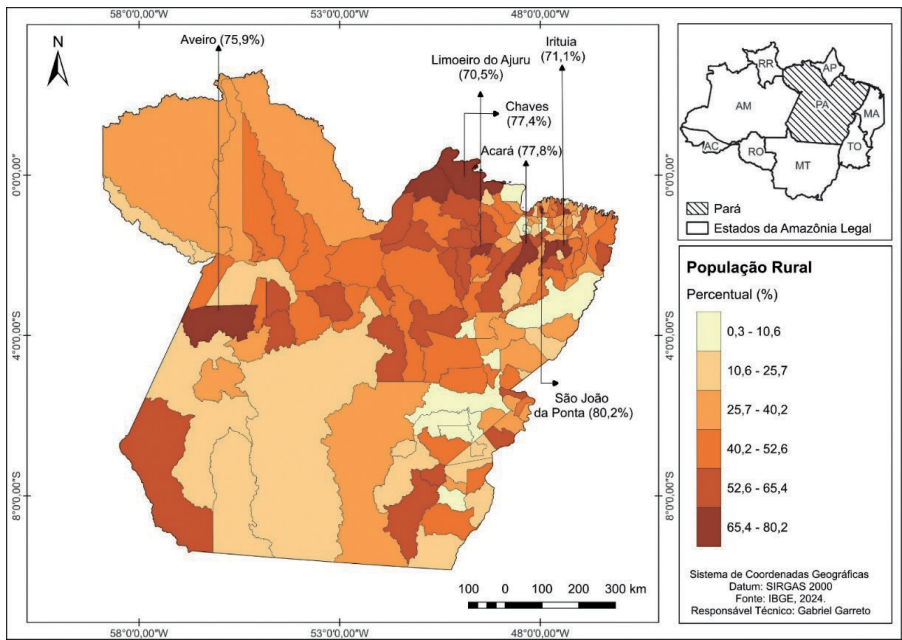
Visando subsidiar análises mais nítidas sobre a formação profissional em ATER, a pesquisa buscou inventariar as instituições de ensino médio públicas e privadas do Pará com oferta de cursos técnicos, integrados ou subsequentes, com potencial para atender a ATER. Da mesma forma procedeu-se com as instituições de ensino superior, focando-se, entretanto, nas cinco Universidades públicas e no Instituto Federal, uma vez que a oferta privada nessa área ainda é residual no estado.

O levantamento tem como referência a oferta de vagas para os cursos de ensino médio técnicos públicos, publicizadas em editais lançados no final de 2023 e na matrícula nos cursos das instituições privadas em 2024.

No estado do Pará, em 2022, existiam 2.024.601 pessoas vivendo nos territórios rurais, o que equivale a 24,9% da população do estado. Estes números colocam o Pará na primeira posição em números absolutos e na segunda em dados percentuais entre os estados da região Norte, perdendo apenas para o Acre (25,6%) e bem acima da média nacional fixada em 12,6%.

A forte participação dos habitantes do meio rural na composição das populações da maioria dos seus144 municípios coloca em relevo a importância desse segmento da sociedade paraense, ao mesmo tempo que desafia as políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas socioeconômicas e ambientais. Somam 100 os municípios paraenses com população rural igual ou superior a 30%, ressaltando que destes, em 41 os habitantes do campo superam os da cidade, com destaque para Limoeiro do Ajuru (70,5%), Irituia (71,1%), Aveiro (75,9%), Chaves (77,4), Acará, (77,8%) e São João da Ponta (80,2%).

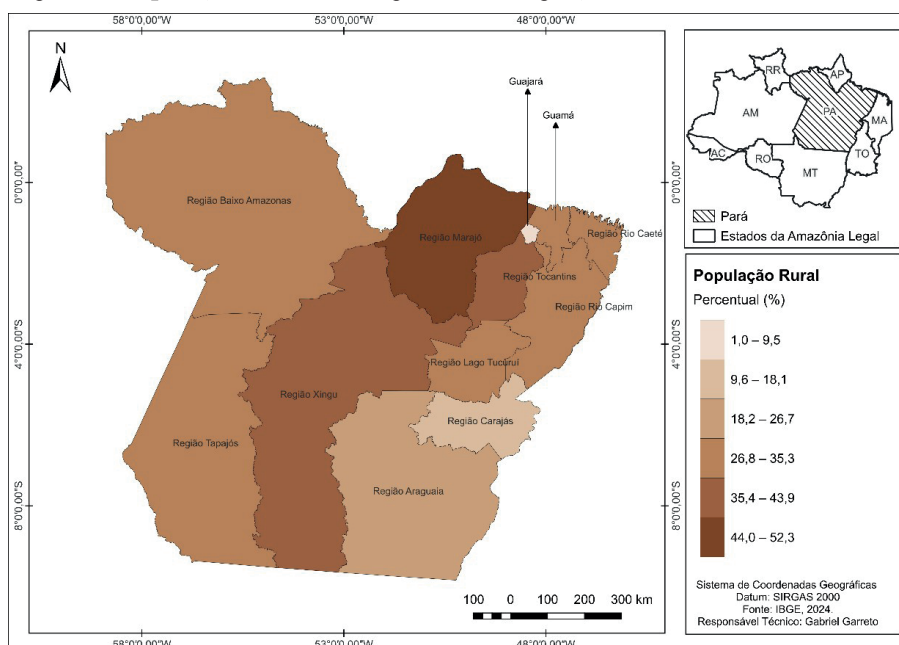
Figura 5. Mapa da população rural das regiões dos municípios paraenses, 2022.



Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Quando se amplia o foco para as Regiões de Integração, verifica-se que a população rural ultrapassa os 50% no Marajó e a média estadual em outras oito RI. Dessa forma, apenas as RI Araguaia, Carajás e Guajará ficam abaixo da média estadual, com destaque para a última, fortemente influenciada pelas expressivas populações urbanas de Belém, Ananindeua e Marituba, integrantes da zona metropolitana da capital do estado.

Figura 6. População rural das Regiões de Integração do estado do Pará, 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Com expressiva população habitando os diversos territórios rurais, nos campos, nas margens dos rios e nas florestas, com forte presença da produção familiar, o estado do Pará tem que enfrentar o desafio de oferecer ATER, seja pública estatal, pública não estatal ou privada, em quantidade, qualidade e equilibrada quanto a dispersão no território, capaz de possibilitar o incremento da produção, e a consequente qualidade de vida, dos diversos grupos que produzem no meio rural com base na força de trabalho familiar.

Esse enfrentamento passa, necessariamente, pela oferta de formação profissional, em nível médio e superior, em cursos com potencial para atender as necessidades da ATER, de modo a disponibilizar a todas as regiões do estado agentes de assistência e extensão rural com formação sólida e em número adequado à demanda.

Em 2024 existiam no Pará 57 unidades educacionais com oferta de ensino médio profissionalizante com vagas em cursos ligados à ATER, sendo 17 Estaduais, 16 federais e 24 privadas comunitárias. Naquele ano, a rede estadual ofertou 1.180 vagas e a rede federal outras 1.430 vagas em cursos com características relacionadas à assistência técnica e a extensão rural. Já a rede privada, formada exclusivamente por organizações comunitárias denominadas de Casas Familiares Rurais, matriculou no mesmo ano 1.449 estudantes em cursos de nível médio com formação técnica em agropecuária.

Tabela 10. Cursos técnicos de nível médio vinculados a ATER, ofertados por instituições públicas e privadas do estado do Pará, 2024.

Curso	Nº
Técnico em Agropecuária	37
Técnicos em Meio ambiente	20
Técnico em Agronegócio	06
Técnico em Veterinária	04
Técnico em Pesca	03
Técnico em Aquicultura	03
Técnico em Agroecologia	03
Técnico em Agroindústria	02
Técnico em Floresta	01

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

A formação técnica em Agropecuária é a mais ofertada no estado com 37 cursos, sendo, entretanto, majoritariamente assumida pela iniciativa privada, através das Casas Familiares Rurais, que respondem por 24 cursos. Em segundo lugar, aparecem os cursos de Técnico em Meio Ambiente, estes exclusivamente ofertados pela rede pública, sendo o governo estadual responsável por 11 e o federal por 9 cursos.

Apenas três instituições públicas (IFPA – Campus Marabá Rural, a EETEPA Itaituba e a EETEPA Prof.^a Maria de Nazaré G. Macedo, de Curuçá) ofertam formação profissional ligadas a ATER nos territórios rurais do estado, ficando o restante da oferta por conta das 24 Casa Familiares Rurais. Ressalta-se, entretanto, que diferentemente do IFPA – Campus Marabá Rural, que se encontra instalado distante da zona urbana, em um território cercado por assentamentos da reforma agrária e com forte presença da agricultura familiar, as instituições estaduais estão localizadas nas bordas das respectivas cidades.

Enquanto a rede federal de formação profissional, nomeadamente o IFPA, oferta cursos ligados a ATER em todas as Regiões de Integração, mesmo que, quase sempre, concentrados nas principais cidades, a rede estadual não faz nenhuma oferta desses cursos nas regiões do Xingu, Lago de Tucuruí, Carajás e Baixo Amazonas.

Tabela 11. Distribuição de vagas públicas em cursos técnicos de nível médio pelas Regiões de Integração do Pará, 2024.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL	% POPULAÇÃO RURAL	OFERTA DE VAGAS		
			FEDERAL	ESTADUAL	TOTAL
Araguaia	109.472	24	70	80	150
Baixo Amazonas	255.581	32,5	200	0	200
Guamá	188.595	28,6	290	160	450
Carajás	99.250	13	160	0	160
Lago Tucuruí	92.680	28,4	40	0	40
Marajó	291.405	52,3	120	160	280
Guajará	19.148	1	65	400	465
Rio Caeté	170.484	34,6	160	40	160
Rio Capim	208.467	33,6	80	40	120
Tapajós	70.477	28,1	80	40	120
Tocantins	343.242	42,5	130	220	350
Xingu	157.625	40,1	35	0	35
Total			1430	1180	2610

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Tomando-se o tamanho da população rural, em números absolutos ou relativos, dos TI, é possível verificar um desequilíbrio na oferta de vagas nos cursos técnicos de nível médio com potencial formativo em ATER. Enquanto a RI Guajará, que abrange a zona metropolitana de Belém, concentra um pouco mais de 19 mil habitantes no meio rural, 1% da população total, oferta 465 vagas, a RI Xingu, com mais de 157 mil moradores do campo, 40,1% da população da região, oferta apenas 35 vagas.

Dos 144 municípios do estado, há cursos técnicos com formação ligadas a ATER somente em 41, sendo que a oferta pública chega a apenas 26 municípios paraenses. As Regiões de Integração Lago de Tucuruí (1 curso), Rio Capim (2 cursos), Carajás (3 cursos) e Tapajós (3 cursos) são as mais desassistidas quanto a oferta de formação técnica ligada a ATER.

No ensino superior público do Para, como é possível verificar na tabela abaixo, as seis instituições paraenses possuem cursos ligados à ATER, com destaque para o IFPA, a UFPA e a UFRA que fazem a maior oferta. Juntas, as IES disponibilizam 2.681 vagas divididas em 72 cursos.

Tabela 12. Cursos superiores vinculados a ATER, ofertados por instituições públicas do estado do Pará, 2024.

CURSO	Nº	VAGAS
Agroecologia	04	160
Agronomia	13	471
Ciências Agrárias	01	20
Ciências Ambientais	01	46
Desenvolvimento Rural	01	45
Educação do Campo	07	320
Engenharia Agrícola	01	25
Engenharia Agrônômica	01	40
Engenharia Ambiental e Sanitária	09	350
Engenharia de Aquicultura	01	36
Engenharia de Pesca	05	179
Engenharia Florestal	11	380
Engenharia Sanitária e Ambiental	03	162

CURSO	Nº	VAGAS
Gestão Ambiental	05	192
Medicina Veterinária	03	110
Zootecnia	05	145
Total	71	2.681

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental e Sanitária (ou Engenharia Sanitária e Ambiental, conforme chamado na UEPA e no IFPA) e Educação do Campo são os que se destacam na oferta de vagas, chegando a 62,8% do total.

Em todas as Regiões de Integração do estado há cursos ligados à ATER que formam profissionais em nível superior. Entretanto, algumas delas são menos assistidas pelas instituições públicas do Pará. É o caso das RI do Lago de Tucuruí, Marajó e Tapajós, com 3 cursos a primeira e dois cursos cada as demais. Além disso, cursos centrais no desenvolvimento da ATER como Agronomia e Engenharia Florestal não são ofertados nas RI Lago de Tucuruí, Marajó e Rio Caeté.

Tabela 13. Distribuição de vagas públicas em cursos de nível superior vinculados a ATER pelas regiões de Integração do Pará, 2024.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL	% POPULAÇÃO RURAL	Nº DE CURSOS	Nº DE VAGAS
Araguaia	109.472	24	5	165
Baixo Amazonas	255.581	32,5	11	386
Rio Guamá	188.595	28,6	7	265
Carajás	99.250	13	8	255
Lago Tucuruí	92.680	28,4	3	120
Marajó	291.405	52,3	2	80
Guajará	19.148	1	10	455
Rio Caeté	170.484	34,6	4	160
Rio Capim	208.467	33,6	8	230
Tapajós	70.477	28,1	2	80

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL	% POPULAÇÃO RURAL	Nº DE CURSOS	Nº DE VAGAS
Tocantins	343.242	42,5	7	325
Xingu	157.625	40,1	4	160
Total			71	2681

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Assim como nos cursos de nível médio, também nos cursos superiores há desequilíbrio na oferta de vagas nos cursos ligados à ATER. Destacam-se as ofertas de vagas inversamente proporcionais nas RI Guajará e Marajó, uma vez que onde há a maior população rural, há a menor distribuição de cursos e vagas e onde há o maior número de oferta há a menor população.

A leitura dos dados apresentados acima chama a atenção à quantidade e à distribuição da oferta de formação profissional em cursos ligados à ATER, tanto em nível médio como superior, visando atender a demanda da agricultura familiar do estado. Regiões de Integração com forte presença da população rural experimentam escassez de oferta, enquanto outras com tímida presença de habitantes do campo têm muitos cursos e vagas.

De acordo com o INCRA, existem cerca de 350 mil famílias de agricultores familiares distribuídos em diversos territórios no estado do Pará. Tendo como referência o número de 80 famílias por técnico de ATER, seriam necessários 4.375 profissionais para o atendimento pleno dessa demanda. Enfrentar esse desafio requer uma maior e mais distribuída oferta de formação profissional média e superior em todas as regiões do estado.

Outra questão a se ter atenção é em que medida a baixa oferta de cursos de formação profissional em cursos ligados à ATER nos próprios territórios rurais impacta a qualidade e a capilaridade dessa atividade na agricultura familiar.

Historicamente os agricultores familiares sempre tiveram escasso acesso em seus territórios a cursos técnicos de um modo geral, mas chama a

atenção a clara negação da oferta até mesmo de cursos vinculados às atividades produtivas diretamente ligadas à dinâmica econômica do meio rural. Como foi visto acima, apenas três instituições públicas que ofertam cursos de formação técnica se encontram instalados no meio rural paraense.

Parece claro que o fortalecimento do desenvolvimento nos territórios rurais do Pará, garantindo a sustentabilidade dos processos econômicos e sociais, terá menos chances de ocorrer enquanto se negar à sua juventude a oportunidade de qualificação profissional que possibilite à sociedade local encontrar soluções criativas aos desafios cotidianos.

Por outro lado, a etapa qualitativa da pesquisa, que também envolveu a realização de um Seminário Estadual de ATER no Estado do Pará, com participação de entidades públicas, organizações da sociedade civil e lideranças de movimentos sociais ligados à agricultura familiar, colocou em relevo a necessidade de se redesenhar a formação de profissionais de ATER, de modo a colocá-la à altura dos desafios e complexidades que envolvem a agricultura familiar nos diversos territórios paraenses.

As entrevistas qualitativas e os depoimentos realizados durante o Seminário chamam a atenção à carência de contextualização da formação, expressa na desarticulação entre o saber acadêmico e os saberes e as experiências dos agricultores, o que resultaria na desconsideração das especificidades ambientais e produtivas dos territórios. Como sugestão, as lideranças apontam a Pedagogia da Alternância como metodologia mais adequada à formação em ATER, especialmente quando esta é direcionada à juventude que vive no campo, uma vez que ao favorecer experiências pedagógicas em tempos e espaços que articulam o conhecimento científico com os desafios produtivos dos territórios, ela proporciona aos futuros profissionais ferramentas teóricas para o enfrentamento de problemas reais da comunidade.

Portanto, o desafio central na formação inicial e continuadas de profissionais de ATER, além da melhor distribuição de cursos e vagas por todas as regiões do estado, passa pela construção de estruturas curriculares e

metodológicas capazes de articular as instituições formadoras, órgãos públicos e privados de ATER e agricultores familiares em processos participativos, promovendo inovação, diálogo e valorização dos saberes tradicionais.

4.13 Extensão Universitária - ações de ATER

As instituições públicas de ensino superior no Brasil são alicerçadas em 3 pilares indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa indissociabilidade está demarcada na Constituição Federal, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, ressaltando a importância das ações extensionistas no processo de formação profissional. Em 1998, a extensão universitária tem sua institucionalidade reafirmada por meio do Plano Nacional de Extensão. Assim, a Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada em 2012 pelos membros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), reconhece a extensão universitária como processo educativo e acadêmico que dever ser definido e efetivado em função das exigências da realidade, sendo considerado “indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (BRASIL, 2012).

Deslandes e Arantes (2017) consideram que a extensão universitária é fundamental para o ensino superior, pois realiza a formação profissional, humanística e é utilizada como instrumento de transformação social. Por meio das ações extensionistas, os(as) estudantes estabelecem interações para além do ambiente da instituição de ensino passando a se situar em relação ao modo de vida das comunidades, atualizando-se sobre temas e sobre o cotidiano da sociedade brasileira nas áreas política, social e econômica.

Mesmo que essas instituições não sejam instituições oficialmente prestadoras de serviço de ATER, as ações realizadas por meio da extensão universitária dialogam com os fundamentos da extensão rural. Por meio de projetos e de ações vinculadas ao ensino (componentes curriculares), a

comunidade acadêmica realiza diversas atividades que podem ser configuradas como de assessoria e assistência técnica, tal como a realização de diagnósticos, de análises laboratoriais e de orientações técnicas, ou como extensão tanto do ponto de vista do difusionismo, focando a transferência de tecnologia, como do ponto de vista da extensão como comunicação, como processo educativo pautado na educação popular.

No estado do Pará, no que se refere à extensão universitária destinada a comunidades rurais e territórios de produção de base familiar a partir de referenciais da PNATER, ressalta-se a importância da atuação das Incubadoras de Empreendimentos Solidários e dos Núcleos de Agroecologia, conforme apresentado a seguir:

4.13.1 Incubadoras de empreendimentos

As incubadoras de empresas e empreendimentos solidários são estruturas que operam por meio de projetos de extensão universitária ou como ente integrante do organograma institucional. São ambientes de aprendizagens sobre negócios, geralmente a partir da perspectiva da economia solidária, e de prestação de serviço de consultoria, oferecendo suporte e capacitação para empresas, associações e/ou cooperativas nascentes ou em operação, especialmente aquelas com foco em inovação e tecnologia e/ou acesso a mercados.

No estado do Pará, as incubadoras de empreendimentos têm sido estruturantes de pequenos negócios e de diversas iniciativas que visam fomentar a economia solidária no estado (Quadro 06). No que se refere ao meio rural, as atividades buscam o fortalecimento institucional e a comercialização da produção familiar.

Quadro 6. Relação de Incubadoras de Empreendimentos
localizadas no Estado do Pará.

INCUBADORA	INSTITUIÇÃO	REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	AÇÕES/OBJETIVOS
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários- Incubitec	IFPA- Castanhal	Nordeste Paraense	Boas práticas de produção socioambiental nas empresas incubadas e parceiras, incentivando a agregação de valor aos produtos gerados na Amazônia, especialmente os insumos da biodiversidade.
Incubadora Tecnológica de Cooperativismo e Empreendimentos Solidários (INTECOOPES)	IFPA- Santarém	Baixo Amazonas Xingu	Capacitações, consultorias e assistência técnica para incentivar o desenvolvimento rural sustentável e melhorar o acesso a mercados na região do Oeste do Pará.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários- ITCPEs	UFPA- Campus Belém	Metropolitana Nordeste Paraense Salgado	Suporte técnico e metodológico para a criação e fortalecimento de empreendimentos solidários, tanto em áreas urbanas quanto rurais
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica- PIEBT	UFPA- Campus Belém	Metropolitana Nordeste Paraense Salgado	
Incubadora do Xingu	UFPA- Campus Altamira	Xingu	Ações para a consolidação de empreendimentos inovadores, fomentando novas perspectivas de negócio e de investimentos na região do Xingu
A Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal do Oeste do Pará (Iecosol-UFOPA)	Ufopa- Campus de Santarém	Baixo Amazonas	Fomentar e assessorar empreendimentos econômicos solidários

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

O IFPA (Instituto Federal do Pará) possui duas incubadoras de empresas e de empreendimentos solidários: a) Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Incubitec), localizada no campus de Castanhal; b) Incubadora Tecnológica de Cooperativismo e Empreendimentos Solidários (INTECOOPES), localizada no campus de Santarém. Ambas, com capilaridade respectivamente nas regiões do Nordeste Paraense e do Baixo Amazonas, visam fortalecer cooperativas, associações e empreendimentos solidários urbanos e da agricultura familiar, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

No caso da UFPA, além das duas incubadoras situadas em distintas regiões de integração, a instituição executa, por meio do Departamento de Serviço Social, o Programa de Incubação de Empreendimentos Solidários (IESol), que articula a atuação de projetos de extensão universitária.

Na Ufopa, a incubadora configura-se como um projeto de extensão que presta diferentes serviços de assessoria a empreendimentos da Agricultura Familiar da região metropolitana de Santarém.

Cabe destacar que as ações das incubadoras são direcionadas principalmente para a inclusão produtiva rural, focando processos de comercialização da produção e a gestão dos empreendimentos. Geralmente, as ações das incubadoras fomentam a realização de feiras. Em todas as instituições listadas, as incubadoras têm relação direta com a estruturação das Feiras da Agricultura Familiar que ocorrem nessas universidades.

A partir dos referenciais da Economia Solidária, além de prestarem serviço de assessoria vinculado ao tema da construção social de mercados, as incubadoras buscam fortalecer a organização coletiva incentivando o cooperativismo.

4.13.2 Núcleos de Agroecologia

A criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia-NEAs, começa a se consolidar no contexto universitário em 2010 a partir de editais lançados pelo governo federal para atender à demanda do movimento agroecológico em relação à necessidade de investimentos que fortalecesse a indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão a partir de referenciais da agroecologia e da educação popular. No entanto, desde os anos de 1980 já existiam grupos informais de agroecologia, liderados por professores e estudantes nas Universidades brasileiras.

No estado do Pará, há NEAs em todas as instituições federais de ensino, havendo concentração desses núcleos na mesorregião do nordeste paraense, conforme pode ser observado no quadro 07.

Quadro 7. Núcleos de Agroecologia.

NÚCLEO DE AGROECOLOGIA	INSTITUIÇÃO	REGIÃO DE ATUAÇÃO
Núcleo de Estudos em Educação e Agroecologia na Amazônia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará- IFPA, Campus Castanhal	Metropolitana
Núcleo de Estudo em Agroecologia - NEA IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará- IFPA, Campus Santarém	Baixo Amazonas
Grupo de Pesquisa Núcleo de Agroecologia e Bem Viver na Amazônia - NEA Muiraquitã	Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, Campus Santarém	Baixo Amazonas
Núcleo de Estudos em Agroecologia - NEA AJURI	Universidade Federal do Pará- UFPA, Campus Belém	Metropolitana Rio Capim
Núcleo de Estudos em Agroecologia Agroecossaberes - NEA Agroecossaberes	Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus de Altamira	Xingu
Núcleo de Estudos em Agroecologia - NEA UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia -UFRA - Campus Paragominas e Tomé-Açu	Rio Capim
Núcleo de Estudos em Agroecologia	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA	Carajás
Núcleo de Estudo em Agroecologia - NEA Puxirum Agroecológico	Embrapa Amazônia Oriental	Metropolitana
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Etnociências na Amazônia (GAEA)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará- IFPA, Campus Castanhal	Metropolitana
Núcleo de Agricultura Família e Agroecologia	UFRA – Campus de Capitão Poço	Rio Capim

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Os Núcleos de Agroecologia, institucionalizados como projetos de pesquisa, projetos de extensão ou como grupo de pesquisa, proporcionam a interação entre universidade e comunidades rurais ou organizações rurais. Nessa perspectiva, a extensão universitária realizada por meio dos NEAs, converge com objetivos da extensão rural agroecológica, contribuindo para fortalecer territórios rurais.

De acordo com Caporal e Costabeber (1994) e Caporal e Ramos (2001), a extensão rural agroecológica é caracterizada como processo educativo e transformador, fundamentado em metodologias participativas que possibilitam o desenvolvimento de práticas sociais com fins de melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Esses autores consideram a construção e a sistematização de conhecimentos sobre o contexto social e ambiental dos sujeitos do campo e os princípios da Agroecologia como elementos estruturantes da intervenção com vistas a um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável.

Os NEAs têm tido importante contribuição para fortalecer a implementação da Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia-PNAPO. Por meio das ações de pesquisa e de extensão, o conhecimento agroecológico co-construído fortalece os sistemas produtivos e as redes de comercialização da produção agroecológica.

Em sua essência, os referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam a prática extensionista no contexto dos NEAs são geralmente pautados na concepção freiriana de educação, nos princípios da pesquisa-ação e da participação social, tendo o território como ponto de partida e como horizonte de chegada.

Tanto as incubadoras de empreendimentos solidários quanto os núcleos de agroecologia são potenciais ambientes de aprendizagem e formação extensionistas e geradores de processos de acesso da Agricultura Familiar a importantes políticas públicas de inclusão produtiva, como o PAA, o PNAE, a PNAPO. Em sua concepção, esses ambientes são construídos a partir da

parceria entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil, como também com o estado e o terceiro setor. Assim, as ações são possíveis a partir da rede de atores do território.

Na revista Cadernos de Agroecologia podem ser encontrados diferentes textos que abordam experiências desenvolvidas pelas universidades e institutos federais que apresentam reflexões sobre o fazer extensão e sobre suas contribuições tanto para os grupos sociais a quem são direcionadas as ações, quanto para a formação profissional dos(as) estudantes universitários(as).

Assim, no contexto do serviço de ATER, reconhecem-se as contribuições da extensão universitária na formação do quadro de profissionais que atuam ou atuarão como extensionistas rurais, bem como em seu papel em ações diretas de transformação social por meio das experiências junto às comunidades ou organizações rurais. Dessa forma, o financiamento da extensão universitária é um investimento importante para fortalecer a extensão rural no estado do Pará.

4.14 Experiências institucionais

4.14.1 Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater

A Emater-Pa é uma empresa pública de administração indireta do Estado do Pará. A empresa é o órgão oficial de Ater no estado e tem como objetivos institucionais colaborar com outros órgãos da administração estadual na formação das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural e; no planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Pará, de acordo com as políticas do Governo Estadual e do Governo Federal (EMATER, <https://www.emater.pa.gov.br/empresa>, acesso em 02/01/2025).

A Emater sofreu transformações desde o ano de sua criação em 1965, conforme visto no histórico da ATER em nível nacional e estadual. O formato atual da Emater foi definido pelo Decreto 9.958 de 29 de dezembro

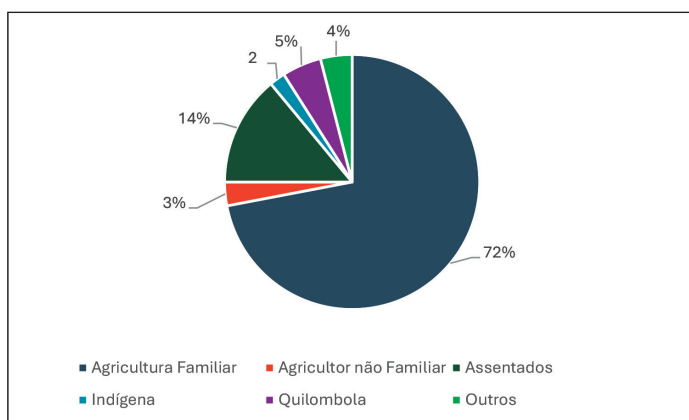
de 1976. Atualmente a empresa atua nos 144 municípios paraenses e tem como beneficiários diretos dos serviços de Ater os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombo rurais e demais povos e comunidades tradicionais. Portanto, com a possibilidade de atender toda a diversidade das famílias rurais em diferentes situações fundiárias, econômicas, sociais e ambientais. A empresa estabelece parcerias institucionais com outros entes governamentais e não governamentais para atendimento a outros públicos como os egressos do sistema penal, alunos e professores de escolas urbanas, agricultores periurbanos, entre outros (EMATER, <https://www.emater.pa.gov.br/empresa>, acesso em 02/01/2025).

O quadro funcional da empresa conta hoje com 1.002 servidores, sendo 894 atuando diretamente na empresa e 108 cedidos para outros órgãos da administração estadual. Dos servidores atuando diretamente na empresa, 187 estão no escritório central (Ananindeua) e 707 nos escritórios Regionais e Locais. Do ponto de vista da formação, 39% dos servidores possuem nível superior em diferentes áreas do conhecimento, com predominância das ciências agrárias; 29% têm formação de nível médio com predominância na área técnica das ciências agrárias e atuam diretamente na Ater; 19% possuem formação de nível médio em diferentes áreas e atuam no apoio administrativo; 4,5% tem formação de nível médio e atuam no apoio intermediário; 3,2% com formação de nível médio atuam no apoio operacional; 1,8% são jovens aprendiz que atuam como assistentes administrativos e; 2,3% atuam em cargos de confiança e não são servidores do quadro da Emater, incluindo o presidente, diretores administrativos e assessores. Do quadro funcional da Emater, 68% dos servidores atuam diretamente na Ater.

Segundo dados do SISATER de 2023, o público atendido pela Emater foi distribuído conforme mostra o gráfico abaixo. De um total de 35.912 beneficiários atendidos naquele ano, a grande maioria se enquadra na definição de Agricultores Familiares. Algumas categorias, como indígenas, quilombolas, agricultores periurbanos, estão sendo atendidas nos anos mais recentes. Esses números mostram a importância da Emater para o processo

de universalização dos serviços de Ater para os agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. Primeiro pela capilaridade em todo o território, segundo pelo número de profissionais e a diversidade de formação e por último, pela experiência institucional acumulada. Vale salientar, que as experiências de articulação institucional, com entes governamentais e não governamentais, também representam um trunfo inigualável.

Gráfico 35. Distribuição percentual do público atendido pela Emater em 2023



Fonte: Relatório da EMATER-PA (2024)

Do ponto de vista da estrutura, a Emater dispõe atualmente de uma rede de escritórios (próprios ou em parceria com administrações municipais), uma frota de veículos, equipamentos variados como computadores, impressoras, mobiliários, GPS e outros itens. Não se pode negar que parte dessa estrutura está defasada e precisa de substituição e/ou manutenção. No entanto, a existência dessa estrutura permite as condições mínimas para permanência das equipes nos 144 municípios. A existência dos Escritórios Locais (ESLOC) permite potencializar os recursos destinados às ações finalísticas da empresa. A precariedade da estrutura é superada em alguns municípios por meio da cooperação com as administrações municipais. Não há um padrão para este modelo de cooperação, depende muito do perfil dos técnicos alocados nos

ESLOC e das características das administrações municipais que podem ser pró, contra ou indiferentes aos princípios de atuação da Emater.

Há diferentes possibilidades de apoio para garantir o funcionamento dos ESLOC, como, por exemplo, o pagamento de custos administrativos e de manutenção. Uma coordenação geral a partir da presidência do órgão e/ou de uma instância supra (como uma secretaria de estado, por exemplo), parece necessária para impulsionar as cooperações no nível municipal. O diagnóstico mostrou que o grau de dificuldade em nível dos territórios varia muito e exige cooperações com características específicas. Um exemplo claro é o tipo de transporte que as equipes precisam utilizar. Algumas conseguem realizar seus trabalhos com apoio apenas de transportes terrestres. Outras, no entanto, necessitam além do deslocamento terrestre, o uso de veículos aquáticos, cujo custo operacional é bem diferente. Há que se pensar globalmente, mas agir localmente para que essas especificidades sejam contempladas.

A longa história da Emater e as transformações sofridas no percurso sugere um aprendizado metodológico importante para as atividades finalísticas. No entanto, é preciso considerar que a atuação dos profissionais tem a ver com seus processos formativos. Muitos profissionais foram formados em cursos com abordagens tecnicistas e direcionados para modelos muitas vezes inspirados na agricultura moderna que difundiu a chamada revolução verde. O modelo modernizante da agricultura moderna desconsidera muitos dos princípios da agroecologia dando prioridade para abordagens simplificadoras da própria complexidade da agricultura. Ao assumir determinantes da PNATER, a Emater rompe com algumas dessas abordagens simplificadoras e abre a possibilidade de incorporação dos princípios da Agroecologia. É importante compreender que se trata de um processo de longo prazo que depende de fatores que ultrapassam as barreiras da própria empresa, como o formato e conteúdo dos cursos das diferentes áreas do conhecimento, mas especificamente das ciências agrárias.

A adesão aos princípios da Agroecologia desafia as equipes de Ater a pensar suas metodologias de trabalho. Mesmo com as limitações provenientes

dos processos formativos, o diagnóstico identificou uma diversidade de metodologias importantes para desenvolver as ações finalísticas. Importante frisar que as ações finalísticas estão ligadas a prestação de serviços de Ater, a promoção da comercialização, a capacitação de agricultores, regularização da gestão ambiental e atuação junto a outros programas da administração estadual como o Programa Território Sustentáveis. Os interlocutores da empresa consideram que a abordagem atual prioriza metodologias coletivas. Segundo um dos interlocutores “o enfoque metodológico na empresa é baseado no diálogo entre as partes (empresa e público beneficiário), construção conjunta de processos a fim de melhorar os procedimentos na agricultura familiar”. Foi dito também que este enfoque metodológico visa valorizar a diversidade cultural do público atendido.

Atualmente o atendimento ao público beneficiário é feito de duas maneiras, presencial e remoto. No presencial, os extensionistas se deslocam até as comunidades para realizar visitas regulares e/ou realizar ações pontuais planejadas com antecedência. Nessas visitas são prestados diversos serviços como: elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), elaboração de projetos, cursos, oficinas, palestras, dias de campo etc. No atendimento remoto, por meio de telefone ou mensagens de aplicativo e plataformas digitais, os extensionistas atendem a diferentes demandas e auxiliam os demandantes a acessarem algum tipo de serviço.

As ferramentas metodológicas são sugeridas no PROATER e buscam atender a diversidade de situações. Segundo um interlocutor “as metodologias são muito diversas e são usadas de acordo com a ação e objetivo a serem alcançados”. Identificou-se um portfólio amplo de ferramentas, algumas tradicionalmente utilizadas nos serviços de Ater e algumas com aspectos mais inovadores. No portfólio de ferramentas pudemos identificar as seguintes ferramentas/métodos: Contato, Visitas, Dia de Campo, Intercâmbios, Oficinas, Feiras, Festival, Excursão, DRP, Seminários, Unidade Demonstrativa (UD), Unidades de Observação (UO), Cursos, Semana Especial, Reuniões.

Dados do Sisater-Pará para o ano de 2025³, mostram que os métodos mais utilizados pelas equipes de Ater são: as visitas, os contatos e as reuniões. As visitas constituem um momento privilegiado da ação de Ater, pois os técnicos tomam contato com as famílias e os problemas concretos da propriedade. Esse espaço é potencial para troca de informações, coleta de dados e eventualmente o acompanhamento de alguma experimentação. Os contatos, apesar de serem importantes e figurarem como o segundo método mais utilizado, parece servir mais para repasse de informações e eventualmente alguma orientação específica. A predominância desses métodos mostra a importância da existência de veículos, equipamentos e acesso a meios de comunicação, principalmente a internet nos locais sedes das equipes. As reuniões talvez sejam ferramentas importantes como espaço intermediário para outras ferramentas. As reuniões podem funcionar como espaço de participação, planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Ater.

As equipes situadas nos ESLOC realizam planejamento anualmente tendo como base o PROATER. Dados do diagnóstico mostram que a equipe de Assessoramento, Monitoramento e Avaliação (Equipe AMA), se utiliza periodicamente do método reuniões para fazer o acompanhamento do PROATER. Apesar dessas atividades terem sido apontadas no diagnóstico, não ficaram claro como os beneficiários participam efetivamente dos mecanismos de avaliação dos serviços prestados. Ao que parece, inexistem mecanismos quantitativos e qualitativos para expressar o grau de satisfação dos beneficiários em relação aos serviços prestados. Um dos interlocutores do diagnóstico definiu assim esta situação “não existe participação sistemática de avaliação do serviço prestado. O que se perceber são relatos espontâneos por parte dos produtores reconhecendo a qualidade do serviço prestado”.

No entanto, uma das regionais informou que os indicadores para impacto da Ater são: aumento da produção agrícola ou pecuária, diversificação

³ Sistematizado e apresentado por Cristiane Correa (Técnica da Emater) em sessão especial de uma disciplina no Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Desenvolvimento Rural do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares.

da produção, aumento da renda familiar agropecuária, acesso a mercados institucionais, agregação de valor à produção, participação em capacitações, oficinas ou cursos, melhoria da segurança alimentar e nutricional, adoção de práticas sustentáveis, redução no uso de agrotóxicos e insumos químicos, preservação ou recuperação de áreas ambientais, número de visitas técnicas realizadas por família, entre outros. Importante registrar que não foram apresentados detalhes de como esses indicadores são sistematizados.

Quanto ao atendimento a diretrizes do PNATER, as equipes relataram o seguinte. No que se refere a sustentabilidade ambiental e econômica dos beneficiários, foi relatado como referência as ações para implantação de Sistemas Agroflorestais, cultivos de espécies que estão em cadeias de valor de alto rendimento, como o cacau. Foi constatada ações de orientação para acesso a políticas públicas de crédito como diferentes linhas do PRONAF, incluindo diferentes cadeias produtivas como a da mandioca, do Açaí, da Pimenta do Reino, da Fruticultura, do Dendê, de SAFs e da Olericultura. Em alguns ESLOC foram relatadas ações de apoio a bovinocultura, criação de pequenos animais e artesanato. As equipes atuam no âmbito do fomento produtivo elaborando e orientando projetos técnicos para acesso ao crédito. Se constatou também ações de orientação para acesso ao PAA e PNAE.

No que se refere a participação social e valorização da diversidade cultural, foram relatadas ações diferenciadas para atendimento às mulheres, jovens, indígenas e afrodescendentes. Segundo um dos interlocutores, esse princípio se efetiva a partir do “respeito e valorização dos saberes, tradições, modo de vida e identidade dos beneficiários”, apontando como exemplo a Ater Indígena, Ater Quilombola e Ater Mulheres.

Da mesma forma, em relação à equidade de gênero, raça, etnia e geração, foram relatadas atendimento diferenciado às mulheres, jovens e indígenas. Foi relatada a necessidade de reconhecer as desigualdades estruturais existentes no campo e a necessidade de uma atuação intencional e propositiva para superá-la. Foi citada a premência de garantir o acesso justo a recursos, espaços de decisão e oportunidades para todos, mas especialmente para jovens, mulheres

e povos de comunidades tradicionais. As equipes atuam também na emissão de documentos importantes para acesso a políticas públicas ambientais e sociais como o CAF e o CAR.

Em relação ao enfoque agroecológico, foram reladas ações visando a implantação de SAFs, redução do uso de fertilizantes químicos, redução de uso de agrotóxicos, uso de bioinsumos e estímulo a adoção de práticas sustentáveis.

Em relação à segurança alimentar e nutricional, foi mencionada a necessidade das equipes atuarem respeitando a cultura alimentar das comunidades, promover a sustentabilidade por meio do estímulo ao cultivo de produtos alimentares para o autoconsumo, uso de sementes crioulas, produção sem agrotóxicos e implantação de quintais produtivos. No entanto, não ficou claro quanto dessas ações estão em andamento e em que intensidade.

A partir de uma autoavaliação dos serviços de Ater prestado pela Emater, sistematizamos aqui o que as equipes entendem como os principais resultados e entrave da Ater na atualidade. Foram apontados como resultados: i) aumento da produtividade agrícola e pecuária; ii) melhoria na qualidade de vida e da renda familiar; iii) agregação de valor à produção; iv) inclusão social de mulheres, jovens e populações tradicionais; v) adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis e uso racional dos recursos naturais. Segundo as equipes, o conjunto desses resultados indica que está ocorrendo um fortalecimento da Agricultura Familiar Sustentável, a expansão de projetos produtivos, a inclusão social, o aumento de parcerias com programas públicos, como PAA e PNAE. As equipes entendem também que está ocorrendo uma melhor valorização dos saberes locais e maior inclusão de mulheres, jovens e populações tradicionais nas ações de Ater. Não cabe a esse diagnóstico questionar essa autoavaliação, mas recomenda-se pesquisas mais direcionadas para o entendimento da efetividade dessas questões.

Quanto aos entraves, falhas e limites atuais, foram relatadas as seguintes questões: i) recursos humanos e financeiros limitados; ii) falta de capacitação para as equipes técnicas lidarem com especificidades [Ex: gênero, povos tradicionais, agroecologia]; iii) infraestrutura geral inadequada [Ex: prédios,

veículos, mobiliários, etc.]; iv) recursos de tecnologia da informação precária [Ex: computadores desatualizados, internet de baixa qualidade, celulares ultrapassados, etc.]; v) regularização fundiária das comunidades.

4.14.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural = SENAR

Apesar do SENAR não ter respondido voluntariamente os questionários da pesquisa, entendeu-se ser importante a descrição de suas ações vinculadas com ATER no estado, tendo em vista seu desenvolvimento nos últimos anos nesse seguimento. As informações foram colhidas dos relatórios e documentos contidos no site da instituição.

O SENAR se autodefine como uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada a Confederação Nacional da Agricultura e Pesca do Brasil (CNA). A execução das atividades é descentralizada com ações de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS), Ensino Técnico de Nível Médio e Assistência Técnica e Gerencial de Propriedades Rurais (ATEG), contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio e melhoria da vida no campo. No estado do Pará, o SENAR atua em parceria com os Núcleos Regionais de Sindicatos de Produtores Rurais, alcançando os 144 municípios do estado (SENAR PARÁ, 2024, p.9).

O SENAR define como sua missão “promover a capacitação profissional, a promoção social dos produtores/trabalhadores e Assistência Técnica e Gerencial às propriedades rurais, contribuindo para o desenvolvimento da produção sustentável, competitividade e de avanços sociais no campo” (SENAR PARÁ, 2024, p.11).

As ações do SENAR são definidas por meio de programas/projetos. O quadro 08 mostra que no exercício 2024 foram atendidas 98.279 pessoas em todos o estado, representando uma performance de 75% de execução das metas estabelecidas para esse ano. O Programa de Formação Profissional Rural atendeu 61.702 pessoas no ano de 2024 distribuídos nas ações i) curso de formação profissional 40 horas (55.058 pessoas); ii) aprendizagem rural (767 pessoas); iii) mulheres do campo (765 pessoas); iv) negócio certo rural (2.081

peessoas); v) CNA-Jovem (70 pessoas); vi) circuito agro (1.112 pessoas); vii) Formação Técnica de Nível Médio em Agronegócio, Fruticultura, Zootecnia, Floresta e Agricultura (1.849 pessoas). No Programa Social foram atendidas 15.642 pessoas distribuídas nas ações: i) curso de promoção social 40 horas (13.809 pessoas); ii) saúde do homem e da mulher rural (1.833 pessoas). No programa de cursos FIC EAD foram atendidas 15.069 pessoas. O Programa de Assistência Técnica e Gerencial – AteG, atendeu 5.866 propriedades.

Quadro 8 - número de pessoas atendidas pelo SENAR em 2024

Tipo de ação	Nº de produtores/trabalhadores
Formação Profissional Rural	61.702
Promoção Social	15.642
Cursos FIC EAD	15.069
ATEG	5.866
Total	98.279

Fonte: SENAR PARÁ, 2025.

Importante frisar que esse total de 98.279 pessoas atendidas pelo SENAR estão distribuídos em 100 dos 144 municípios do estado do Pará. Há uma sobreposição nas áreas de atuação de outras instituições que participaram desse diagnóstico.

Do ponto de vista metodológico a principal ferramenta do SENAR são os cursos de capacitação de curta duração, em geral, de 40 horas. No exercício 2024, do total do público atingido pela ação do SENAR, 63 % foram participantes desse tipo de curso. Como as do Plano Anual de Trabalho (PAT) que orienta a constituição de turmas de alunos com 20 pessoas, o volume de ações executadas é elevado, chegando no exercício 2024 a 3.721 turmas de capacitação com um total de 180.652 horas/aula (SENAR PARÁ, 2024, p.24).

Algumas ações de formação e capacitação do SENAR são direcionadas para operários/trabalhadores de empresas do agronegócio por meio do programa Aprendizagem Rural. No ano 2024, por exemplo, o SENAR se articulou com 26 empresas em 18 municípios para atender a formação/

capacitação de 767 trabalhadores ligados a negócios como a cadeia de produção do Dendê (12 empresas), do Coco (2 empresas), Citrus (1 empresa), Cana de Açúcar (1 empresa), Pecuária (8 empresas) e Olericultura (1 empresa).

Nessa modalidade, os cursos têm uma duração maior, sendo os cursos de atividades agrícolas com um total de 960 horas/aula e os de atividades pecuária, com 800 horas/aula (SENAR PARÁ, 2024, p.25). Esses cursos direcionam os jovens para postos de trabalhos nas empresas parceiras. Dos 767 jovens que participaram das formações no ano de 2024, 75% estavam vinculados a cadeia da palma de óleo. Outros cursos com menor duração, algo em torno de 24 horas, se dedicaram a temas como inclusão digital, mulheres no campo e outros.

Outra metodologia de trabalho utilizado pelo SENAR são as Reuniões Técnicas. Essas reuniões podem versar sobre os mais variados temas, incluindo créditos para as diferentes cadeias produtivas, por meio de parceria com o Banco do Brasil. Similar a reuniões técnicas são os eventos de capacitação temáticas como os sobre a verticalização da cultura do cacau no Pará. Por meio de parceria com o Governo do Estado e com recursos do FUNCACAU, foram implantadas 5 Escolas-Indústrias/SENAR em municípios considerados promissores. Parcerias com o SENAI-PA possibilitaram eventos de capacitação em vários municípios para incentivar o processo de frutas regionais. Similar ao que acontece com a cadeia produtiva do cacau, o SENAR estabelece parceria com a SECTEC para difundir inovações tecnológicas nos municípios produtores de açaí.

O Programa Negócio Certo Rural (NCR) é considerado a fase inicial do Programa Assistência Técnica e Gerenciamento de Propriedades Rurais (ATeG). Trata-se de uma sensibilização inicial para repasse de informações que estimula os produtores a realizarem diagnóstico de suas propriedades, buscar capacitação sobre mercados e a necessidade de um plano de negócio para suas propriedades. Segundo o SENAR, no exercício de 2024 foram elaborados 1.977 planos de negócio.

O Programa da Promoção Social (PS), tem como ferramenta principal os cursos de curta duração (40 horas). Temas como autoestima, habilidades

individuais, geração de emprego e renda, artesanatos em geral, são tratados nesses cursos. No exercício 2024, foram realizados 869 eventos, totalizando 34.728 horas/aula, com a participação de 15.642 pessoas.

O Programa de Capacitação à Distância – Formação Inicial e Continua (FIC EAD/SENAR) é uma ferramenta auxiliar de formação profissional que apoia outros programas. As formações à distância abrangem temas dos programas de formação profissional, programas sociais e ATeG. No exercício 2024 o FIC/EAD atendeu 15.069 pessoas em temas variados.

Uma ferramenta metodológica importante do SENAR, apesar de ser a que atingiu o menor público no exercício 2024 (5.866 propriedades), é a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG). Trata-se de um programa educativo de caráter continuado visando atender produtores rurais. Segundo o SENAR (2025, p.48), a ferramenta é composta de cinco etapas: a) Diagnóstico produtivo individualizado da propriedade; b) Planejamento estratégico; c) Adequação tecnológica; d) Capacitação profissional complementar do produtor; e) Avaliação sistemática de resultados, para possibilitar a disseminação de tecnologias associadas à consultoria gerencial. A ATeG funcionou em 100 dos 144 municípios do estado. Sua ação incidiu diretamente sobre 6 cadeias produtivas (Apicultura, Bovinocultura de corte, Bovinocultura de leite, Fruticultura perene, Olericultura e Psicultura) e foram realizadas 23.363 visitas técnicas no exercício 2024 (SENAR PARÁ, 2024, p.48).

Outros programas de menor porte foram desenvolvidos no exercício 2024 como a montagem de viveiros comunitários, inovações tecnológicas em SAFs, saúde da mulher e do homem, feira segura, e projeto CNA-Jovem.

A ferramenta metodológica mais utilizada pelo SENAR são os cursos de curta duração (40 horas). Em alguns programas, percebe-se uma abordagem metodológica pouco inovadora e de caráter eminentemente técnico, muito próximo de uma abordagem do modelo de transferência de tecnologia. Mesmo o Programa ATeG, que parece mais próximo dos agricultores familiares, está muito direcionado para uma abordagem tecnicista e como é dito pelo próprio programa, meritocrático. O uso de ferramentas modernas de comunicação parece presente em várias ações da instituição, no entanto, não tem como

medir o impacto concreto dessas ferramentas nas transformações ocorridas. O SENAR, assim como a Emater, tem uma presença marcante nos municípios do estado do Pará, tem uma forte parceria com o Governo do Estado (por meio de secretarias), mas ao que parece tem uma estrutura menos consolidada.

4.15 Principais contribuições do Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão rural - ATER

O Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) configurou-se como um marco no processo de reflexão coletiva sobre os rumos da política de ATER no estado do Pará. As contribuições apresentadas pelos participantes — representantes de instituições públicas, universidades, movimentos sociais e organizações da agricultura familiar — convergiram para a compreensão de que o fortalecimento da ATER requer integração institucional, valorização dos sujeitos do campo e reorientação metodológica das práticas extensionistas. O evento evidenciou que a ATER deve ser compreendida como um instrumento estratégico de desenvolvimento rural sustentável e justiça social, articulando saberes técnicos e populares em uma perspectiva territorial.

Entre os eixos centrais debatidos, destacou-se a necessidade de consolidação de um **Sistema Estadual de ATER**, com coordenação pública, gestão descentralizada e mecanismos participativos de governança. As discussões apontaram a urgência de melhorar a articulação entre os órgãos públicos de ATER, as universidades, as organizações sociais e os movimentos do campo, de modo a alinhar políticas, programas e ações às especificidades socioculturais e ambientais de cada território. Defendeu-se a criação de instâncias permanentes de diálogo e planejamento participativo, capazes de monitorar, avaliar e retroalimentar as estratégias de ATER com base em indicadores de inclusão produtiva, sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar.

O seminário também produziu contribuições substantivas no campo da metodologia extensionista, enfatizando a importância de práticas educativas que valorizem a troca de saberes, a escuta ativa e o protagonismo das

comunidades rurais. As discussões destacaram a necessidade de incorporar transversalmente as dimensões de gênero, juventude, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas como eixos estruturantes da política de ATER, superando abordagens setoriais e pontuais. Ressaltou-se ainda a urgência de reconhecer e valorizar as experiências locais, especialmente aquelas vinculadas à agroecologia, à restauração ambiental e à convivência com os biomas amazônicos, reforçando a centralidade da ATER como vetor de transição ecológica e climática.

Do ponto de vista operacional, o debate destacou os desafios relacionados ao financiamento e à gestão dos serviços de ATER, com ênfase na necessidade de garantir recursos estáveis, previsibilidade orçamentária e condições adequadas de trabalho aos extensionistas. Foram sugeridas estratégias para ampliar a formação continuada das equipes técnicas, fomentar a inovação metodológica e promover maior capilaridade das ações nos territórios rurais mais isolados.

As contribuições dos representantes de movimentos sociais e organizações da agricultura familiar — como FETAGRI, MCP, MAB, MST e CNS — tiveram papel central no processo, reforçando a ATER como política pública que deve nascer do diálogo entre Estado e sociedade civil. As proposições resultantes desses debates foram incorporadas ao longo deste relatório, fortalecendo sua legitimidade e representatividade. De forma geral, o conjunto das discussões aponta para a construção de uma ATER pública, estatal e não estatal, democrática e territorialmente contextualizada, orientada por princípios de sustentabilidade, inclusão social, equidade e soberania alimentar.

5 | CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

5.1.2 Estrutura institucional e abrangência da ATER no Pará

O diagnóstico revelou um sistema de ATER amplo, fragmentado e heterogêneo, composto por 437 instituições, distribuídas em 15 categorias, sendo 139 empresas privadas (31,8%), 109 secretarias de governo (24,9%), ONGs e associações civis (8,5%), organizações sindicais (11%) e cooperativas de produção (4,1%). Essa configuração demonstra que o serviço de ATER no Pará é sustentado por uma pluralidade de agentes, públicos e não estatais, refletindo tanto a descentralização da política quanto a ausência de coordenação sistêmica.

A prestação de serviços de ATER no Pará é fortemente concentrada em instituições públicas, com destaque para o papel predominante da Emater-PA e das Secretarias Municipais de Agricultura. A participação de organizações da sociedade civil e de entidades privadas é reduzida, o que limita a diversidade de abordagens e modelos de extensão. A cobertura territorial permanece parcial e desigual, com municípios e regiões inteiras sem atendimento regular. As áreas de comunidades tradicionais, povos indígenas e assentamentos mais recentes são as mais afetadas por essa lacuna, recebendo atendimento insuficiente ou apenas ações pontuais. Há também concentração de equipes técnicas nas regiões de maior facilidade logística, em detrimento de áreas remotas, onde a presença institucional é limitada.

5.1.3 Perfil e composição profissional

O estudo mostra uma concentração de lideranças masculinas (71%) e de idade média entre 30 e 49 anos, revelando a sub-representação das mulheres (28%) e a baixa inserção da juventude (4%) nas funções de gestão.

Essa composição reflete desafios socioculturais estruturais, que ainda limitam o acesso de grupos historicamente marginalizados aos espaços decisórios no espaço rural.

Do ponto de vista educacional, a qualificação dos gestores é relativamente alta: mais de 60% possuem ensino superior ou pós-graduação, o que demonstra capacidade técnica instalada. No entanto, o relatório evidencia carência de formação continuada específica em ATER e agroecologia, sobretudo nas entidades municipais e comunitárias, o que limita a qualidade dos serviços e a incorporação de metodologias participativas.

A predominância de vínculos precários e temporários — especialmente entre técnicos de campo — gera alta rotatividade, reduzindo a continuidade das ações e o acúmulo institucional de conhecimento.

O quadro técnico da ATER no Pará é majoritariamente composto por profissionais das ciências agrárias — técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais e agrícolas —, garantindo um foco significativo nas dimensões produtivas. No entanto, essa composição limita o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares e integradas. Áreas como gestão, ciências sociais, educação do campo e comunicação têm presença complementar, mas ainda restrita, o que afeta a capacidade de atuação nas dimensões organizacionais, comerciais e educativas do desenvolvimento rural. Observa-se ainda menor participação de mulheres e jovens no corpo técnico, revelando desafios de equidade de gênero e geração que se estendem para além do público atendido.

5.1.4 Fontes e estabilidade do financiamento

O financiamento da ATER no estado é majoritariamente proveniente do setor público estadual, seguido por repasses federais. A participação de recursos municipais é baixa, e a captação junto a organismos internacionais ou organizações não governamentais, tanto nacionais quanto estrangeiras, é insuficiente. Essa concentração em poucos canais de financiamento torna as instituições vulneráveis a cortes orçamentários e a mudanças de governo. A

descontinuidade e a insuficiência de recursos estão entre os principais entraves para a manutenção das equipes, da infraestrutura e da regularidade das ações, comprometendo a execução de políticas públicas consistentes e duradouras.

5.1.5 Público Atendido e Diversidade Socioterritorial

A ATER no Pará atende um público majoritariamente formado por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas e ribeirinhos. Os dados do INCRA (2025) indicam a presença de diversas modalidades de assentamentos (PA, PAE, PDS, RDS, RESEX), que expressam a complexidade do meio rural paraense.

A predominância de Projetos de Assentamento (60,2%) e Projetos Agroextrativistas (26,9%) aponta para uma base social heterogênea, que combina práticas agrícolas, extrativistas e comunitárias. Essa diversidade exige modelos diferenciados de ATER, adaptados às realidades ambientais e socioculturais locais.

O relatório também identifica baixa cobertura junto às mulheres e aos jovens rurais, segmentos considerados estratégicos para a sucessão geracional e a sustentabilidade social. Essa lacuna reforça a necessidade de ações afirmativas e programas de ATER com enfoque de gênero e geração, articulados à PNATER.

5.1.6 Atuação Técnica, Cadeias Produtivas e Políticas Públicas

As instituições analisadas desenvolvem ações concentradas nas linhas produtivas tradicionais, como pecuária, mandioca, cacau, açaí e hortifruticultura, além de experiências emergentes com sistemas agroflorestais e agroecologia. Entretanto, o nível de inovação tecnológica é limitado: apenas uma parcela das entidades adota metodologias participativas e instrumentos de monitoramento sistemático.

A integração com políticas públicas é um ponto de destaque: ênfase para a participação das instituições em programas de crédito rural (PRONAF),

comercialização (PAA e PNAE) e regularização fundiária. Ainda assim, há baixa inserção institucional nos mercados institucionais, com reduzida articulação entre assistência técnica e comercialização.

O relatório também indica que a maioria das instituições não dispõe de planejamento estratégico de médio e longo prazo, o que compromete a efetividade dos serviços e a avaliação de impactos. Em termos de parcerias, predomina a cooperação com prefeituras, sindicatos, movimentos sociais e universidades, mas ainda ausente uma rede estadual estruturada de ATER, capaz de promover sinergias e compartilhamento de recursos técnicos.

5.1.7 Gestão, Planejamento e Recursos

As práticas de gestão institucional variam entre as categorias de prestadores de serviço. As instituições públicas (como EMATER e secretarias municipais) apresentam limitações orçamentárias e administrativas, enquanto as privadas e do terceiro setor dependem de projetos pontuais e editais temporários.

A falta de recursos estáveis é um dos entraves centrais identificados: grande parte das instituições sobrevive de contratos curtos e descontinuados, o que fragiliza o planejamento e a continuidade das ações no campo.

O estudo também aponta deficiências em infraestrutura física e tecnológica, como ausência de veículos, computadores, internet e instrumentos de georreferenciamento, principalmente nas instituições de base municipal e comunitária. Essas limitações comprometem a logística das atividades e reduzem o alcance territorial da ATER, especialmente em regiões de difícil acesso.

5.1.8 Principais entraves identificados

Entre os entraves mais recorrentes apontados pelas instituições, destacam-se a ausência de políticas públicas específicas para o setor — como mecanismos de preços mínimos, crédito rural, armazenamento e estratégias de comercialização — e a estrutura agrária fragilizada, marcada por conflitos fundiários e ausência de regularização. A carência de recursos tecnológicos,

como equipamentos adequados e conectividade, aliada à baixa integração entre pesquisa e realidade local, limita a inovação e a difusão de práticas sustentáveis. Além disso, há problemas institucionais e de articulação entre órgãos e entidades, o que reduz a sinergia das ações e dificulta a captação de recursos complementares para ampliar o alcance da ATER.

5.1.9 Alinhamento com a PNATER

A análise das experiências indica que os princípios da PNATER estão presentes, mas sua aplicação ocorre de forma parcial e desigual entre instituições e programas. O incentivo à produção sustentável e o trabalho com a agricultura familiar estão mais consolidados, especialmente em iniciativas com abordagem agroecológica. A participação social é mais efetiva em projetos que utilizam metodologias participativas, mas nos programas centralizados tende a ser consultiva, sem caráter deliberativo. Já a integração de saberes tradicionais e científicos é valorizada em experiências específicas, mas ainda é pouco incorporada em modelos de atuação mais tecnicistas. Essa variação aponta para a necessidade de fortalecer a implementação plena dos princípios da PNATER em todas as modalidades de ATER no estado.

Em relação aos princípios agroecológicos, vem despertando interesse por diferentes setores da sociedade e mobilizado por acadêmicos, movimentos sociais, empresas, atores da cooperação internacional e governos (Le Coq *et al.*, 2017). No caso brasileiro, além de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída em 2012, outros programas e políticas incorporaram de alguma maneira os princípios agroecológicos. Vale salientar, que a incorporação do conceito de agroecologia por políticas públicas ocorreu a partir de 2003 com o lançamento Plano Safra e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), cujo documento base foi lançado em 2004 (Schmitt *et al.*, 2017). A partir deste momento, as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), passam a adotar os princípios da agroecologia para apoiar a Agricultura Familiar, o desenvolvimento e a expansão de sistemas agroecológicos.

No caso do Estado do Pará, a Emater definiu que sua missão é “contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, baseados nos princípios éticos e Agroecológicos” (EMATER, 2024, p. 5). Essa não é a realidade da maioria das instituições pesquisadas. Um pequeno número se reconhece como prestadores de serviços de ATER Agroecológica (apenas uma ONG e uma empresa). As secretarias municipais de agricultura e empresas que participaram da fase qualitativa da pesquisa não enfatizam a Agroecologia como princípio e não indicaram exemplos de ações. No entanto, muitos interlocutores das fases iniciais da pesquisa identificam a implantação de sistemas agroflorestais, de quintais produtivos e a diminuição do uso de agroquímicos, como exemplos de práticas que atendem a este princípio.

O trabalho da Sapopema, em comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns no Baixo Amazonas, tem acompanhado ações que apoiam práticas sustentáveis e tradicionais a partir da valorização de sistemas produtivos agroecológicos e extrativistas, implementação de quintais produtivos agroecológicos, com consórcios de espécies nativas alimentares, medicinais e frutíferas. As Casas Familiares Rurais (CFR) também apresentam a agroecologia como princípio da formação e das práticas nas comunidades.

Um princípio importante da Agroecologia é o reconhecimento e a centralidade dos conhecimentos tradicionais, bem como a incorporação da equidade de gênero e geração. Na percepção de alguns interlocutores, se tem contemplado a inserção das mulheres e dos jovens ao atender a “família”, como explicitado pelo interlocutor da empresa Neis Assessoria Agropecuária: “Ao prestar o serviço, possuímos equidade de gênero, e o crédito e a assistência não separa por gênero, raça, etnia ou geração, todos os produtores que cumprirem as exigências ambientais e econômicas, são atendidos”. Outra associação com os princípios da agroecologia apontada pelos interlocutores é a diversificação. Interessante observar que esta referência vem articulada a outras políticas públicas, como o PAA e PNAE. Segundo os interlocutores, estas políticas têm incentivado a manutenção e o incremento da diversidade nos sistemas produtivos, aumentando a renda e favorecendo a segurança alimentar e

nutricional. Esta realidade da pesquisa mostra que a Agroecologia é um conceito polissêmico e tem múltiplos usos, como afirmam Le Coq *et al.* (2017).

O enfoque agroecológico requer um olhar integrado dos sistemas agroalimentares. No entanto, a atuação das entidades de ATER ainda utilizam abordagens focadas em produtos. Poucas instituições indicaram métodos de diagnósticos prévios e estratégias para participação dos beneficiários nas tomadas de decisão, planejamento e avaliação das ações de ATER. Este diagnóstico identifica a premência da formação agroecológica em todos os aspectos que se referiam aos princípios, metodologias e práticas. Do ponto de vista prático, emerge a necessidade de estimular a criação de redes de ATER que assumam os princípios da Agroecologia, como forma de disseminar e consolidar as experiências exitosas.

O diagnóstico evidencia que a ATER no Pará é ampla, diversa e socialmente relevante, mas enfrenta vulnerabilidades estruturais e operacionais que comprometem sua efetividade. O principal desafio reside em transformar a atual dispersão institucional em uma rede integrada de serviços públicos e não estatais, pautada nos princípios da PNATER, com recursos estáveis, participação social e enfoque agroecológico.

A consolidação de uma política estadual de ATER requer visão estratégica, vontade política e capacidade de coordenação, de modo que a assistência técnica se torne um vetor de inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar amazônica no Estado do Pará.

5.2 Recomendações para aperfeiçoamento da política de ATER

5.2.1 Estrutura Institucional e Governança do Sistema de ATER

O primeiro passo para o fortalecimento da ATER no Pará é a consolidação de uma governança institucional articulada e estável. O diagnóstico demonstra que o sistema é amplo, mas fragmentado, e carece de mecanismos de integração e coordenação entre os diversos prestadores de serviços (públicos, privados e da sociedade civil).

É fundamental a criação de um **Sistema Estadual de ATER** (SEATER-PA), articulado à PNATER, capaz de reunir as principais entidades atuantes — EMATER-PA, SEAF, ITERPA, universidades, movimentos sociais e ONGs — em um arranjo cooperativo. Esse sistema deve operar sob diretrizes comuns de planejamento, monitoramento e avaliação, com metas pactuadas por região de integração e foco em resultados concretos junto à agricultura familiar.

Recomenda-se também a institucionalização de um **Fórum Estadual Permanente de ATER**, com caráter deliberativo e consultivo, reunindo representantes do poder público, movimentos sociais e entidades prestadoras. Esse fórum deve servir como espaço de diálogo político, troca de experiências e acompanhamento da execução das políticas, assegurando transparência e controle social.

O Estado deve estabelecer instrumentos normativos e de financiamento contínuo, como **Fundos Estaduais de Desenvolvimento Rural e ATER**, garantindo que as ações não dependam exclusivamente de convênios e repasses federais temporários.

5.2.2 Fortalecimento das Instituições e Qualificação Profissional

O relatório evidencia uma base técnica numerosa, porém desigual em formação e vínculos trabalhistas. A consolidação da ATER no Pará exige investimentos estruturais na valorização e qualificação dos agentes de extensão rural. É indispensável a criação de um **Programa Estadual de Formação e Capacitação Continuada em ATER**, voltado a extensionistas, gestores e técnicos municipais, com ênfase na agroecologia, gestão social, planejamento territorial, regularização fundiária, equidade de gênero e políticas públicas. Esse programa deve ser executado em parceria com universidades, Institutos Federais, EMBRAPA e instituições de pesquisa amazônicas, com metodologias ativas e de caráter regional e territorial.

Recomenda-se também a implementação de políticas de valorização profissional, garantindo vínculos estáveis, remuneração compatível e condições adequadas de trabalho. A rotatividade e a precarização dos vínculos têm comprometido a continuidade das ações — por isso, políticas de carreira

específica para extensionistas no âmbito da EMATER-PA e estímulos à permanência de técnicos nos municípios são fundamentais.

Outro ponto estratégico é a inclusão de mulheres e jovens nas equipes técnicas e de gestão. Devem ser criados editais de fomento com critérios afirmativos, promovendo diversidade e renovação geracional na ATER. Neste primeiro momento, para reduzir a desigualdade existente, recomenda-se a criação de cotas específicas para as mulheres de no mínimo 30% nas equipes de ATER.

5.2.3 Expansão Territorial e Inclusão Socioprodutiva

A ATER deve ampliar sua cobertura para além dos polos mais assistidos, alcançando regiões e públicos historicamente marginalizados, como o Marajó, Tapajós, Rio Capim e Baixo Tocantins, atendendo as comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas, de forma diferenciada, reconhecendo as especificidades culturais e os seus sistemas de conhecimento e linguagens.

Recomenda-se a criação de núcleos regionais de ATER descentralizados, integrados às Regiões de Integração do estado, com equipes multiprofissionais e enfoque territorial. Esses núcleos devem atuar em sintonia com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e com os fóruns territoriais. A estratégia de formação e fortalecimento de Agentes Comunitários Rurais (ACR) deve ser retomada e expandida, garantindo presença técnica permanente nas comunidades e reduzindo custos de deslocamento. Os ACRs podem atuar como mediadores sociotécnicos, conectando as comunidades às políticas públicas, programas de crédito e mercados institucionais.

Além disso, a política estadual deve promover planos de ATER diferenciados por tipologia de público, respeitando os modos de vida locais, a diversidade produtiva e as práticas culturais, especialmente nas áreas de ribeirinhas, quilombolas e de floresta. Recomenda-se a criação da Ater da Sociobiodiversidade para atender aos povos indígenas e comunidades tradicionais, estabelecendo parcerias com os atores locais, e com recursos financeiros, humanos e de logística compatíveis para contribuir de forma efetiva frente às demandas dos territórios.

5.2.4. Inovação Tecnológica, Metodologias e Agroecologia

As práticas de ATER precisam incorporar novas tecnologias sociais e metodologias participativas, ampliando a capacidade de diálogo e coaprendizagem com os agricultores e agricultoras. Recomenda-se a criação de Centros Regionais de Inovação e Co-produção Tecnológica Rural, vinculados a universidades e institutos federais, que atuem como espaços de experimentação agroecológica, validação de práticas produtivas sustentáveis e desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao contexto amazônico. As Incubadoras e Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAS) são embriões importantes desses Centros Regionais e precisam ser articulados e apoiados para seu fortalecimento.

O Estado deve incentivar a transição agroecológica como eixo estruturante da ATER, fomentando capacitações, editais específicos e certificação sócio participativa de produtores agroecológicos. Além disso, é necessário incorporar a digitalização dos serviços de ATER, com sistemas de acompanhamento remoto, aplicativos de campo, bases de dados georreferenciadas e plataformas virtuais de capacitação.

Essas inovações devem ser adaptadas à realidade amazônica, considerando as limitações de conectividade e priorizando estratégias híbridas que combinem tecnologias digitais e métodos presenciais comunitários.

5.2.5 Planejamento, Gestão e Monitoramento das Ações

O diagnóstico revelou que grande parte das instituições de ATER carece de planejamento estratégico de médio e longo prazo. Recomenda-se, portanto, que a Política Estadual de ATER incorpore um Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), com indicadores padronizados, metas territoriais e relatórios públicos de desempenho. Esse sistema deve acompanhar a execução física e financeira das ações, medir resultados e impactos sociais e econômicos, e orientar a tomada de decisão baseada em evidências. Para isso, é essencial criar bancos de dados georreferenciados e cadastros unificados de beneficiários, integrados ao Cadastro Nacional de Agricultores Familiares (CAF).

A gestão da ATER também deve adotar ferramentas de planejamento participativo, como planos anuais elaborados junto às comunidades, e revisões periódicas com base em avaliação social.

5.2.6 Financiamento e Sustentabilidade Econômica da Política

Um dos principais gargalos diagnosticados é a dependência de recursos temporários e descontínuos, o que compromete a perenidade das ações. Recomenda-se a instituição de um **Fundo Estadual de ATER**, com fontes plurais de financiamento — recursos do tesouro estadual, emendas parlamentares, convênios federais, fundos ambientais e cooperação internacional. Além disso, é necessário ampliar o acesso das instituições aos editais federais de ATER, fortalecendo sua capacidade técnica e jurídica para elaboração de projetos e prestação de contas.

Deve-se estimular também a integração da ATER com políticas de crédito (PRONAF), comercialização (PAA, PNAE) e regularização ambiental e fundiária, criando sinergias que aumentem a sustentabilidade financeira das famílias atendidas.

A sustentabilidade econômica da política exige ainda a diversificação de fontes de receita institucional, mediante parcerias público-privadas, fundos de inovação e projetos de desenvolvimento territorial integrado.

5.2.7. Fortalecimento da Formação em ATER no Pará

Visando superar os desafios relacionados à formação dos profissionais de ATER no Pará identificados na pesquisa, de modo a avançar a uma formação mais adequada às necessidades da agricultura familiar, com maior capilaridade, contextualização e impacto social nos territórios rurais do Pará, recomenda-se o diálogo com as instituições públicas, federais e estaduais, sobre o desenvolvimento de novas estruturas curriculares que promovam a integração entre saber acadêmico e os conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares, incorporando práticas contextualizadas e conteúdos específicos das realidades locais.

Associada a esse avanço qualitativo, evidencia-se necessária a expansão da oferta de cursos nos territórios rurais, de modo a ampliar o número de instituições e vagas em cursos técnicos e superiores voltados à Ater, priorizando regiões com alta concentração de população rural e baixa oferta formativa, como Lago de Tucuruí, Marajó, Tapajós e Xingu, preferencialmente a partir da implementação da Pedagogia da Alternância, de modo a favorecer uma organização do ensino que alterne períodos de formação nas instituições com vivências no território rural, fortalecendo a ligação entre teoria e prática, especialmente para jovens do campo.

Aproveitando-se da capilaridade das universidades e institutos federais públicos no território paraense, recomenda-se o estímulo ao estreitamento de parcerias interinstitucionais que promovam uma maior relação destas com as Casas Familiares Rurais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, para garantir formação continuada, intercâmbio de experiências e atualização profissional em todas as regiões de integração do estado.

Além disso, e como forma de enraizar a Ater nos territórios rurais do Pará, beneficiando-a da diversidade e complexidade sociocultural da região, parece recomendável o estabelecimento de uma política de bolsas e/ou apoio estudantil voltados a estudantes de famílias de agricultores familiares, facilitando o acesso e a permanência dos jovens do campo em cursos de formação técnica e superior ligados a ATER.

Por fim, os dados quantitativos e qualitativos do estudo, estes últimos reforçados pelos depoimentos expressados no Seminário Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Pará realizado no âmbito dessa investigação, parecem deixar claro a necessidade de duas ações fundamentais no campo da Ater voltada à agricultura familiar: a) uma que estimule o fomento à inovação e pesquisa aplicada, incentivando estudos ligados a soluções inovadoras nos diversos territórios rurais do estado, com participação ativa dos agricultores familiares e dos profissionais em formação em cursos técnicos e superiores, e b) outra que promova a articulação com movimentos sociais, como forma de fortalecer o diálogo com lideranças rurais

e organizações da sociedade civil, garantindo que suas demandas e sugestões sejam incorporadas ao planejamento das ações de formação e extensão desenvolvidas pelo Estado.

5.2.8 Articulação Intersetorial e Desenvolvimento Territorial Sustentável

A ATER deve ser concebida não como um serviço isolado, mas como parte integrante das políticas de desenvolvimento rural sustentável, articulando-se aos setores de educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, e segurança alimentar.

A política estadual deve fomentar arranjos produtivos locais (APLs) e cadeias de valor da sociobiodiversidade, promovendo a inserção dos agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais em mercados diferenciados e fortalecendo economias de base comunitária.

Recomenda-se ainda a criação de Planos Territoriais Integrados de ATER, articulados aos planos de desenvolvimento regional e ambiental, assegurando coerência entre as ações produtivas, a preservação dos recursos naturais e a valorização e protagonismo dos povos amazônicos.

A ATER deve, portanto, se consolidar como estratégia transversal de desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais, a soberania alimentar e a construção de um modelo de agricultura familiar sustentável, inclusivo e de base agroecológica.

6. REFERÊNCIAS

ANATER. **Chamadas públicas**. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/chamada-publica/>. Acesso em: 10 maio 2025.

ANATER. **Contratos de ATER**. Disponível em: <https://www.anater.org/index.php/contratos-de-ater/>. Acesso em: 10 maio 2025.

ASSIS, W. S. de. Nem receita, nem milagre: o diálogo como ponto de partida. In: CARNEIRO, M. D. S.; HÖHN, I. M.; CALORIO, C. M. (org.). *GTNA, 10 anos trabalhando pela agroecologia*. Belém: Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia, 2004.

BACCARIN, J. G., OLIVEIRA, J. A. de. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. *Grifos* 30, no. 51, 2021, p. 114-140. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561008/572966561008.pdf>

BERGAMASCO, S. M. P. P.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. *Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro*, v. 1, p. 314–342, 2017.

BORSATTO, R. S. et al. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): fim de um ciclo? *Emancipação*, v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022.

BUAINAUN, A. M. ; ALVES, E. SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. , editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014. 1182 p.

BRACAGIOLI NETO, A. Trajetória histórica da extensão rural. In: BRACAGIOLI NETO, A.; CHARÃO-MARQUES, F. (org.). *Extensão rural: trajetórias e desafios* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. cap. 1, p. 15–61.

BRASIL. **Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8315.htm acesso em 28 out. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus, Am, 2012.

Disponível em: <https://www.cpbm.uerj.br/wp-content/uploads/2020/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf> acesso em 28 out 2025.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 205–227, jan./abr. 2004.

CAPORAL, F. R. Em defesa de uma extensão rural agroecológica. In: _____. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, v. 517, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Alguns conceitos e princípios*. Brasília, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: Rev. Reforma Agrária, n. 3, vol. 24. Campinas, 1994.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão rural agroecológica: experiências e limites. In: Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (org.). Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. p. 19–48.

CAPORAL, F.R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J.R.; RAMOS, L. (Org.). Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, 2006. p.9-34.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: MONTEIRO, D. C. C.; MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CLAUDINO, L. S. D., WAGNER, D.; CAETANO, R. da C. Um panorama da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO): reflexões e perspectivas alternativas aos agrotóxicos. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9393/6980> acesso em 25 out. 2025.

DA ROS, C. A.; PICCIN, M. B. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do Projeto Lumiar no Estado do Rio de Janeiro. *Revista NERA*, n. 20, p. 131–155, 2012.

DESLANDES, M. S.; ARANTES, A. R. **A extensão universitária como meio de transformação social profissional**. Sinapse Múltipla. Minas Gerais, v. 6, n. 2, p 176-183, dez. 2017.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DIAS, M. M.; FROEHLICH, J. M. Política de assistência técnica e extensão rural no Brasil: um caso de desmantelamento? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 597–634, out. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599968687005>. Acesso em: 23 maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5>.

EMATER. *Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural 2024*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2024.

EMATER-MG. **Minas bate recorde na compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/minas-bate-rec....> Acesso em: 30 jul. 2025.

EMATER – PARÁ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Relatório de atividades 2024. Marituba: emater-Pará, 2025. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/2025/RELATORIO%20DE%20ATIVIDADES%202024.pdf> acesso em 28 out. 2025.

EMATER – PARÁ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Metodologias de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo. Belém: Gráfica da EMATER-PA, 2012. 96 p. il. Disponível em: https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/PROATERDOCUMENTACAO/Proater_Livro_Metodologias_ATER.pdf acesso em 28 out. 2025.

EMATER – PARÁ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. A empresa. S. I. 2025a. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/empresa> acesso em 28 out. 2025.

FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FRANCO, M. H. M. et al. O discurso institucional das entidades públicas de ATER. *Desenvolvimento Regional em Debate (DRD)*, v. 9, p. 263–283, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.1894> acesso em 28 out. 2025.

FREIRE, P. Papel da educação na humanização. *Revista Paz e Terra*, v. 4, n. 9, p. 123–132, 1969.

FUNDAÇÃO CEFET-MG. **Anexo I – Quadro de oferta de cursos e vagas – PSU Graduação 2023**. Belém, 2023. Disponível em: <https://concurso4.fundacaocefetminas.org.br/documentos/01anexoipsugraduacao2023quadrodeofertadecursosevagas99638339160476160980.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FUNDAÇÃO CEFET-MG. **Anexo I – Quadro de oferta de cursos e vagas – PSU Integrado 2024**. Belém, 2024. Disponível em: <https://concurso4.fundacaocefetminas.org.br/documentos/01anexoipsuintegrado2024quadrodeofertadecursosevagas97638339066112870869.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FUNDAÇÃO CEFET-MG. **Anexo I – Quadro de oferta de cursos e vagas – PSU Subsequente 2024**. Belém, 2024. Disponível em: <https://concurso4.fundacaocefetminas.org.br/documentos/01anexoipsusubsequente2024quadrodeofertadecursosevagas98638339063484711144.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FUNDAÇÃO CEFET-MG; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Edital n.º 19, de 23 de outubro de 2023: Anexo I – Quadro de cursos e vagas de graduação a serem ofertadas em 2024.1 e 2024.2**. Belém, 2023. Disponível em: <https://concurso4.fundacaocefetminas.org.br/documentos/....> Acesso em: 8 ago. 2025.

FUNDAÇÃO SOLIDARIDAD. *O vazio da ATER: caminhos para a inclusão socioeconômica e ambiental da agricultura familiar*. São Paulo: Fundação Solidaridad, 2022. 48 p.

GOLLO, A. M. L.; MEDEIROS, J. C.; OLIVEIRA, M. L. R. Políticas públicas de extensão rural: das origens do difusionismo à PNATER. In: BULHÕES, C. A. (org.). *Políticas públicas de extensão rural*. 2023. p. 139.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Brasil: das décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas* [recurso eletrônico]. San José, Costa Rica: IICA, 2015. p. 77–111.

ICMBIO. **Sisfamilias: conheça o painel de informações do Sisfamilias.**

Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/sisfamilias>. Acesso em: 14 maio 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Catálogo de escolas – base dos dados do Censo Escolar*. Brasília, 2020–2024. Disponível em: <https://anonymousdata.inep.gov.br/...> Acesso em: 8 ago. 2025.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Coordenação-geral de criação de assentamentos e seleção de famílias. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> acesso em 28 out. 2025.

KESTRING, K. *Sucessão rural: a percepção dos agentes de ATER*. 2021. 62 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5336>.

LE COQ, J.-F. et al. Conceptos de agroecología y marco analítico. In: SABOURIN, E. et al. (orgs.). *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe*. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.

- LIMA, M. S. C.; RODRIGUES, G. G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Neoinstitucionalismo de redes: percursores e trajetória da Rede ATER NE/Brasil. *Ciência & Trópico*, v. 44, n. 1, 2020.
- LIMA, S. K.; VALADARES, A.; GALIZA, M.; ALVES, F. Desenvolvimento rural. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, Brasília, n. 26, p. 249–282, 2019.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER: diretrizes e estratégias de ação 2023–2026*. Brasília: MDA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: [adicionar data].
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. **Painéis de dados do PRONAF**. Banco Central do Brasil/SICOR. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?....> Acesso em: 9 jul. 2025.
- MONTEIRO, Alexandra Pedrosa; FEITOSA, Milena Monteiro; SOUSA, Erika Costa; LEMOS, José de Jesus Sousa. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões e os estados brasileiros. *Revista Caribeña de las Ciencias Sociales*, Miami, v. 12, n. 3, p. 1524-1547, 2023. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/74599/1/2023_art_apmonteiro.pdf
- MUCHAGATA, M. (ed.). *Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil*. Brasília: FAO; MDA, 2003.
- MUSSOI, E. M. *Política de extensión rural agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales*. Investigación de postdoctorado – Universidad de Córdoba / Universidad Internacional de Andalucía, 2011.
- PACHECO, A. L. S. *A trajetória da assistência técnica e extensão rural: uma análise crítica à atual PNATER*. 2025. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Federal do Pampa, Itaqui, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/10089>.

PEAFCT – PLANO ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS. *Alimentação saudável, conservação de florestas e sociobioeconomia*. Belém: Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376682029_....

PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. *Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017*. 2020.

PETERSEN, P. F. *Metamorfosis agroecológica: un ensayo sobre agroecología política*. Tese (Doutorado) – Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 2013.

PIMENTEL, W. C.; CLAUDINO, L. S. D. Políticas públicas para agricultura familiar: avaliação do acesso ao Pronaf entre feirantes de uma associação de agricultores em Abaetetuba, Pará. *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal de Tocantins*, n 7, vol. 3, 294–303. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uftv7-7996> acesso em 25 de out. 2025

PNATER – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm.

PRETTO, J. M.; HORN, C. H. V. Uma avaliação do PRONAF no período 1995–2018. *Colóquio (Taquara): Revista das Faculdades de Taquara*, v. 17, n. 1, p. 35–39, jan./mar. 2020.

REVISTA BAHIA PRODUTIVA. *Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)*. v. 4, 2022. Salvador, Bahia. Disponível em: https://www.ba.gov.br/car/sites/site-car/files/migracao_2024/arquivos/files/2022-12/revista_bahia_produtiva_2022_web.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

- RIBEIRO, M. V., WOLFART, C., & DA SILVA, M. A. B. (2020). Aspectos da “modernização” da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 68. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2020v68p79-112>
- RICARDIO, L. *A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro*. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 8, n. 67, p. 231–249, 2011.
- RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 14, n. 1, p. 113–154, 1997.
- SCHMITT, C. et al. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In: SABOURIN, E. et al. (orgs.). *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe*. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.
- SCHMITZ, H. *Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa*. São Paulo: Annablume, 2010.
- SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA DO PARÁ (SECTET-PA). **Edital n.º 003/2023 – PSSA Alunos Sub-Con-Proeja**. Belém, 2023. Disponível em: https://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/edital_003.2023_psa_alunos_sub-con-proeja.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.
- SENAR PARÁ. Relatório de Gestão - Exercício de 2024 – Relatório Integrado. Belém: SENAR. Fevereiro de 2025. 71 páginas.
- SILVA, José Moisés Nunes da. Política de educação do e no campo: uma reflexão sobre o Pronera. *Cadernos de Pesquisa*, p. 301–320, 30, 2021. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/17789>. Acesso em: 25 out 2025.

SOUZA, Fausto Lima Farias de. *Análise das mídias sociais no Facebook e YouTube de empresas públicas de Ater do Brasil*. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão e Inovação na Indústria Animal) - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, University of São Paulo, Pirassununga, 2024. doi:10.11606/D.74.2024.tde-16042025-114404. Acesso em: 2025-10-25.

SOUZA, L. R. de S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 8, n. 67, p. 231–249, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr8-67.mcab> acesso em 28 out. 2025.

SPANEVELLO, R. M.; FAGUNDES, C. C.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 212–235, 2021.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. *Retratos de Assentamentos*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017. DOI: 10.25059/2527 2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.234. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234>. Acesso em: 28 out. 2025.

UEPA – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Edital n.º 86/2023**. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.uepa.br/sites/default/files/editais/edital862023.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

UFOPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Quadro geral de vagas SISU 2024**. Santarém, 2024. Disponível em: <https://ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2024/6130fdab19e236bc8fb6e6dfa04a4a83.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Edital n.º 03 – COPERPS, de 29 de agosto de 2023; Processo Seletivo 2024 – PS 2024.** Belém, 2023.

Disponível em: https://www.ceps.ufpa.br/images/conteudo/vestibular/ps_2024/edital_n_03_2023_coperps-ps2024_abertura.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

UFRA – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Anexo I – Quadro geral de vagas SISU UFRA 2024.** Belém, 2024. Disponível em: https://proen.ufra.edu.br/images/sisu/sisu_2024/anexo_i_quadro_geral_de_vagas_sisu_ufra_2024.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/temáticas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 16 abr. 2025.

WANDERLEY, M. N. B. O. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17: Processos sociais agrários. Caxambu, MG, Out. de 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf> acesso em 28 out 2025.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PARÁ

um panorama da realidade

O tema abordado nesta obra ultrapassa fronteiras regionais e nacionais, conectando-se a agendas globais voltadas para uma transição baseada em sistemas regenerativos, agroecológicos e biodiversos.

